



Nota da Bahia volta a crescer em ranking da Transparência Internacional

2 de setembro de 2020

in [Bahia](#), [Destaques Menores](#), [Últimas Notícias](#)

0



[Share on Facebook](#)[Share on Twitter](#)

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do **Portal Transparência Bahia**, sob responsabilidade da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, por intermédio da **AGE – Auditoria Geral do Estado**. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as

contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitória, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-Ba), e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. “As leis federal e estadual estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público”, explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. “A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos”.

O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais

e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 02/09/2020	Caderno: Notícias



Nota da Bahia volta a crescer em ranking da Transparência Internacional



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

A Bahia segue obtendo notas cada vez mais altas em transparência nos dados sobre a pandemia do coronavírus. O Estado, que em julho já havia alcançado o conceito Ótimo da Transparência Internacional (TI), com 82,28 pontos, com a nova avaliação divulgada nesta terça (1º) não só permanece no topo como chegou aos 87 pontos no ranking que avalia a qualidade das informações públicas sobre as contratações emergenciais destinadas a combater os efeitos da crise sanitária.

O governo baiano vem conferindo prioridade ao tema, tendo implementado, em maio, o Comitê de Transparência do Enfrentamento ao Coronavírus, e lançado em junho a nova versão do **Portal Transparência Bahia**, sob responsabilidade da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), por intermédio da AGE - Auditoria Geral do Estado**. No novo portal, que é a principal fonte de pesquisa da Transparência Internacional, as informações sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo estão disponíveis em formato de dados abertos que podem ser baixados e facilmente pesquisados pelos cidadãos.

“O Estado da Bahia vem ampliando o seu nível de transparência, a partir de uma ação conjunta e articulada entre o Comitê de Transparência das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus, a Secretaria da Fazenda, por meio da Auditoria Geral do Estado, a Ouvidoria Geral do Estado e todas as demais instâncias estaduais envolvidas”, ressalta o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**. Instituído com o objetivo de acompanhar todo o processo decisório, inclusive relacionado a compras, executado pela administração estadual no combate à pandemia, o Comitê de Transparência, lembra Vitório, tem a participação de representantes do Governo do Estado, do Ministério Público Estadual (MP-Ba) e do Tribunal de Contas do Estado

(TCE-Ba), e “envolve os órgãos de controle para fortalecer o acompanhamento da sociedade neste processo”.

O chefe de Gabinete da Sefaz-Ba e representante do governo no Comitê de Transparência, Adriano Chagas, explica que as medidas de ampliação da transparência foram adotadas com base na Lei Federal 13.979 e na Lei Estadual 14.257. “As leis federal e estadual estabeleceram requisitos amplos de transparência para possibilitar que os cidadãos acompanhem as despesas realizadas pelo poder público”, explica.

Dados abertos

De acordo com o auditor geral do Estado, Luís Augusto Rocha, um dos principais fatores para a melhoria contínua da avaliação da Bahia é a ferramenta de BI disponibilizada no Portal Transparência Bahia, que concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais. “A ferramenta permite inclusive a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos”. O novo portal permite ao cidadão customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas: uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

Lançada em maio e com periodicidade mensal, tendo como objeto as contratações públicas para o combate à Covid-19, a metodologia da Transparência Internacional estabelece como principal fonte de informação a ser avaliada os portais oficiais de transparência dos governos. Seus objetivos são avaliar e promover a transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à pandemia, identificar as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais entre os entes públicos municipais e estaduais e difundir os tópicos presentes nas Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais, documento lançado em maio e produzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Até julho, a Transparência Internacional utilizava uma metodologia que avaliava um conjunto de 34 indicadores, mas a partir de agosto passou a considerar 46. Foi incluída principalmente a apuração de dados relativos às ações de estímulo econômico e proteção social adotadas pelos Estados para o enfrentamento da pandemia, além de relatórios estatísticos do sistema de Ouvidorias.

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 03/09/20	



CONFAZ APROVA ISENÇÃO DE ICMS DE ITENS DE PROTEÇÃO



admin 3 Setembro, 2020

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou, em reunião extraordinária, a isenção de incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas doações de itens de proteção para as eleições municipais deste ano, marcadas para novembro. A decisão foi aprovada por unanimidade, ou seja, com o aval de todos os secretários de Fazenda das 27 unidades da Federação, formando uma parceria do Confaz com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a realização das eleições em máxima condição de segurança para eleitores, mesários e demais equipes envolvidas.

“É uma importante contribuição do Ministério da Economia, por meio do Confaz, para o exercício da democracia nas eleições municipais de novembro”, disse o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, que presidiu a reunião do Conselho. “A medida vai reforçar o esforço para garantir a segurança e a saúde de mesários e eleitores nas eleições municipais de 2020”, destacou. A isenção de ICMS vai abranger itens como álcool em gel, máscaras de proteção, protetores faciais e propilenoglicol, entre outros. Estão envolvidos equipamentos de proteção, produtos e serviços necessários para prevenir o contágio pelo novo coronavírus nos locais de votação.

Regras

Para regulamentar a decisão, o Confaz publicará no Diário Oficial da União desta quinta-feira (3) o convênio ICMS nº 81/2020. Com base nessa norma, caberá aos estados e ao Distrito Federal propor suas respectivas regras para estabelecer definitivamente a isenção nessas doações de material para as próximas eleições municipais. O TSE vai regulamentar o recebimento dos itens, mas as doações que já foram aceitas pelo tribunal, antes mesmo da isenção de ICMS estabelecida pelo Confaz, estão sendo encaminhadas diretamente aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).

Decisões

A isenção de ICMS para itens doados para as eleições de novembro foi apenas um dos itens decididos na reunião extraordinária do Confaz desta quarta-feira, em Brasília. Foram aprovadas 27 propostas de convênio, entre elas, a proposta de Refis (Programa de Recuperação Fiscal) para o período em que vigorar o estado de calamidade pública (o decreto legislativo número 6/2020, de março, reconhece o estado de calamidade pública com efeitos até 31 de dezembro deste ano, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020).

Veículo: Bahia Econômica	Saúde
Data: 03/09/20	



Saúde

Drauzio Varella diz que Bahia dá 'exemplo para o país' no combate ao coronavírus

Médico oncologista afirma dificuldade na implementação do isolamento social é o grande desafio do Brasil durante a pandemia



Foto : Mateus Pereira/GOVBA

Por **Matheus Simoni** no dia 03 de Setembro de 2020 - 10:17

Referência no Brasil e no mundo, o médico oncologista Dráuzio Varella apontou a Bahia como exemplo para o Brasil no combate à pandemia de coronavírus. Na última semana, o estado abandonou o grau de estabilidade nas mortes em decorrência da Covid-19 e passou a registrar queda nos índices. Segundo o

especialista, a atuação conjunta de estado e municípios garantiu uma efetividade na diminuição de casos e mortes.

"Estamos diante de uma epidemia grave, que não vai olhar política de ninguém. Vai se disseminar e pegar todas as pessoas que adquirirem o vírus. O que a gente pode fazer juntos é somar esforços. A Bahia tem uma preocupação com a saúde. O governo estadual e o municipal, o secretário de Saúde da Bahia é o mesmo e não há essa troca que destrói a saúde pública brasileira. A Bahia deu exemplo sobre como as autoridades devem se comportar num momento de ameaça à saúde pública", afirmou Drauzio Varella, durante entrevista a Mário Kertész hoje (3), no **Jornal da Bahia no Ar da Rádio MetrÓpole**.

Segundo o médico, além da negação à ciência, há uma grande dificuldade de se adotar o isolamento social para diminuir os casos de coronavírus no país. Segundo Varella, faltou uma coordenação com autoridades sanitárias. "A gente sempre soube que o Brasil teria muita dificuldade de fazer o isolamento social, preconizado pela OMS e por todos os especialistas na área. Foi isso que os países fizeram. Nós também, só que aqui seria mais difícil. Primeiro, temos uma grande população que vive nas periferias de nossas cidades, para qual é muito difícil fazer o isolamento social. Essa desigualdade social imoral que o Brasil tem impediria que essas pessoas pudessem ficar fechadas em suas casas. Moram em habitações precárias, muita gente vivendo em poucos cômodos e falta de dinheiro. Gente que precisa ganhar para levar alimentos para casa. Isso não tem uma reserva financeira nesse período para ficar duas, três ou quatro semanas isolados em casa", afirmou Varella.

"Depois tivemos uma discussão que não poderia ter acontecido de jeito nenhum, que foi o governo federal dizendo que o isolamento era inútil, que isso não era uma doença grave, que as pessoas deveriam ir para a rua sem máscara e sem nada. Isso cria uma dúvida na população. Será que precisa mesmo?", acrescentou o médico.

A TARDE

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A queda do PIB e o futuro da economia

A economia brasileira caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020, e não poderia ser de outra maneira com o país semiparalisado pela pandemia. Mas isso é passado e o passado está no túmulo, o que interessa agora é saber se esse fantasma pode assombrar o futuro. O fantasma mais assustador é o comportamento do consumo das famílias, que caiu 12,5% entre abril e junho. Essa variável, no entanto, que corresponde a 65% do PIB, já voltou a crescer e foi estimulada pelo auxílio emergencial, que evitou uma queda muito maior da atividade econômica. Esse auxílio emergencial continua empurrando o consumo para cima no terceiro trimestre, como demonstram vários indicadores, a exemplo de consumo de energia elétrica, consumo de cimento, fluxo nos pedágios e índice de confiança do empresariado. Em agosto, a classe média tam-

bém começou a sair da toca e, como não consumiu nada no trimestre anterior, está com dinheiro no bolso, pronta para voltar ao consumo. Aliás, a prova mais concreta disso são as remarcações de preços que já começam a se verificar na área alimentícia e de material de construção. Assim, é possível dizer sem temor que, no 3º trimestre do ano, a economia brasileira vai crescer entre 7% e 9%, como prevê a quase unanimidade dos economistas. O crescimento vai

ser alto, não só porque a comparação será com o baixo crescimento do trimestre anterior, mas também porque os empresários voltaram a abrir suas lojas, o governo continua injetando R\$ 50 bilhões por mês na economia via auxílio emergencial e a classe média está adquirindo mais confiança para voltar às ruas com dinheiro para consumir. Mas, atenção, se a previsão de crescimento alto no 3º trimestre é quase unânime, o comportamento da

economia no 4º trimestre e em 2021 ainda guarda forte componente de incerteza. Isso porque não se sabe se a estabilização da pandemia será duradoura e, por outro lado, o governo vai reduzir pela metade o auxílio emergencial, tirando R\$ 25 bilhões/mês de circulação, o que vai fazer com que o dinamismo fique mais atrelado à capacidade dos segmentos econômicos de retomarem suas atividades. A taxa de juros de 2% ao ano vai motivar a retomada da economia, como já se vê em alguns setores, como, por exemplo, a construção civil, mas ainda será necessário avaliar o comportamento de outros segmentos e do emprego. Em resumo: do passado, já sabemos que foi trágico; quanto ao futuro, o sinal é de recuperação forte neste trimestre e de otimismo cauteloso no último trimestre do ano.

O fantasma mais assustador é o comportamento do consumo das famílias, que caiu 12,5%

[A classe média], como não consumiu nada no trimestre anterior, está com dinheiro

A inflação não está morta

Em Salvador, houve aumento de preços nas lojas de material de construção e no ramo alimentício, setores em que a demanda voltou a crescer forte. A construção civil está em franca recuperação e Salvador tem demanda reprimida e baixo estoque de imóveis novos prontos. A baixa taxa de juros no mercado financeiro também aumenta a demanda por imó-

veis novos. Além disso, a demanda por material de construção aumentou já que a população pobre destinou parte do auxílio emergencial para a ampliação das habitações de baixa renda, batendo laje e fazendo puxadinhos. Isso está acontecendo em um setor específico, mas é preciso não descuidar da cunha fiscal, afinal a inflação não está morta.

A Bahia e a lei do gás

A nova lei do gás aprovada na Câmara deve reduzir o preço do insumo. Segundo o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, a lei é importante, mas a Bahia já tinha se antecipado em alguns pontos, ao criar o mercado livre de gás, que viabiliza preços mais competitivos. Cavalcanti diz que a nova lei não mexe no monopólio da distribuição de gás, a cargo

dos estados, segundo a Constituição, mas coloca a agência federal, ANP, como órgão regulador, o que pode causar insegurança jurídica, já que estará regulando concessões estaduais. O ideal seria o Senado, sem alterar a lei, esclarecer os limites da ANP na regulação dos gasodutos de transportes e dos ativos das companhias estaduais de gás.

A TARDE

COVID-19 Queda no faturamento não tira a confiança de grupo Business

EMPRESÁRIOS AVALIAM SITUAÇÃO ECONÔMICA NA PANDEMIA



Mesa-redonda "Business Bahia Indústria" foi mediada por Jefferson Beltrão

A TARDE
CONNECTA

MARJORIE MOURA

O projeto A TARDE Conecta realizou ontem numa live, às 11 horas, a mesa-redonda "Business Bahia Indústria", mediada pelo jornalista Jefferson Beltrão, tendo como convidados Paulo Cavalcanti Jr. (presidente da Carboron), André Castro (presidente da Moraes e Castro), João Teixeira (presidente da Kordsa) e Tiago Andrade (presidente da Petrobahia).

Pesquisa contratada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 402 executivos de indústrias de mé-

dio (50 a 249 empregados) e grande porte (250 ou mais empregados), em todos os estados, mostrou em maio que cerca de sete (69%) em cada dez empresas perderam faturamento por causa do novo coronavírus.

Na indústria, os segmentos que se mostraram mais afetados pela pandemia foram petróleo e biocombustíveis (88,3%) e química (61,4%), de acordo com o Ibré/FGV. Para os próximos meses, mais de 50% das empresas de 15 dos 19 segmentos pesquisados esperam ser impactadas pela crise.

O tamanho da crise econômica pós-pandemia e a retomada das atividades foram tratados pelos convi-

dados, que relataram como suas empresas estão passando por este momento.

Paulo Cavalcanti Jr. explicou que a Carboron é a única indústria do Polo de Camaçari que detém tecnologia para fabricação do bicarbonato de sódio que pode ser usado em hemodiálise. "Estou no time dos que apostam que a retomada será muito mais rápida. A possibilidade de fazer lives, como esta agora, aumentou muito nossa produtividade, porque fazíamos duas, três reuniões por dia, e ainda tínhamos que nos deslocar. Neste formato é possível fazer uma série de reuniões, tomar decisões, o que vai agilizar o retorno à normalidade da produção".

Cerca de sete (69%) em cada dez empresas perderam faturamento [na pandemia]

João Teixeira também é do grupo dos otimistas, "embora", ressalva, "abril e maio foram meses muito ruins. Mas a gente veio em agosto com uma recuperação expressiva. Empresa de origem suíça, há 32 anos no Polo de Camaçari, trabalhamos com reforços

para pneus, a chamada lona, feuts de nylon e poliéster, que é fornecida para empresas em todo o país e na América Latina", explica.

Tiago Andrade diz que a Petrobahia faz parte do setor de serviços essenciais, como distribuidora de combustível, com 23 anos de história. "Nossas bases operacionais não deixaram de funcionar em momento algum. Isolamos nosso escritório, colocamos todo mundo em home office. Mas abril e maio foram meses bem desafiadores, com a queda assustadora da demanda. Nosso segmento foi um dos primeiros a sentir, mas também um dos primeiros a retomar as atividades de forma intensa, co-

mo base do transporte e da energia de muitas indústrias. Mas a atividade foi retomada em agosto, e este mês já batemos recorde em relação ao período pré-pandêmico".

Iran Vieira, da CFO ITF Chemical, embora também otimista, tem ressalvas. Sua empresa tem 20 anos de operação no Polo Petroquímico de Camaçari, produzindo insumos para a indústria farmacêutica, com atuação em diversos países, e integrando o grupo Ultrafarma. "A pandemia trouxe uma demanda maior para alguns segmentos do setor farmacêutico, mas por outro lado trouxe uma interrupção no tratamento de muitos pacientes. Vemos a retomada com cautela para nossas decisões de investimento, e acredito que ela seja intercalada com períodos de estagnação".

Recuperação em V

Os participantes comentaram ainda a declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a retomada no país será em V, o melhor dos panoramas pós-crise, quando a sinalização é que o período turbulento não foi capaz de afetar de forma decisiva os fundamentos daquela economia. As expectativas dos investidores, dos empresários e dos consumidores conseguiriam resistir.

A ideia geral é que alguns setores, como e-commerce, TI e área de alimentação poderão ter retornos mais rápidos. Mas os setores de varejo e de serviço terão mais dificuldade.

DIVULGAÇÃO



Área que irá a leilão no Porto de Aratu é para movimentação de granéis sólidos, principalmente fertilizantes, e minérios

Terminal no Porto de Aratu será leiloado

ARRENDAMENTO A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publica hoje edital de leilão para arrendamento do terminal ATU12, para movimentação e armazenagem de granéis sólidos (fertilizantes) no Porto de Aratu-Candeias/BA, pelo prazo de 25 anos.

O leilão irá acontecer em 22 de dezembro deste ano e as propostas deverão ser entregues até o dia 15 do mesmo mês.

A área que irá a leilão é composta por parcelas de terreno brownfield com aproximadamente 154.916 m², dedicada à movimentação de granéis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos.

Após a implantação das novas estruturas de armazenagem, a capacidade estática esti-

mada chegará a 400.000 toneladas (190.000t de armazém e 210.000t de pátio). A expectativa é de movimentação média de 2 milhões de toneladas/ano.

Entre 2012 e 2017 os granéis sólidos experimentaram um acréscimo anual médio de 8,7% no complexo portuário de Salvador e Aratu-Candeias, impulsionado principalmente pelos maiores volumes de fertilizantes e concentrado de cobre. De acordo com o Plano Mestre do complexo, espera-se que a movimentação dessas cargas atinja 4,1 milhões de toneladas até 2060, com crescimento anual médio de 1,3%.

O edital está disponível tanto no site do Ministério da Infraestrutura (<http://www.infraestrutura.gov.br/>) como no da Antaq (<http://www.antaq.gov.br/>).

Outro porto baiano que terá mudanças é o de Ilhéus, no sul do estado.

A Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) publicou no dia 20 de agosto, no Diário Oficial da União, um edital de licitação na modalidade pregão eletrônico, com o objetivo de contratar uma empresa para realizar a dragagem de manutenção do Porto Organizado de Ilhéus. As propostas já podem ser entregues.

Com a obra, a Codeba pretende restabelecer o calado de 10,5 metros do porto, permitindo a atracação de navios maiores, dobrando a capacidade de cargas, bem como beneficiar a operação de navios de cruzeiro, o que possibilitará um incremento na economia da região. As obras devem durar 90 dias. A última manutenção do calado do Porto foi realizada em 2014.

O pregão acontecerá no dia 17 de setembro, às 10h, no site licitacoes-e.com.br, que será precedido da abertura das propostas, às 9h30. Para mais informações sobre o pregão eletrônico, deve-se entrar em contato com a Codeba pelos telefones (71) 3320-1217 ou 3320-1250.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 03/09/2020	Página:

Correio*

Reforma administrativa deve ser apresentada hoje

SERVIDORES O presidente Jair Bolsonaro se comprometeu a enviar a reforma administrativa ao Congresso nesta quinta-feira, quase um ano depois de ter engavetado a proposta de reestruturação das carreiras do funcionalismo, com novas regras para contratação, promoção e desligamento dos servidores. Bolsonaro, no entanto, exigiu que os 9,77 milhões de funcionários que estão na ativa na União e nos Estados e municípios (21% dos trabalhadores formais do País) sejam poupados das mudanças.

O envio da reforma é considerado pela área econômica uma maneira de conter o bombardeio contra o teto de gastos, que li-

Texto vai diminuir salário inicial e categorias com estabilidade para novos funcionários

mita o avanço das despesas à inflação, e sinalizar compromisso com a agenda fiscal num momento em que o mercado coloca em xeque a capacidade de Guedes em manter o cofre fechado.

A proposta anterior já era dirigida principalmente aos novos servidores, mas incluía alguns pontos que mexiam com os que estão trabalhando, como a revisão do sistema de licenças e gratificações, que estimula, na visão do ministério, uma percepção negativa da sociedade em relação aos servidores por terem privilégios em relação aos trabalhadores da iniciativa privada.

“Importante, sinalizando para o futuro, a retomada das reformas. A reforma administrativa é importante. Como o presidente deixou claro, desde o início, não atinge os direitos dos servidores atuais, mas redefine toda a trajetória do serviço

público para o futuro, serviço de qualidade, com meritocracia”, disse ontem Guedes, ao lado do presidente.

Devem permanecer no texto mudanças na estabilidade dos novos servidores, que passa a ser exclusiva para carreiras de Estado. Na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), não serão elencadas que carreiras são essas - a determinação deve ficar para um segundo momento, mas deve contemplar auditores da Receita e diplomatas, por exemplo. Os demais servidores devem ser contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com possibilidade de demissão.

Outra proposta da reforma é limitar o salário de entrada dos servidores, mas a definição do valor também não deve estar na PEC. Na elaboração do texto, o valor máximo em discussão era de R\$ 5 mil.

ALIADOS AGUARDAM R\$ 6,5 BILHÕES EM TROCA DE APOIO

CONGRESSO Para assegurar novas vitórias ao governo no Congresso, ministros e a nova base aliada no Legislativo aguardam a liberação nos próximos dias de R\$ 6,5 bilhões para investimentos ainda neste ano. Cerca de metade será destinada a projetos que serão bancados por verbas de emendas parlamentares. Inicialmente, em acordo entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, a equipe econômica remanejou R\$ 5 bilhões do Orçamento da União deste ano para destinar a investimentos, principalmente dos ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura. Foi a contrapartida para manter o teto de gastos públicos no próximo ano.

Banco Central lança nota de R\$ 200 com lobo-guará

NOVIDADE O Banco Central lançou ontem a nova nota de R\$ 200, que tem a imagem do lobo-guará. Serão impressas neste ano 450 milhões de unidades da nota, o que representará um montante de R\$ 90 bilhões. As cores predominantes são cinza e sépia.

Escolhido para estampar as novas cédulas de R\$ 200, o lobo-guará ficou em 3º lugar em pesquisa feita pelo BC em 2001 para definir os animais em extinção que estampariam as cédulas. A tartaruga marinha ficou em 1º lugar e passou a estampar a nota de R\$ 2. O mico-leão-dourado ficou em 2º lugar na votação e foi impresso na cédula de R\$ 20.

A nova cédula de R\$ 200 tem o mesmo tamanho da cédula de R\$ 20 (142 mm x 65 mm). Até então, todas as cédulas da 2ª família do real tinham tamanhos crescentes confor-



RAPHAEL RIBEIRO/BCB

me o valor nominal. Entre os elementos de segurança, também há a marca d'água com a imagem do lobo-guará e do valor da nota, quando posicionada contra a luz. A exemplo de outras cédulas, há ainda um quebra-cabeça que pode ser visto através da

nota, textura em alto relevo e o chamado fio de segurança.

De acordo com o BC, a impressão das notas de R\$ 200 busca atender a uma maior demanda por papel moeda, surgida entre a população durante a pandemia de coronavírus.

Serão 450 milhões de notas novas impressas pela Casa da Moeda até o final desse ano

Governo publica MP para reduzir tarifas de energia até 2025

SETOR ELÉTRICO O governo federal editou Medida Provisória (MP) a fim de destinar recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O objetivo é reduzir a tarifa para os consumidores de energia elétrica até 2025. A CDE é um fundo do setor

elétrico que paga programas de subsídio, entre os quais o Luz para Todos e o desconto na tarifa para irrigação. O dinheiro da CDE tem origem na tarifa de energia elétrica paga pelos consumidores de todo o Brasil, mas, por lei, também pode ter origem em recursos

do Tesouro Nacional.

Atualmente, todo o recurso da CDE, que custa mais de R\$ 20 bilhões por ano, vem das tarifas de energia. Com outra fonte, o impacto do fundo na conta de luz pode ser menor, o que reduzirá os reajustes.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,3570	R\$ 5,3575
Dólar Turismo	R\$ 5,2970	R\$ 5,5030
Euro turismo	R\$ 6,2900	R\$ 6,5230

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	101.911,13	-0,25%

POUPANÇA

03/09/2020	0,1303%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Julho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,36%	0,46%	2,31%
INPC/IBGE	0,44%	0,80%	2,69%
IGP-M/FGV	2,23%	6,72%	9,27%

DÓLAR EM BAIXA

Mercado O dólar teve a quarta-feira de valorização praticamente generalizada no mercado internacional. No mercado doméstico, porém, fechou em queda, em meio às expectativas de avanço das reformas. No encerramento dos negócios ontem, o dólar à vista fechou em queda de 0,51%. A bolsa acompanhou o ritmo, com -0,25%.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 03/09/2020	Página:

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Sinais do Rio e da capital federal

O afastamento do governador Wilson Witzel, confirmado ontem pela Corte Especial do STJ, terá fortes consequências no cenário nacional. É bom que tenha havido uma decisão colegiada para acabar com o desconforto tão bem expresso no voto minoritário do ministro Napoleão Nunes Filho, diante do fato de que uma decisão monocrática, tomada antes do recebimento da denúncia, tirou o chefe do poder executivo estadual. Não há dúvida que tudo precisa ser investigado em mais essa tortuosa história do Rio. Os indícios contra Witzel são fortes, mas é preciso entender os efeitos para além das fronteiras estaduais.

Na véspera do dia em que Wilson Witzel foi afastado do governo do Rio, o presidente Jair Bolsonaro entrou no plenário do Superior Tribunal de Justiça ao lado do ministro João Otávio Noronha, que até aquele momento era presidente do tribunal. É o protocolo, já que o presidente estava fisicamente na corte, mas antes de entrar no recinto Bolsonaro teve tempo de uma conversa presencial com o ministro, por quem já declarou ter sentido "amor à primeira vista". Quem conhece bem a cultura e

os códigos de Brasília acredita que Bolsonaro foi dormir naquele dia sabendo o que aconteceria na manhã seguinte no Rio, estado estratégico para neutralizar as muitas investigações de corrupção contra a sua família.

O ministro Benedito Gonçalves já havia assinado sua ordem, apenas não a tornara pública. Naquele dia, a presidência ainda era de Noronha. Revelar o fato ao presidente da República poderia ser apresentado como mais um favor. "Em Brasília, funciona assim: quem faz um favor desses está querendo dizer que pode fazer muitos outros", diz uma autoridade que viu no movimento mais um ato da campanha de Noronha para o Supremo.

O governador em exercício Claudio Castro já recebeu o te-

lefonema do senador Flávio Bolsonaro prometendo ajuda na renovação do Regime de Recuperação Fiscal. O problema é que essa renovação deveria seguir critérios técnicos do Ministério da Economia.

A saída de Witzel eleva exponencialmente o controle da família Bolsonaro sobre os poderes do estado onde será decidido o destino de vários integrantes do clã. Como o próprio Bolsonaro disse ao então ministro Sergio Moro: "Você tem 27 superintendências, eu só quero uma." Ter o controle da PF no Rio é bom, mas melhor ainda é dominar também o Ministério Público estadual e a Polícia Civil. O procurador Marcelo Rocha Monteiro, um dos cotados para comandar o MP, como O GLOBO mostrou, é fã do presidente e da família.

O estado é parte de uma quebra-cabeças nacional e integra o mesmo movimento de enfraquecimento interno das instituições de que falam os autores que mostram a forma atual de matar democracias. Elas morrem de hemorragia interna. E em múltiplos órgãos.

A manobra do presidente em relação à Procuradoria-Geral da República deu supercerto. O procurador Augusto Aras tem sido prestimoso em qualquer tema de interesse do governo. Todos os candidatos ao posto de ministro do STF estão prestando favores a Jair Bolsonaro, dono da caneta que nomeará a pessoa para ocupar a cadeira de Celso de Mello.

O decano ficará de licença médica até o dia 11. Só voltará após a posse de Luiz Fux. Tem

feito falta na Segunda Turma onde, sem seu voto, os empates provocam estrago em questões decisivas. Quando Celso de Mello voltar, será muito prestigiado por Fux, que tem por ele sincera admiração, mas serão apenas por uns 50 dias. Celso faz aniversário no dia primeiro de novembro e precisa deixar o cargo dias antes. Se com Fux o STF tem chance de ter uma presidência que não emita tantos sinais ambíguos, sem Celso de Mello, e com um indicado por Bolsonaro, o STF enfrenta mais risco de errar.

Há um efeito a mais da pandemia piorando o ambiente em Brasília. As autoridades dos outros poderes que são simpáticas a Bolsonaro fazem reuniões presenciais. Os que guardam distância, por respeitar o distanciamento social, estão se conectando apenas por canais eletrônicos. Já a conversa olho no olho, a palavra no pé do ouvido só está ocorrendo de um lado, aquele que conspira contra o bom funcionamento das instituições brasileiras. No Brasil de hoje, quem não está preocupado com a democracia está mal informado ou não está lendo bem os sinais.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 03/09/2020	Página:

Correio*

TURISMO: SENADO APROVA R\$ 5 BI PARA O SETOR

CRÉDITO O Senado aprovou nesta quarta-feira (2/9) a Medida Provisória (MP) 963/2020, que abre crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões para auxílio ao setor de turismo do país. Esse crédito deverá ser oferecido a pequenas, médias e grandes empresas do setor turístico, para servir como capital de giro. A MP segue agora para sanção presidencial e então entrará em vigor.

A Medida Provisória foi votada pelos senadores como item extrapauta, sem estar prevista para votação durante a sessão de ontem. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-RR), no entanto, decidiu votar o texto em caráter simbólico, sem manifestações em contrário. Caso não fosse aprovada até a próxima segunda-feira (7/9), a o texto perderia a validade.

A MP foi publicada em 8 de maio. Segundo dados da Câmara dos Deputados, apenas R\$ 1,4 bilhão do total previsto pela medida foi empenhado (autorizado) até o momento pelo governo federal. Já o total efetivamente pago até agora somou R\$ 418,4 milhões.

Caso a MP não tivesse sido aprovada ontem pelo Senado, o restante do dinheiro ficaria parado nos cofres da União, impossibilitado de ser utilizado.

PETROBRAS REDUZ PREÇO DO DIESEL E DA GASOLINA

A PARTIR DE HOJE A Petrobras informou ontem que reduzirá o preço do diesel em 6% e o da gasolina em 3% a partir de hoje, após consecutivas altas aplicadas nos valores dos combustíveis em suas refinarias, de acordo com o GI.

A redução do diesel, combustível mais consumido do país, ocorrerá após sete altas seguidas no valor do produto. A gasolina terá queda após duas altas consecutivas, com os últimos reajustes promovidos em 21 de agosto, quando a Petrobras aumentou os preços médios do diesel em 5% e os da gasolina em 6% em suas refinarias.

O repasse dos reajustes nas refinarias aos consumidores finais nos postos, no entanto, não é garantido, e depende de uma série de questões, como margem da distribuição e revenda, impostos e adição obrigatória de etanol anidro.

Ontem, ainda, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou que produção interna de petróleo e de gás natural em julho foi de 3,898 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). O volume de petróleo foi 10,9% maior que o de julho de 2019. Já o de gás cresceu 5% ante igual mês do ano passado.

GIL SANTOS/ARQUIVO CORREIO



Rui disse que mudança faz parte de processo de flexibilização gradual

torno de 1%. Isso permite que a gente comece a permitir alguns tipo de reuniões, desde que as pessoas respeitem as regras de distanciamento uma das outras”, afirmou.

REGRAMENTO

Vilas-Boas disse ainda que o governo não terá problemas em voltar atrás se perceber que se antecipou: “Existe regramento para esses encontros. Você não pode fazer evento musical, peça, com uma pessoa encostada na outra. Desde que você tenha a obediência aos regramentos... A gente vai testar. Se der errado, a gente volta atrás, não tem problema nenhum. Se a gente perceber que voltou a subir é só voltar atrás”, finalizou o secretário.

Infectologista do Couto Maia, o médico Fábio Amorim alerta que fazer eventos com duas pessoas já é arriscado por conta da facilidade com a qual o vírus se espalha. Por outro lado, o especialista afirma que uma hora será necessário fazer algumas concessões para que a vida siga dentro de uma normalidade possível.

Segundo Amorim, durante esses quase 6 meses de enfrentamento ao novo coronavírus, os médicos baianos e demais profissionais de saúde adquiriram maior experiência de como lidar com a enfermidade e isso é um fator a ser levado em consideração na hora de começar os processos de reabertura.

“Diferente de outros estados, a Bahia não entrou em colapso e não deixamos de ter vaga em unidades fechadas para ninguém. No entanto, existe o risco porque não sabemos se haverá uma segunda onda, e a partir do momento que você aglomera um maior número de pessoas em ambientes confinados a chance da gente ter alguém assintomático transmitido a doença para outras pessoas é grande”, explicou.

Para esse processo de abertura gradativa funcionar, os estabelecimentos e a população precisam contar com protocolos rígidos de segurança como o uso de máscaras e higienização constante das mãos e das superfícies, por exemplo, além do distanciamento necessário entre as pessoas.

“Acreditamos que com esses cuidados, o atendimento e condições serão melhores. Então, temos que abrir mesmo para ver o que acontece”, afirmou o médico.

COM COLABORAÇÃO DE VINÍCIUS NASCIMENTO

Eventos com 100 pessoas já podem acontecer na Bahia

Governador publicou decreto nesta quarta e disse que números da covid estão caindo

Gil Santos

REPORTAGEM

gilvan.santos@redabahia.com.br

Eventos realizados com até 100 pessoas podem voltar a acontecer na Bahia, após alteração publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da Bahia, que modificou um decreto de março sobre o tema. Todos os eventos, no entanto, precisam de autorização prévia do poder público de cada cidade para acontecer, de fato.

Em Salvador, ainda não há uma decisão em relação à liberação dos eventos pelo governo do estado porque o prefeito ACM Neto (DEM) passou o dia em Brasília.

No decreto de 27 de março deste ano, o nono artigo determinava a suspensão em toda a Bahia de eventos e atividades com presença de público superior a 50 pessoas,

até 13 de setembro. Ficaram proibidos eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas e afins, bem como aulas em academias de dança e ginástica.

O mesmo artigo determinava em outros incisos suspensão das atividades letivas, funcionamento de zoológicos, museus e teatros, o que segue inalterado.

“Faz parte desse processo nosso de paulatinamente ir flexibilizando. O decreto anterior era de 50 pessoas. Como estamos numa fase de ir dando passo a passo, ir liberando atividades, resolvemos subir um pouco para ir monitorando e liberando paulatinamente. Com o passar dos dias, das semanas, vamos avaliando”, afirmou o governador Rui Costa na manhã desta quarta-feira, durante evento de entrega da reforma de uma unidade de emergência em Pirajá.

O governador destacou que os números da covid-19 são descendentes na Bahia. “O número de óbitos era para estar ainda mais baixo, mas estamos tendo que lançar diariamente números que não foram lançados na data correta por diversos municípios”, explicou.

“Estão aparecendo casos antigos e a gente tem que divulgar, naturalmente. Se não fosse esse represamento, hoje estaríamos na faixa de 30 óbitos diários”, disse o governador, afirmando que ainda é um número alto e que as pessoas devem continuar mantendo todos os cuidados necessários para impedir a evolução do novo coronavírus.

O secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, também falou da decisão de permitir eventos com mais pessoas. “O que explica é o fato de aqui na região Leste, principalmente, ter havido uma redução da taxa de transmissão para em

“O decreto anterior era de 50 pessoas. Como estamos numa fase de ir dando passo a passo, ir liberando atividades, resolvemos subir um pouco para ir monitorando e liberando paulatinamente. Com o passar dos dias, das semanas, vamos avaliando

Rui Costa

governador

“Diferente de outros estados, a Bahia não entrou em colapso e não deixamos de ter vaga em unidades fechadas para ninguém. No entanto, existe o risco porque não sabemos se haverá uma segunda onda

Fábio Amorim

Infectologista

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 03/09/2020	Página: 02

Tribuna



Rodrigo Maia

IVA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na reforma tributária será alta porque a carga tributária do país é alta. "Não queremos aumentar a carga tributária, mas quem falar que vai reduzir do dia para a noite está mentindo", completou. Em evento virtual organizado pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Maia disse estar otimista com a aprovação da reforma.

Tribuna

60% das empresas já tem impacto menor do covid

AGÊNCIA O GLOBO |

A flexibilização das medidas de distanciamento social tem feito com que as empresas comecem a esboçar alguma recuperação do nível de atividades. Dados da Pesquisa Pulso, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem, mostra que 62% das empresas já apontam que o impacto da pandemia é pequeno, inexistente ou positivo nos negócios na segunda semana de julho.

Semanalmente, essa taxa vem reduzindo. Na segunda quinzena de junho, a incidência de efeitos negativos da pandemia era percebida por 62,4% das empresas; na primeira quinzena de julho, por 44,8%; e agora, na segunda quinzena de julho, por 37,5%.

"Isso já era esperado, pois, a medida em que aumenta o processo de flexibilização, as empresas passam a ter maiores receitas", explica Flávio Magheli, coordenador de Pesquisas Conjunturais em Empresas do IBGE.

Segundo a pesquisa, o setor de serviços continua sendo o mais impactado



negativamente, enquanto o da construção tem o maior percentual de efeitos pequenos ou inexistentes. Este último tem sido beneficiado pelas medidas de auxílio emergencial, lançada pelo governo.

As regiões Sudeste e Sul são aquelas com a maior incidência de efeitos pequenos ou inexistentes na quinzena, segundo pesquisa do IBGE. O Norte, por sua vez, já vive um outro estágio, acima do pré-pandemia. A região concentra a maior incidência de empresas que perceberam impactos posi-

tivos 41,1%.

Economistas afirmam que a tendência é a diminuição gradual dos impactos da pandemia nos próximos meses, com uma maior confiança do consumidor e consolidação da flexibilização dos protocolos em diversas regiões.

No entanto, indicadores de fluxo nas ruas mostram que o patamar de movimento segue abaixo do período pré-pandemia. Dados do Google indicam que o fluxo em lojas de varejo e lazer ainda está 14% abaixo do pré-pandemia, assim como

o movimento em parques (-11%), transporte público (-22%) e locais de trabalho (-10%). No início de junho, a pesquisa mostrou que durante a pandemia de Covid-19, o país perdeu 716 mil empresas.

Segundo o levantamento, os efeitos da pandemia atingiram todos os setores da economia, mas foram mais intensos nos principais segmentos geradores de emprego no país: serviços e pequenas empresas. Entre as firmas que não voltarão a abrir as portas, 99,8% eram de pequeno porte.

Saúde revoga portaria que garantia estabilidade a quem contraiu covid

MATEUS VARGAS, O ESTADO DE S. PAULO

O Ministério da Saúde anulou ontem uma portaria, que havia sido publicada no dia anterior, e incluía a covid-19 na Lista de Doenças Relacionada ao Trabalho (LDRT). Essa mudança poderia garantir, sem perícia, estabilidade de um ano no emprego ao trabalhador, caso ele contraísse covid-19 no serviço.

A medida estava em uma portaria publicada na terça-feira, 1º, que foi invalidada por outra portaria, publicada nesta quarta, 2, em edição extra do Diário Oficial da União.

Na portaria de terça-feira, a covid-19 aparecia classificada como pertencente ao grupo "Doenças Relacionadas ao Trabalho com respectivos Agentes e/ou Fatores de Risco", devido à possível exposição ao vírus em atividades de trabalho.

Com essa classificação, a medida permitiria que funcionários afastados por mais de 15 dias passassem a receber auxílio-doença acidentário, além de estabilidade por um ano e direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Se a portaria estivesse

em vigor, ao pedir afastamento ao INSS, o médico poderia considerar que se tratava de doença do trabalho, sem necessidade de prova. E caberia, então, à empresa provar o contrário.

Coordenador da área de Relações de Trabalho e Consumo do escritório Andrade Silva Advogados, Aldemir Pereira afirma que, após o recuo do ministério, o trabalhador deve comprovar, por meio de perícia, que a infecção pela covid-19 teve relação com o local de trabalho para receber benefícios como a estabilidade.

Antes, diz ele, "se o empregado faz home office, poderia ser considerado também doença ocupacional". "Caberia à empresa comprovar que não, que ele está em confinamento, em home office."

Com o recuo, volta a valer o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). Em abril, a Corte já havia definido que os casos de contaminação de trabalhadores pelo coronavírus poderiam ser enquadrados como doença ocupacional. No entanto, esse reconhecimento não é automático. O funcionário precisa passar por perícia no INSS e comprovar que contraiu a doença no trabalho.

EM 2022

EM 2022

Banco Central vê espaço para moeda digital

MARINA BARBOSA, CORREIO BRASILIENSE

O Brasil pode ter as condições necessárias para a emissão de uma moeda digital em 2022. A avaliação é do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que tem dito que a moeda digital será o futuro do sistema financeiro.

"Para ter uma moeda digital, você precisa de um sistema de pagamentos instantâneos que seja eficiente e interoperável; um sistema aberto, onde pode criar competição; e uma moeda que tenha credibilidade, seja conversível e internacional. Depois disso, eu acho que você tem todos os ingredi-

entes para ter uma moeda digital. Nós achamos que teremos isso em 2022", avaliou Roberto Campos Neto, em evento promovido pela Bloomberg ontem.

O presidente do Banco Central ressaltou que a emissão de moeda digital não é a causa, mas a consequência desse processo de digitalização e modernização do sistema financeiro. E lembrou que esse processo já começou no Brasil, por meio da agenda de inovação do BC, a Agenda BC#, que, por sinal, não parou e não teve nenhum evento adiado por conta da crise do novo coronavírus.

Campos Neto lembrou que o BC vai lançar em novembro o sistema de paga-

mentos instantâneos do Brasil, o PIX. O Open Banking também começa a ser implementado neste ano com o intuito de ampliar a competição do sistema financeiro nacional e, segundo o ministro, será mais amplo que o de outros países.

Além disso, Campos Neto tem conversado com parlamentares sobre o projeto de lei que o BC apresentou em 2019 para modernizar o sistema de câmbio brasileiro. A previsão é que o projeto seja votado nas próximas duas semanas, segundo o ministro. E é por isso que ele acredita que as condições para a emissão de moeda digital estarão estabelecidas no Brasil já em 2022.

De olho nesse processo, o BC já até criou um grupo de trabalho para avaliar os impactos da eventual emissão de moeda digital no Brasil. O grupo foi criado há exatamente duas semanas, "com o intuito de antever o futuro das relações financeiras", e deve apresentar conclusões sobre o assunto dentro de seis meses a um ano.

Na criação do grupo de trabalho, o BC lembrou que a emissão de moeda digital por bancos centrais (CBDC na sigla em inglês, central bank digital currency - CBDC) tem sido "objeto de estudo mundial" e "pode ser uma possibilidade para aprimorar o modelo vigente das transações comerciais entre as pessoas e mesmo entre países".

FILE DO MERCADO

Indústria financeira corre atrás de profissionais

CYNTHIA DECLOEDT, O
ESTADO DE S. PAULO

A perspectiva de o juro baixo ser o novo normal no Brasil e no mundo está abalando várias instituições financeiras que há pouco tempo transitavam tranquilamente entre os clientes de alta renda. No novo cenário, acelerado pela pandemia, a indústria do private banking, como é conhecido o segmento que atende aos endinheirados, está atrás de manter os seus clientes e, para isso, investindo pesado na contratação dos melhores profissionais da praça e em tecnologia. O volume de investimentos do segmento private no Brasil está

atualmente na casa de R\$ 1,38 trilhão.

Na terça-feira, 1º, o assunto nesse mercado foi a ida de cerca de 19 profissionais do private banking da XP, para seu concorrente mais agressivo na área de investimentos, o BTG Pactual. Ambas instituições não comentam a informação. Mas o foco do BTG é, segundo fontes, ampliar ainda mais as captações da área de gestão de fortunas do banco, onde a participação da plataforma de varejo de alta renda, o BTG Pactual Digital, tem tido uma contribuição crescente, embora o banco não mostre os números isolados.

No segundo trimestre, o BTG destacou no balanço os

R\$ 10,7 bilhões captados por este segmento de administração de fortunas do banco, onde as receitas cresceram 29% em 12 meses, para R\$ 368 milhões. A XP não abre seus números sobre alta renda, mas tem mais de 120 profissionais voltados no atendimento desse público.

O BTG não está sozinho. Na última segunda-feira, 31, o Bradesco confirmou informação antecipada pela Coluna do Broadcast, no fim de semana, de que passará a oferecer seus serviços de investimento para os clientes do private do JP Morgan, que centrará foco somente em sua plataforma de investimento no exterior. Com isso, deu mais um passo rumo à expansão desse seg-

mento concentrado em clientes que possuem mais de R\$ 5 milhões para investimento.

"Reforçaremos nossa posição no segmento 'high' e ultra-high' e teremos mais um suporte de crescimento na área", disse o vice-presidente do Bradesco, Marcelo Noronha. Se a transferência dos clientes for integral, o banco aumentará em uma única tacada os ativos sob gestão de seu private em 7 pontos percentuais. Hoje, a instituição possui R\$ 300 bilhões sob gestão, conforme os últimos dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o correspondente a 21% de fatia do mercado.

QUASE IGUAL A DE R\$20

Banco Central lança a famosa cédula de R\$ 200

FABRÍCIO DE CASTRO E
EDUARDO RODRIGUES, O
ESTADO DE S. PAULO

O Banco Central lançou ontem a nova nota de R\$ 200, que tem a imagem do lobo-guará. Serão impressas neste ano 450 milhões de unidades da nota de R\$ 200, o que representará um montante de R\$ 90 bilhões.

Escolhido para estampar as novas cédulas de R\$ 200, o lobo-guará ficou em terceiro lugar em pesquisa realizada pelo BC em 2001 para definir os animais com ameaça de extinção que poderiam fazer parte de cédulas. A tartaruga marinha ficou em primeiro lugar e passou a estampar a nota de R\$ 2, lançada em 2001. O mico-leão-dourado ficou em segundo lugar na votação e foi impresso na cédula de R\$ 20 em 2002.

O MESMO TAMANHO

A diretora de Administração do Banco Central, Carolina de Assis Barros, explicou que a nova cédula de R\$ 200 tem o mesmo tamanho da cédula de R\$ 20 (142 mm x 65 mm). Até então, todas as cédulas da 2ª família do real tinham tamanhos crescentes conforme o valor nominal.

"Não havia tempo hábil para a adaptação do parque fabril da Casa da Moeda para fabricar uma cédula maior que a de R\$ 100. Por ser uma alta denominação de valor, escolhemos uma série de elementos de segurança robustos, incluindo o número que muda de cor, que já é usado na cédula de R\$ 20", explicou.

As cores predominantes são cinza e sépia. Entre os elementos de segurança, também há a marca d'água com a imagem do

lobo-guará e do valor da nota, quando posicionada contra a luz. A exemplo de outras cédulas, há também um quebra-cabeça que pode ser visto através da nota. Também há textura em alto relevo e chamado fio de segurança.

MAIOR DEMANDA

De acordo com o BC, a impressão das notas de R\$ 200 busca atender uma maior demanda por papel moeda, surgida entre a população durante a pandemia de coronavírus.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o lançamento da cédula é uma resposta do BC às mudanças provocadas por pandemia de covid-19.

"Um dos desafios foi o aumento expressivo da demanda das famílias por dinheiro desde o começo da

pandemia. Outras nações viveram fenômenos semelhantes. Em momentos de incerteza é natural a busca de uma garantia de uma reserva em dinheiro. Os programas de transferência de renda - com a extensão do auxílio emergencial - também contribuem por essa maior demanda por dinheiro em espécie", afirmou.

Segundo Campos Neto, o retorno de cédulas às agências bancárias também ficou menor durante a pandemia. "O BC tem conseguido fornecer cédulas e moedas para atender sociedade de maneira adequada. Ainda assim, não é possível prever se essa demanda por dinheiro continuará aumentando, e por quanto tempo. Por isso, este momento se mostrou oportuno para lançamento de cédula de maior valor", completou.

REFORMA ADM

Salários de futuros servidores serão equiparados aos da iniciativa privada

BLOG DO VICENTE, CORREIO BRASILIENSE

A reforma administrativa, cujas linhas gerais serão encaminhadas nesta quinta-feira (03/09) ao Congresso, vai reduzir — e muito — os salários iniciais de futuros servidores. Há o entendimento, dentro do governo, de que é impossível que um funcionário público ganhe, em média, 90% acima de um trabalhador da iniciativa privada exercendo as mesmas funções.

Esse detalhamento, no entanto, não será explicitado num primeiro momento, para não motivar embates maiores do que o esperado no Congresso. "Tudo será feito em etapas. Sabemos que os servidores já se prepararam para tentar tudo o que puderem no Legislativo a fim de barrarem a reforma", afirma um técnico da equipe econômica.

Hoje, a diferença salarial entre quem está no início e quem está no final de carreira é de cerca de 10%.

"Isso inviabilizar um sistema de promoções justo no serviço público. Queremos uma progressão das carreiras, de forma que apenas quem realmente mereça vá galgando postos melhores", acrescenta o mesmo técnico.

O Ministério da Economia garante que tudo será feito de forma clara, para que haja um sistema de salário mais justo. Serão formados comitês para definir as melhores regras a serem seguidas. Também haverá brechas para cortes de salários em caso de problemas fiscais. O governo, no entanto, sabe que esse será um dos pontos de maior embate no Congresso.

Entre os técnicos da equipe econômica, a confiança é grande em relação ao avanço da reforma administrativa. Para eles, uma das principais barreiras foi superada: o presidente Jair Bolsonaro, que havia mandado engavetar as propostas, o que pesou para a saída de Paulo Uebel do Ministério da Economia.

Tribuna

Prefeitura de Teixeira de Freitas aprimora processo para abertura de empresas

A partir desta terça-feira, 01/09, abrir uma empresa em Teixeira de Freitas será mais fácil e rápido, porque em parceria com o Sebrae e a Juceb o processo de análise de viabilidade foi aprimorado no município de Teixeira de Freitas. O decreto municipal 669/2020, criou a tabela de atividades econômicas e seu grau de risco. Essas regras irão automatizar o envio dos requisitos que o empreendedor deverá cumprir para se instalar de forma ágil e segura na localização escolhida. A

partir desta terça-feira, 01/09, apenas a Secretaria de Infraestrutura ficará com a competência de analisar os pedidos de viabilidade, através da Sala do Empreendedor.

BENEFÍCIOS DO DECRETO

- Unifica a classificação de risco das atividades econômicas entre os vários órgãos municipais de registro e licenciamento empresarial, reduz a burocracia e simplifica o processo de abertura e alteração de empresas na cidade de Teixeira de Freitas.

- Diferencia as empresas de acordo com a natureza da atividade e negócios. As empresas de baixo e médio risco serão liberadas para funcionar pela Prefeitura imediatamente após se registrarem no Município, sendo que atividades de baixo risco não irão precisar de alvarás ou licenças para exercer a atividade, nos termos da Lei da Liberdade Econômica. Serão mais de 600 empresas, de baixo e médio risco, beneficiadas com a regulamentação, contribuindo com a geração de empregos e renda na



AGILIDADE

Cidade é a primeira na Bahia a aprimorar abertura de empresas na Junta Comercial

região.

- Regulamenta a expedição do alvará de funcionamento online juntamente com uma série de medidas informatizadas que visam

acelerar e aprimorar os trâmites municipais de registro empresarial.

- Aumenta o controle sobre atividades de alto risco, evitando a ocorrência

de prejuízos na área ambiental, sanitária, de prevenção contra incêndio e pânico no município, favorecendo a segurança da população teixeirense.

Tribuna

Semana Brasil promete aquecer o comércio em Salvador

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Começa hoje, quinta-feira, 3 e termina dia 13, em todo o país, a semana Brasil. O evento é coordenado pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), com apoio do Governo Federal e vai oferecer ofertas especiais aos consumidores. O objetivo é de aquecer as vendas no varejo, diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Esta é a segunda edição do evento, que no ano passado reuniu, mais de 14 mil empresas em todo o Brasil. A Fecomércio-BA

dá o seu apoio à Semana Brasil. De acordo com o presidente Carlos de Souza Andrade, "a Semana Brasil tem a louvável iniciativa de aquecer as vendas no mês de setembro. Estamos numa fase em que as iniciativas promocionais para ajudar o varejo a sair dessa crise são fundamentais. Na capital baiana, a ação chega em momento apropriado, com os shoppings centers em funcionamento."

A iniciativa é da Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, conta com o apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e está sendo co-

ordenada pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV).

A Semana Brasil é baseada em três pilares: colaboração, otimismo e oportunidade, sendo a primeira data comemorativa do varejo após a reabertura do comércio. Criada em 2019, a Semana Brasil tem a missão de destacar o mês de setembro como mais um período de promoções que pode contribuir para aquecer a economia, movimentando o comércio. Mesmo sendo um mês tradicionalmente de baixo apelo promocional, setembro é considerado pela Confederação como um importante termômetro de confiança que antecede o

último trimestre de cada ano.

No ano passado, segundo a Ebit/Nielsen, as vendas online cresceram 41% durante a Semana Brasil em relação ao mesmo período de 2018. As vendas no varejo registraram crescimento nominal de 11,3% no mesmo período, segundo levantamen-

to da Cielo. A expectativa do governo é de que o evento em 2020 traga resultados ainda melhores para a economia.

Para o secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Fábio Wajngarten, "a Semana em 2020 vai se tornar o ponto de partida de um novo tempo para o comércio, tempo

de normalização da relação econômica entre pessoas e empresas. Faremos tudo isso com respeito às normas de segurança sanitária, com empresários e consumidores cientes da importância da manutenção e fomento das relações comerciais, bem como do cuidado com a saúde do próximo."

LEILÃO - UPI BELO HORIZONTE OTHON PALACE



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 03/09/20	



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: A QUEDA DO PIB E O FUTURO DA ECONOMIA



admin 3 Setembro, 2020

A economia brasileira caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020 e não poderia ser de outra maneira com o país semiparalisado pela pandemia. Mas isso é passado e o passado está no túmulo, o que interessa agora é saber se esse fantasma pode assombrar o futuro. O fantasma mais assustador é o comportamento do consumo das famílias, que caiu 12,5% entre abril e junho. Essa variável, no entanto, que corresponde a 65% do PIB, já voltou a crescer e foi estimulada pelo auxílio emergencial, que evitou uma queda muito maior da atividade econômica.

Esse auxílio emergencial continua empurrando o consumo para cima no terceiro trimestre, como demonstram vários indicadores, a exemplo de consumo de energia elétrica, consumo de cimento, fluxo nos pedágios e índice de confiança do empresariado. Em agosto, a classe média também começou a sair da toca e, como não consumiu nada no trimestre anterior, está com dinheiro no bolso, pronta para voltar ao consumo. Aliás, a prova mais concreta disso são as remarcações de preços que já começam a se verificar na área alimentícia e de material de construção.

Assim, é possível dizer sem temor que no 3º trimestre do ano, a economia brasileira vai crescer entre 7% e 9%, como prevê a quase unanimidade dos economistas. O crescimento vai ser alto, não só porque a comparação será com o baixo crescimento do trimestre anterior, mas também porque os empresários voltaram abrir suas lojas, o governo continua injetando R\$ 50 bilhões por mês na economia via auxílio emergencial e a classe média está adquirindo mais confiança para voltar às ruas e com dinheiro para consumir. Mas, atenção, se a previsão de crescimento alto no 3º trimestre é quase unânime, o comportamento da economia no 4º trimestre e em 2021 ainda guarda forte componente de incerteza.

Isso porque não se sabe se a estabilização da pandemia será duradoura e, por outro lado, o governo vai reduzir pela metade o auxílio emergencial, tirando R\$ 25 bilhões/mês de circulação, o que vai fazer com que o dinamismo fique mais atrelado à capacidade dos segmentos econômicos de retomarem suas atividades. A taxa de juros de 2% ao ano vai motivar a retomada da economia, como já se vê em alguns setores, como por exemplo a construção civil, mas ainda será necessário avaliar o comportamento de outros segmentos e do emprego. Em resumo: do passado já sabemos que foi trágico, quanto ao futuro o sinal é de recuperação forte neste trimestre e de otimismo cauteloso no último trimestre do ano.

A INFLAÇÃO NÃO ESTÁ MORTA

Em Salvador, houve aumento de preços nas lojas de material de construção e no ramo alimentício, setores em que a demanda voltou a crescer forte. A construção civil está em franca recuperação e Salvador tem demanda reprimida e baixo estoque de imóveis novos prontos. A baixa taxa de juros no mercado financeiro também aumenta a demanda por imóveis novos. Além disso, a demanda por material de construção aumentou já que a população pobre destinou parte do auxílio emergencial para a ampliação das habitações de baixa renda, batendo laje e fazendo puxadinhos. Isso está acontecendo em um setor específico, mas é preciso não descuidar da cunha fiscal, afinal a inflação não está morta.

A BAHIA E A LEI DO GÁS

A nova lei do gás aprovada na Câmara deve reduzir o preço do insumo. Segundo o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, a lei é importante, mas a Bahia já tinha se antecipado em alguns pontos, ao criar o mercado livre de gás que viabiliza preços mais competitivos. Cavalcanti diz que a nova lei não mexe no monopólio da distribuição de gás, a cargo dos estados segundo a Constituição, mas coloca a agência federal, ANP, como órgão regulador, o que pode causar insegurança jurídica, já que estará regulando concessões estaduais. O ideal seria o Senado, sem alterar a lei, esclarecer os limites da ANP na regulação dos gasodutos de transportes e dos ativos das companhias estaduais de gás. (A Tarde – 03/09/2020)

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 03/09/20	



TRIBUNAIS AGILIZAM COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



admin 3 Setembro, 2020

Tribunais de Contas do Brasil tem utilizado a inteligência artificial (IA) para auxiliar na fiscalização de contas de governos e prefeituras, o que pode levar à economia em contratos, denúncias de irregularidades e, finalmente, à transparência perante a sociedade, segundo avaliação da Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O presidente da Atricon, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, também conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), avalia que a proliferação de inovação tecnológica propiciou a presença de mecanismos de inteligência artificial no âmbito da administração pública, sobretudo nos tribunais de contas. Segundo ele, as normas brasileiras de auditoria do setor público já preconizam o valor e benefício que essas ferramentas proporcionam.

“Praticamente todos os tribunais de contas do Brasil investiram muito em inteligência artificial, um dos ramos da ciência da computação que busca símbolos computacionais e que criam mecanismo que simulam a capacidade humana de pensar e resolver problemas, esse é o grande desafio, o uso de técnicas de inteligência artificial para subsidiar ações de controle”, disse. Para ele, a implementação de medidas voltadas à gestão de informações estratégicas, usando ferramentas de inteligência, podem ajudar no tratamento de grandes massas de dados. “Hoje os tribunais de contas do Brasil são depositários do maior acervo de informações referente ao setor público, à administração pública. Não adianta ter um acervo expressivo se não tem instrumentos, ferramentas, tecnologia suficiente para fazer bom uso desses dados.”

Nogueira afirma que os tribunais de contas do país têm investido no desenvolvimento dessas ferramentas, feitas por técnicos das próprias cortes de contas e também em parceria com a academia. “Os tribunais desenvolveram equipes de TI e os exemplos são expressivos no Brasil inteiro, porque o volume de dados é tão grande, então você tem que criar ferramentas que

estabeleçam determinadas malhas”, disse. Ele explicou que, se a ferramenta aponta alguma eventual distorção de determinado procedimento, aquele procedimento automaticamente já cai naquela malha, como um sinal de alerta. “Com isso, a gente ganha tempo, otimiza a fiscalização. Aqueles processos que as ferramentas não conseguem identificar nenhuma irregularidade, eles tramitam sem prejuízo, sem perda de tempo, para que outros casos sejam analisados.”

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/09/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 03 de Setembro de 2020 - 10:20

Governo federal envia ao Congresso proposta de reforma administrativa

O governo federal enviou, nesta quinta-feira (3), a reforma administrativa ao Congresso. O texto sugere uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público. No entanto, elas se referem apenas a novos funcionários, sem impacto naqueles que já estão em serviço. Além disso, servidores do Legislativo e do Judiciário não serão impactados, restringindo as regras à estrutura do Executivo.

Segundo informações do G1, um dos destaques é o fim da aposentadoria compulsória como forma de punição. Algumas categorias ainda punem seus servidores dessa forma, o que faz com que eles deixem de trabalhar, mas mantenham o salário.

A proposta de reforma também propõe a proibição de promoções ou progressões na carreira exclusivamente por tempo de serviço; a proibição de mais de 30 dias de férias por ano; e a proibição de parcelas indenizatórias sem a caracterização de despesas diretamente decorrentes do desempenho da atividade.

A tramitação agora cabe às Casas Legislativas. Tanto a Câmara quanto o Senado precisarão de 2/3 dos votos dos parlamentares nos seus dois turnos de votação para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/09/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 03 de Setembro de 2020 - 00:00

No 'novo normal', empresários não sabem se voltam a reabrir negócios em Salvador

por **Matheus Caldas**

A pandemia do novo coronavírus concedeu modificações profundas em Salvador. As noites no Rio Vermelho e no Imbuí ficaram silenciosas, os becos da Avenida Sete se esvaziaram, e uma situação sui generis se estabeleceu na maior capital do Nordeste. Com a crise sanitária, parte das atividades comerciais ficou parada por mais de quatro meses e, na última segunda-feira (31), teve início o último ato de reabertura do comércio: a fase 3 autorizada pela prefeitura ([entenda aqui](#)). Contudo, mesmo com a liberação, qual o futuro destes empreendimentos? O Bahia Notícias procurou os donos de pequenos, médios e grandes negócios da cidade, pessoas diretamente impactadas pela crise econômica.

O dia 10 de agosto marcou o gatilho para o início da fase 2 de reabertura das atividades comerciais em Salvador. Nesta etapa, foi autorizada a reabertura de bares, restaurantes, academias de ginástica e salões de beleza – com restrições de funcionamento ([entenda aqui](#)).

Mesmo com a liberação, a Choperia Salvador, bar situado no boêmio bairro do Rio Vermelho, ainda não sabe se voltará abrir. De acordo com um dos sócios do espaço, Fábio Dias, ainda há uma análise sobre como outros estabelecimentos do setor vão se comportar após a reabertura.

“Estamos avaliando os primeiros dias de reabertura. Até porque, pelo que temos visto e pesquisado, muitos lugares que fizeram essa reabertura tiveram que fechar, porque houve o aumento no número de casos”, pondera, em entrevista ao Bahia Notícias.

Ainda de acordo com Dias, outras nuances são levadas em consideração para a retomada da choperia, como a recontração de funcionários, reposição de equipamentos que foram vendidos para saldar dívidas e o pagamento de alguns outros poucos débitos. “A gente está com este receio de fazer o investimento e ter que fechar novamente. Ainda tem a questão do aluguel... Então, todas essas coisas estão sendo avaliadas para ver se realmente a gente vai reabrir”, explica.

Problema semelhante vive a proprietária do restaurante Casa das Coisas, em Piatã, Claudia Partenostro. Ela conta que, apesar de seguir funcionando, teve que adotar um novo modelo de funcionamento no estabelecimento.

O local funcionava apenas aos finais de semana, mediante reserva antecipada. Com as medidas de fechamento estabelecidas pela prefeitura, ela precisou mudar a rotina: foi preciso adotar o sistema de delivery. “Durante a pandemia, meu movimento no final de semana caiu demais mesmo com delivery. Eu nunca tinha trabalhado desta maneira. Inicialmente, só aos fins de semana, comecei a fazer meio de semana também”, conta.

“Eu senti a necessidade de fazer um cardápio mais simples durante a semana para poder entregar e compensar o prejuízo do final de semana. E aí, durante a semana, trabalho com entrega programada”, acrescenta.

Ela explica que, ao modificar a maneira de funcionamento, conseguiu chegar perto do que faturava normalmente. Mas, ainda assim, foi abaixo do que ela ganhava no pré-pandemia. Mas ela frisa que também só conseguiu equalizar o orçamento após cortar outros gastos - ela precisou tirar a filha da escola e das aulas de natação. “Se eu continuasse na mesma rotina que eu tinha, não conseguiria estabilizar”, crava.

Diferente de Fábio e Claudia, Samuel Andrade não teve a mesma sorte no seu negócio, uma academia que ficava no bairro da Boca do Rio. Mesmo com a liberação da prefeitura, ele não conseguiu lidar com a crise financeira que começou antes da pandemia. “Eu tive que fechar principalmente por conta da pandemia. O movimento já não vinha tão bom por conta das mega academias. Aqui na região tem três e vai abrir mais uma. Perdi uma média de 30 a 50 alunos para cada uma que abriu”, lamenta.

“Depois veio verão, Carnaval. Assim que volta do Carnaval já não entra dinheiro. Em março começou a pandemia, teve que fechar, teve a quarentena. Por isso fiquei sem condição de reabrir. Preferi fechar”, emenda.

Ele explica que demitiu a maior parte dos funcionários e só manteve um, que recebeu salário através do benefício emergencial do governo federal. Além disso, contribuiu para o agravamento da crise a inutilização dos aparelhos da academia, que passaram a precisar de manutenção.

“Para reabrir, alguns colegas donos de academia gastaram de R\$ 5 a R\$ 6 mil. Queimaram quatro esteiras minhas. Um colega tinha 15 esteiras e 13 queimaram. Muitos outros equipamentos pararam de funcionar e seria um gasto muito grande”, diz.

Outro problema que ele identificou seria o gasto com equipamentos de higiene e proteção para funcionários e clientes. “Meu ex-sócio está gastando R\$ 1 mil de álcool por mês. O custo está muito alto, e a maioria dos alunos que está indo treinar já pagou plano anual. Ou seja, está tendo o mesmo custo e gasto com funcionário e contas, mas o dinheiro que está entrando não é suficiente. Está entrando metade ou menos que a metade do que se ganha normalmente”, conta.

MEDIDAS DO PODER PÚBLICO

Para Samuel, donos de pequenos negócios deveriam ter tido mais amparo dos governantes. “Para conseguir alguma coisa era empréstimo. E empréstimo, de qualquer forma, você tem que pagar. Era muita burocracia. Alguns donos de academia conseguiram auxílio. Eu não consegui nada, além do pagamento do funcionário que mantive”, reclama.

A Casa das Coisas não necessitou de crédito. Contudo, Claudia relata que amigos reclamaram da burocracia para conseguir auxílios. “Eu acho que poderia melhorar nesse sentido para ser mais fácil o acesso”, opina.

Fábio, por sua vez, também crê que faltou à prefeitura e ao governo do estado apoio aos pequenos empresários. Contudo, ele pondera e diz que os Executivos soteropolitano e baiano agiram de maneira correta no tratamento da crise. “Eu acho que a gente teve sorte até de ter aqui na cidade e estado dois governantes que se uniram para fazer uma série de medidas. Muitas funcionaram. Minha crítica fica mais em torno da ajuda financeira às pequenas empresas. Eu pelo menos não vi e não soube de nada. Mas não sei até que ponto o governo e a prefeitura conseguem dar essa ajuda. Não sei até que ponto isso depende mais do governo federal”, analisa.

Para conter os prejuízos da crise, a prefeitura municipal anunciou um pacote de 101 ações de reativação da economia. Os tópicos vão do reordenamento de espaços de ambulantes à renegociação de débitos municipais ([leia mais aqui](#)).

Para Claudia, além da intervenção do Poder Público, faltou consciência da população para conter a disseminação da Covid-19. "Eu acho Neto e Rui agiram certo, embora acho que a gente já poderia estar numa situação mais livre se as pessoas respeitassem. O problema é que eles colocaram algumas regras que não foram cumpridas. Eu estou aqui perto de Itapuã e é um negócio absurdo. Você percebe que lá ninguém tem noção de nada. Parece que nada está acontecendo", observa.

DADOS DAS ASSOCIAÇÕES

Para o presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), Mário Dantas, os governos municipal, estadual e federal deveriam ser mais eficientes no socorro ao setor empresarial. "Aqui a prefeitura já fez um programa de refinanciamento dos tributos municipais. O governo aqui da Bahia ainda não fez e o governo federal, que é o principal e precisa fazer urgente, ainda não fez", reclama.

No entanto, segundo ele, a prefeitura e o governo estadual vem sendo assertiva nas medidas. "A ACB montou um grupo de trabalho e, naquela linha de, em vez de jogar pedras, vamos catar as pedras e construir um muro que possa proteger a todos, formulamos um plano de retomada responsável que previa o acompanhamento do índice epidemiológico R e ocupação das UTIs. Efetivamente, o governo e a prefeitura adotaram em partes a medida de abertura em etapas como nós propusemos", destaca.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes na Bahia (Abrasel-BA), Luiz Henrique do Amaral, a preocupação, no momento, é que os estabelecimentos do setor não se recuperem da crise. "Essa equação, por mais que estejamos operando uma retomada em níveis satisfatórios do ponto de vista de atividade, não responde a viabilidade empresarial de cada operação. "Do modo que está não está havendo recuperação, mas um maior endividamento. Além do desafio da retomada e do quadro caótico, temos ainda que enfrentar essa readequação das condições ambientais de negócio para conseguir voltarmos a ter resultado", preocupa-se.

Apesar de não haver dados consolidados a nível oficial, Amaral revela que monitoramentos da Abrasel-BA apontam que 1/3 dos bares e restaurantes podem fechar ou ter fechado em função da pandemia. Inicialmente, a estimativa que isso acontecesse para 1/4 dos estabelecimentos.

Dantas ainda acrescenta que todos os setores sofreram com a crise, com agravamento para o comércio, turismo e hotelaria, e bares e restaurantes. "Uma frase que marcou essa pandemia é que nós não estamos todos no mesmo barco, mas na mesma tempestade. Uns em barcos mais estruturados, outros em barcos mais frágeis. Uns mais ao centro da tempestade, outros mais ao largo da tempestade. Mas todos estão nesta tempestade. Então, todas as empresas sem exceção sofreram com a pandemia", ressalta.

DADOS DA CRISE

Se a Abrasel estima que 1/3 dos bares e restaurantes pode fechar, no geral houve o encerramento de 5.169 empresas na Bahia entre os meses de abril e julho deste ano, conforme levantamento divulgado nesta semana pela Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Contudo, segundo o órgão estadual, o índice é 31% menor no comparativo com o mesmo período de 2019 - apesar disto, outras 6.783 empresas abriram em território baiano no mesmo período deste ano.

Já a nível nacional, segundo levantamento elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 6,7% dos donos de bares e restaurantes decidiram encerrar o negócio permanentemente por causa da crise causada pela pandemia ([leis mais aqui](#)).

Os bares e restaurantes, inclusive, são empreendimentos constantemente fiscalizados pela prefeitura. De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), até a última terça-feira (1º) foram interditados na capital baiana 73 bares, restaurantes e similares, sendo 66 bares, três restaurantes, três lanchonetes e uma pizzaria. Todos descumpriram de alguma forma os protocolos estabelecidos pelo município para o funcionamento de atividades deste tipo.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/09/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 02 de Setembro de 2020 - 23:00

Senado aprova MP com crédito de R\$ 5 bilhões para setor de turismo



O Senado aprovou nesta quarta-feira (2) a Medida Provisória (MP) 963/2020, que abre crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões para auxílio ao setor de turismo do país. Esse crédito deverá ser oferecido a pequenas, médias e grandes empresas do setor turístico, para servir como capital de giro. A MP segue para sanção presidencial.

A MP foi votada pelos como item extrapauta, sem estar prevista para votação hoje. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, no entanto, decidiu votar o texto em caráter simbólico, sem manifestações em contrário. Caso não fosse aprovada até a próxima segunda-feira (7), a MP perderia a validade, segundo a Agência Brasil.

A MP foi publicada em 8 de maio. Segundo dados da Câmara dos Deputados, apenas R\$ 1,4 bilhão do total previsto foi empenhado (autorizado) até o momento. Já o total efetivamente pago até agora somou R\$ 418,4 milhões. Caso a MP não tivesse sido aprovada pelo Senado, o restante do dinheiro ficaria parado, impossibilitado de ser utilizado.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/09/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 02 de Setembro de 2020 - 22:40

Maia apresenta modelo de reforma administrativa da Câmara

por Danielle Brant e Isabella Macedo | Folhapress

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apresentou nesta quarta-feira (2) o modelo de reforma administrativa dos servidores da Casa, que inclui a extinção de mil cargos efetivos e um aumento da progressão de carreira de 10 anos para 25 anos. O anúncio ocorre um dia antes de o governo de Jair Bolsonaro enviar a proposta de reforma administrativa. A entrega deve ocorrer às 18h desta quinta-feira (3), segundo o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Ao final da entrevista, Maia informou que o governo federal tinha decidido protocolar a proposta na noite desta quarta, mas, pouco depois, a própria Câmara informou que não havia dado tempo e que a apresentação ocorreria nesta quinta. "Acho que é um gesto que a Câmara faz, a nossa reforma estava pronta há alguns meses, mas com a pandemia a gente atrasou e por coincidência, uma boa coincidência, o governo encaminha amanhã [quinta] a PEC [Proposta de Emenda à Constituição]", disse Maia.

"A PEC poderá também tratar de temas do poder Legislativo, já que vai tratar também de servidor, a questão de estabilidade para os nossos servidores, são temas que uma emenda constitucional pode tratar. Nós vamos tratar daquilo que cabe aos projetos de lei e aos projetos de resolução", afirmou. Na Câmara, a reforma será feita por meio de medidas que incluem projetos de resolução, atos da mesa diretora e normas da diretoria geral. Entre as iniciativas que serão adotadas, está a implementação de avaliação de desempenho de servidores, a redução de cargos de 26 para 8, sendo seis de nível superior e dois de nível médio.

Haverá uma redução de salário de ingresso de novos servidores em cerca de 40%. "Hoje elas [as carreiras] são muito curtas e os salários iniciais são muito altos. A gente precisa ter carreiras mais longas, onde o mérito prevaleça, o estímulo para que você possa chegar no final da carreira", afirmou Maia. Segundo o diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio, a ideia é que as remunerações estejam mais alinhadas à realidade do país. Dos mil cargos que serão extintos, 633 estão vagos. Os demais são referentes a servidores que vão se aposentar no curto prazo.

A proposta será apresentada aos líderes partidários, segundo Maia, que afirma que é possível votar as mudanças antes das eleições municipais. "Acho que trabalhar o mês de setembro e algumas coisas votar em outubro, os atos da Mesa quando tiver acordo na Mesa já publicá-los, então acho que tem muito espaço", avaliou.

Veículo: Política Livre	
Data: 03.09.2020	Caderno: Economia



02 de setembro de 2020 | 14:16

Rui libera eventos para até 100 pessoas em todo Estado, só com concordância de prefeitos

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) assinou um decreto que amplia o limite da quantidade de pessoas permitidas em eventos em todo estado da Bahia.

A medida amplia a permissão para realização de eventos desportivos, cultos religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas, aulas em academias de dança e ginástica de 50 para 100 pessoas.

O Governo da Bahia, porém, não justificou previamente a medida ou anunciou com antecedência as alterações. O ato foi publicado na edição desta quarta-feira (2) do Diário Oficial do Estado (DOE).

Vale lembrar que, apesar da liberação, ainda caberá às Prefeituras a decisão final sobre a realização de eventos ou decretos que regulamentam atividades durante a pandemia do novo coronavírus.

FOLHA DE S.PAULO

[Reforma administrativa](#)

Reforma administrativa proíbe progressões automáticas e abre caminho para fim da estabilidade

Primeira fase da reforma do governo torna concursos mais rigorosos e pode levar a corte de salário dos futuros servidores

3.set.2020 às 10h45

[Bernardo Caram Thiago Resende](#)

Brasília

Após quase um ano de adiamentos sucessivos, o governo [Jair Bolsonaro](#) apresentou nesta quinta-feira (3) as linhas gerais da proposta de [reforma administrativa](#), que pretende racionalizar o serviço público e reduzir gastos com pessoal.

A medida proíbe [progressões automáticas de carreira](#), como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o [fim da estabilidade](#) em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras. Sem efeito sobre os atuais servidores e dependente de futuras regulamentações para mudar regras consideradas sensíveis, a medida não deve gerar economia aos cofres públicos no curto prazo.

Nos planos do governo, também estão a redução das remunerações de entrada no serviço público e a ampliação do número de [faixas de salário](#) para evolução ao longo da carreira. Esses pontos devem ser tratados em projetos que serão apresentados em um segundo momento. No início da noite desta quinta, membros do governo devem se dirigir ao Congresso para protocolar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que representa a primeira etapa do pacote.

O texto formalizado nesta quinta torna mais rigoroso o processo de seleção para entrada em um cargo público. Hoje, a pessoa aprovada passa por três anos de estágio probatório, que usualmente não cria nenhum impedimento para a nomeação efetiva.

Com a nova regra, a pessoa passará por dois anos com um vínculo mais frágil, considerado de experiência, e mais um ano de estágio probatório. Após as etapas, o governo selecionará os aprovados de acordo com as vagas disponíveis e a classificação aferida após o período de experiência. Ao apresentar a proposta, o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Mário Paes de Andrade, reconheceu que a reforma é "politicamente sensível".

Em defesa do projeto, ele disse que a reestruturação é necessária para modernizar o Estado brasileiro e melhorar o serviço prestado à população.

Batizada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a medida define que as contratações no serviço público terão diferentes níveis de estabilidade.

A regra permanecerá em molde semelhante ao atual, com maior segurança no cargo, para carreiras típicas de estado, como diplomatas, militares e auditores fiscais. A delimitação exata da lista de carreiras, no entanto, será fruto de regulamentação futura. Para o restante dos servidores concursados, haverá um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com estabilidade mais flexível.

Será menor a rigidez para o caso de o governo precisar, por exemplo, fazer desligamentos por conta de restrições fiscais. Esses postos terão função mais abrangente, facilitando remanejamento de pessoal para áreas com maior necessidade.

No terceiro nível, sem estabilidade, trabalhadores poderão ser contratados com prazo determinado. A ideia é usar esses serviços para demandas pontuais e temporárias. Críticos da medida afirmam que o fim da estabilidade coloca em risco a atuação dos servidores, que ficariam mais vulneráveis a pressões políticas.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, a norma não vai permitir demissões baseadas em critérios arbitrários ou por preferências político-partidárias. A reforma não atinge os servidores em atividade hoje, que seguirão com a prerrogativa da estabilidade e não sofrerão mudança de salário.

O texto apresentado nesta quinta também amplia o poder dado ao presidente para governar por meio de decretos, que não dependem de aprovação do Congresso. Ele poderá, por exemplo, reorganizar órgãos públicos e transformar cargos, desde que não haja aumento de despesa.

A proposta ainda proíbe a liberação de férias anuais superiores a 30 dias. Também será vedada a aposentadoria compulsória como forma de punição de servidores. A iniciativa define que o servidor não poderá ter jornada de trabalho reduzida sem corte de salário em proporção equivalente.

Enquanto o governo discute uma medida no Congresso que poderá cortar jornadas e salários de servidores em momento de aperto fiscal, a [reforma administrativa](#) garante uma proteção para as carreiras típicas de estado. Elas ficarão livres desses cortes salariais.

O envio da reforma administrativa ao Congresso foi adiado ao menos seis vezes nos últimos doze meses. O texto, preparado pela equipe econômica, estava pronto no Palácio do Planalto desde o fim do ano passado, mas seguia travado por ordem de Bolsonaro.

No mês passado, o então secretário Paulo Uebel, responsável pela proposta, pediu demissão alegando insatisfação com a demora no envio do texto. Após pressão do ministro Paulo Guedes (Economia) e cobrança do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), Bolsonaro decidiu autorizar a apresentação da proposta.

Com a reforma, o governo também pretende promover uma drástica redução do número de funções no serviço público. Atualmente, são 117 carreiras que abrigam mais de 2.000 cargos diferentes. O pacote será dividido em três fases. Na segunda etapa, o governo pretende apresentar propostas para reestruturar as avaliações de desempenho e extinguir carreiras.

A terceira fase criará um novo marco regulatório do serviço público e tratará dos salários dos servidores. A equipe econômica trabalha para reduzir o número de carreiras para algo entre 20 e 30. A lista de postos extintos também só será conhecida em um segundo momento.

Outro ponto que será apresentado apenas no futuro é o redesenho das tabelas salariais. O governo quer reduzir os salários de entrada e criar mais faixas para progressão ao longo da carreira. Esses detalhes serão tratados em projeto de lei em outra fase da reforma.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates/grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Regras legais são suficientes para garantir a responsabilidade fiscal?

Sociedade precisa ser convencida de que zelo nas contas públicas é benéfico

Aod Cunha

Doutor em economia, é ex-secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul (2007-09) e conselheiro de administração de empresas

Em 16 de agosto, assinei com outros economistas o artigo "É preciso rebaixar o piso de gastos para que o teto não colapse", publicado na *Folha* em defesa do teto de gastos. Com um déficit nominal indo para mais de 15% do PIB neste ano e a dívida pública podendo alcançar 100% do PIB já em 2021, pareceu-me importante defender uma lei que pode evitar o caos nas contas públicas do país.

O debate recente sobre o teto de gastos ainda me estimula a outra reflexão: por que temos tantas dificuldades para respeitar regras legais de preservação da responsabilidade fiscal no Brasil?

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), durante algum tempo, ofereceu razoável controle sobre o endividamento público, principalmente para estados e municípios. No entanto, mais recentemente, a LRF passou a ser desrespeitada até pelos órgãos fiscalizadores no que se refere ao controle dos gastos com o funcionalismo. O resultado é que a maioria dos estados brasileiros gasta hoje muito mais do que o limite do gasto de pessoal previsto na lei. Criamos o teto salarial para o serviço público na aprovação da reforma da Previdência de 2023. Desde lá, uma série de novos benefícios financeiros passaram a ser excluídos do limite do teto, atualmente fixado em R\$ 30,2 mil. Hoje, só no Poder Judiciário, estima-se que mais de 90% dos juizes recebam acima desse teto.

Instituímos a "regra de ouro", uma combinação dos dispositivos do artigo 167 da Constituição Federal, da LRF e do artigo 6º da resolução do Senado Federal de 2007, para evitar que novas operações de crédito

financiassem o gasto corrente. Outra regra recentemente mudada no Congresso Nacional por solicitação do próprio Poder Executivo.

Chegamos ao teto de gastos, criado em 2016 para limitar o crescimento do gasto total dos três Poderes na União pelos próximos 20 anos. Em 2019, 7 dos 8 tribunais federais, além do próprio Ministério Público da União, já não se enquadraram nos limites previstos. A lei só não foi descumprida porque ainda em o último ano em que a folga de limite do Poder Executivo podia ser usada para compensar o não cumprimento do teto de outro Poder. Veio a pandemia, a pressão por mais gastos, e a regra do teto sobrevive pela flexibilidade para acomodar eventos extraordinários, como a atual crise sanitária. Mesmo assim, as pressões para que a lei seja abandonada ou modificada nos próximos anos são crescentes.

[...]

No Brasil, o ataque à legislação que estabelece regras fiscais é constante. Ainda não há a percepção clara para a população de que gastos e dívida descontrolados geram mais impostos, piores serviços públicos, juros mais altos e renda mais baixa

Por último, ainda temos o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aprovado pela lei complementar 159/2017, como uma nova alternativa para estados que se desequilibraram do ajuste pretendido pela LRF. O Rio de Janeiro assinou o acordo, obteve postergação do pagamento de dívidas e tomou novos empréstimos. Na sequência, não cumpriu com várias das contrapartidas exigidas — e nem por isso sofreu as sanções previstas na lei.

O italiano Alberto Alesina (1957-2022), professor de economia de Harvard, sempre foi reconhecido por suas publicações sobre austeridade e ajuste fiscal. Ao falar na entrega do Prêmio do Tesouro Nacional de 2019, declarou ser um tanto cético sobre a eficiência de regras legais. Como já havia escrito em "Budget Deficits and Budget Institutions" (Alesina e Perotti, 1996), disse que países que já haviam incorporado a responsabilidade fiscal como um valor da sociedade, como a Alemanha, não precisavam de regras fiscais em leis. Por outro lado, lembrou que países que relutavam em ter boa disciplina fiscal, como a Itália, as regras fiscais acabavam não sendo cumpridas.

No Brasil, o ataque à legislação que estabelece regras fiscais é constante. Ainda não há a percepção clara para a população de que gastos e dívida descontrolados geram mais impostos, piores serviços públicos, juros mais altos e renda mais baixa. Todo esse quadro sugere que a eficiência de regras legais para a política fiscal é baixa se não conseguirmos convencer a sociedade dos benefícios da responsabilidade fiscal.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA



Vacina

Com suas declarações contra a obrigatoriedade de vacinação, o presidente Jair Bolsonaro incentiva os fanáticos antivacina, que já têm causado surtos de sarampo e podem até trazer a poliomielite de volta ("Declaração de Bolsonaro sobre vacina contra Covid-19 preocupa pelo potencial antivacinação", Saúde, 2/9). Ele acrescenta mais uma barbárie às muitas de sua carreira, como a homenagem ao torturador, o chute nos médicos cubanos, o incentivo ao desmatamento, o descaço com o vírus etc. etc. etc.

Carlos Brisola Marcondes
(Florianópolis, SC)

No meu tempo de caserna, os membros das Forças Armadas, desde recrutados até oficiais, eram vacinados, e não tinha discussão sobre isso. A pergunta que não quer calar: quando aluno da Academia Militar das Agulhas Negras e depois como oficial do Exército, em algum momento da sua carreira militar o atual presidente da República chegou a se manifestar dizendo que ninguém poderia obrigá-lo a tomar vacina? E conseguiu não ser vacinado?

Derocy Giacomo Cirillo Silva
(Curitiba, PR)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as vacinas já são obrigatórias — assim deve ser. Ninguém, pelo simples fato de ser ignorante, bobo ou irresponsável, tem o direito de pôr em risco a saúde de toda uma população.

Horacio Cerzósimo
(Campo Grande, MS)

Os defensores da "liberdade" sentem-se imunes. Não acreditam que podem ser assintomáticos e disseminar a doença. A vacina não é só para nos imunizar, mas para evitar que propagemos a doença. Parece que somos livres para matar o próximo, desde que ele não seja tão próximo.

José Américo Fernandes Júnior
(Cuiabá, MT)

Antirracismo

O que Irapuá Santana escreveu em sua coluna "Antirracismo é luta de todos" (Opinião, 2/9) deveria ser algo óbvio. Mas às vezes é necessário apontar o que está diante de todos nós.

Clara Castilho Oliveira (Brasília, DF)

Muito bom o artigo de Irapuá Santana. No meu modo de ver, só um branco é capaz de convencer outro branco de que não deve ser racista. Tomara que outras lideranças negras entendam a importância da aliança com brancos. Infelizmente, opiniões como a do articulista ainda são raras.

Maria Lúcia Muller (Rio de Janeiro, RJ)

Casa de Rui Barbosa

Elio Gaspari escreveu em sua coluna que "a Casa de Rui Barbosa merece respeito" (Poder, 2/9). Respeite-a. Respeite-me. A afirmação de que critiquei o Supremo Tribunal Federal é calúnia. Ofende-me. Consegui R\$3 milhões em investimentos para a fundação. Vou digitalizar a biblioteca de Rui. Digitalizar o acervo do arquivo-museu de literatura (Drummond, Lippert). Reformar o museu, que corria risco de desabar. Contratei brigada de incêndio, fato inédito. Meu tuité refere-se à lei que proíbe cachorros de latir. Sou escritora infantil. Pensei numa história que crianças defendem o direito dos animais. Tire-me de seus maus sentimentos.

Leticia Dornelles, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro, RJ)

Vamos falar sobre suicídio

Excelente o quadrinho de Fabiane Langona sobre suicídio e redes sociais (Ilustrada, 2/9). Sim, precisamos tocar nesse assunto. Nunca é demais lembrar que neste exato momento milhares de pessoas estão querendo tirar suas vidas e usaram as redes sociais para pedir socorro, direta ou indiretamente. Mas, infelizmente, ignoramos esses pedidos. Parabéns à cartunista! Evamos, sim, continuar falando sobre depressão e suicídio.

Luciana Schroeder de Oliveira
(Lajeado, RS)

Publicidade de Bolsonaro

A população vai pagar por um serviço que não lhe traz nada. Uma maioria pagando para uma minoria se beneficiar ("Bolsonaro quer triplicar verba de publicidade oficial em 2021", Poder, 2/9).

César Antonio dos Santos
(Porto Alegre, RS)

Este governo está cada vez mais parecido com a "velha política". Por aí ainda é manter o modo "eter na campanha", que foi exatamente aquele no qual o deputado Jair Baixo Clero Bolsonaro passou a sua longa carreira na Câmara.

Hernandez Piras Batista
(São Paulo, SP)

Funcionalismo

Só há um critério menos injusto para avaliar servidores públicos: os usuários do serviço prestado fazem a avaliação ("Estabilidade de servidor público não é vaca sagrada nem bala de prata, diz deputada", Mercado, 1/9). E com um número grande de avaliadores.

Núbia Pedroza Machado (Niterói, RJ)

Quantos projetos de lei o deputado "produtivo" aprovou até hoje? Pelo que pesquisei, até agora aprovou inícrível zero. Se fosse por produtividade, esse aí tinha que ser mandado embora do serviço público.

José Mário Ribeiro Silva (Linhares, ES)

A solução é simples: a partir de 2021, por exemplo, todo candidato a cargo público não gozará mais de estabilidade. Terá quer ter produtividade e regime de aposentadoria similar à iniciativa privada, sem penduricalhos. Os concursados mantêm os privilégios, e o tempo se encarrega de acabar com isso.

Acyr Iwankiw Júnior (Apuarana, PR)

Sou filiado ao Novo e divirjo da estabilidade desse parlamentar. A estabilidade é a contrapartida dada ao estatutário em relação ao celetista. Se retirada, juntamente com a redução do teto salarial pretendida, vai gerar inevitavelmente o sucateamento do serviço público, a terceirização da função pública e o agravamento da má qualidade dos serviços prestados ao usuário.

Abdoral Gomes (Brasília, DF)

ERRAMOS

PRIMEIRA PÁGINA (28.AG.) Em parte dos exemplares, a chamada "Globo desiste de acordo e deve deixar de transmitir F-1 a partir de 2021" remetia para reportagem que ainda não havia sido incluída na edição.

PODER (2.SET., PÁG. A8) Diferentemente do publicado em "STJ deve confirmar nesta quarta afastamento de Witzel", o Ministério Público Federal apresentou na sexta-feira (28) uma primeira denúncia contra o governador do Rio, Wilson Witzel, que ainda não foi submetida à análise da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

Quem tratará o racismo como tema fundamental na economia?

Economistas à esquerda apresentam pouco conhecimento sobre a questão

Marcela Darido e Nathan Santos

Integrantes do Coletivo Clóvis Moura e pós-graduandos do Instituto de Economia da Unicamp

Sim, o "racismo precisa ser tratado como tema fundamental da economia" — como aponta o título do artigo dos professores Sílvio Almeida e Pedro Rossi, publicado no dia 16 de agosto nesta *Folha*. Mas quem deverá fazê-lo?

Embora de forma radicalmente crítica, nós, do Coletivo Clóvis Moura, nos inscrevemos na segunda corrente apresentada por Almeida e Rossi: a de que o racismo é um problema sistêmico.

Sendo um coletivo de pesquisadores negros do Instituto de Economia da Unicamp, vimos debatendo a dominação do pensamento econômico pelo racismo. Fazemos isso ancorados na produção científica de intelectuais que trataram o racismo como tema fundamental à economia e à sociedade, como Clóvis Moura, Maria Beatriz do Nascimento e Léila Gonzalez, entre outros.

Acreditamos ser impraticável uma ciência econômica que não contemple a centralidade do racismo.

Se compararmos o capitalismo a um prédio, o racismo é parte da estrutura fundamental, que garante sua sustentação. Nessa alegoria, os economistas vistoriam e projetam reformas circunstanciais, passando ao largo de sua estrutura.

Isso quer dizer que as interpretações e políticas econômicas ou possuem conteúdo que reproduzem o racismo como estrutura social e econômica ou, necessariamente, com-

batem tal dinâmica. Mas, como discorre o artigo, como ficam os "economistas brasileiros — em sua esmagadora maioria brancos — [que] poderiam refletir" sobre o racismo na economia?

Vejam a distribuição racial na economia. As escolas de economia mais parecem universidades europeias, situadas no último país do mundo a abolir a escravidão. A clareza da pele dos doutores se contrapõe à pele escura dos trabalhadores terceirizados, relembrando a casa-grande. Nada diferente dos economistas de jornais, partidos e governos.

[...]

Vejam a distribuição racial na economia. As escolas de economia mais parecem universidades europeias. (...) A clareza das peles dos doutores se contrapõe à pele escura dos trabalhadores terceirizados, relembrando a casa-grande. Nada diferente dos economistas de jornais, partidos e governos

O racismo aparece na economia como mero detalhe de uma realidade "mestiça", onde só importa a desigualdade de renda, já que somos todos humanos. Economistas à esquerda denunciam os ortodoxos, mas apresentam pouco conhecimento quanto à temática racial. Enquanto isso, celebram autores que entendiam os negros como selvagens e incapazes de terem contribuído conscientemente à formação econômica do país, como Caio Prado Jr. e Celso Furtado.

Elevar o debate nacionalmente, por si só, não é suficiente. É a prática cotidiana que muda a realidade. É preciso entender que o racismo se liga a tudo o que tange o saber econômico. Da taxa de câmbio à superação do subdesenvolvimento, o debate sobre racismo não pode mais estar ausente.

Os economistas brancos não devem se manifestar só quando explodem tensões raciais. É hora de superar referenciais teóricos insuficientes para compreender o racismo como estrutura do sistema econômico vigente. Isso serve para ortodoxos e progressistas. É preciso romper com a herança da escravidão e do colonialismo que os favorecem, com a ideologia de raça da branquitude que se expressa nas teorias e na organização das instituições que lideram.

Este é o desafio. Aos economistas deste jornal, ao que assinou o artigo e a todos do Brasil: vamos de fato tratar o racismo como tema fundamental na economia?

mercado **coronavírus**

Varejistas enfrentam atraso de entregas, falta de produtos e aumento de preços

Lojas de calçados tem gargalo de mercadoria no fim do ano; alta de custos comprime margens

Nicola Pamplona
e Thais Carranza

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Com as vendas em lenta recuperação, em meio ao relaxamento do distanciamento social na maior parte do país, o varejo enfrenta uma nova dificuldade: a de repor estoques. Comerciantes de setores diversos relatam atrasos de entrega pela indústria, falta de produtos e aumento de preços, que comprimem margens diante da impossibilidade de repasse ao consumidor com a economia ainda enfraquecida.

A pesquisa Pulso Empresa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta quarta-feira (2), mostrou que 45,4% dos entrevistados enfrentaram dificuldade de acesso a insumos, matérias-primas ou mercadorias na segunda quinzena de julho, acima dos 38,6% que demonstraram ter o problema na quinzena anterior.

O contratempo é mais frequente entre pequenas empresas — 45,5% relataram esse tipo de dificuldade — e no comércio varejista (71,9%) e de veículos, peças e motocicletas (70,4%).

“Tem fornecedor que está demorando o dobro para entregar, que manda uma parte e a outra vem depois, coisa que não era costumeira, existia uma entrega mais regular”, relata Jorge Dib, diretor da Univinc (União dos Lojistas da Rua 25 de Março e Adjacências) e do Depósito de Meias São Jorge.

Segundo Dib, os lojistas da 25 de Março, na região central de São Paulo, também têm enfrentado dificuldades na entrega de embalagens, particularmente em papelão.

Em sua avaliação, a origem do problema está na indústria, que enfrenta falta de matéria-prima em alguns casos e está trabalhando com pessoal reduzido, por causa do distanciamento social nas empresas.

Conforme a Folha mostrou no domingo (30), vários setores da indústria têm enfrentado falta de suprimentos, como aço e resinas plásticas, e aumento de custos, em meio à alta do dólar, à queda da produção de insumos devido à pandemia e à retomada da manufatura mais rápida

do que o esperado. No varejo de autopeças, o problema não é só de atraso nas entregas, mas de falta de produtos.

“Existe um gargalo logístico em razão da parada da economia chinesa durante quatro meses no primeiro semestre”, afirma Francisco De La Torre, presidente do Sincopeças SP, que representa 27 mil lojas de autopeças no estado.

“Isso está se refletindo agora: o mundo voltou a operar, a recuperação está sendo mais rápida do que se esperava, então há um problema de fornecimento e de aumento de preços, por causa do câmbio. Alguns grupos de autopeças têm aumento de até 30% até julho.”

Segundo De La Torre, essa alta de custos está sendo absorvida pela cadeia. “Todos os players — varejo, acadêmicos, importadores e fabricantes — estão abrindo mão de margens, porque não temos um consumidor em condição de absorver esses aumentos, estamos diante de um consumidor mais pobre.”

A inflação ao consumidor segue contida, em alta de 2,31% em 12 meses até julho, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial do governo. Já no atacado, os custos estão em alta, com o IGP-M (In-

dice Geral de Preços ao Mercado), que é composto em 60% pelos preços ao produtor, acumulando avanço de 13,02% em 12 meses até agosto.

O descompasso entre os dois índices é um indicativo dessa perda de margem das empresas relatada pelo representante do setor de autopeças. Mas há temor de que, com a melhora da atividade esperada para 2021, a alta de preços do atacado seja repassada aos consumidores, elevando a inflação.

No comércio de calçados, o medo é o de que falte produto para as vendas de fim de ano.

“Estamos com um problema sério, os representantes da indústria estão nos ligando e, além de eles estarem com turno reduzido, estão com problemas de matéria-prima, com preços subindo e alguns componentes em falta”, diz Leonardo Annichinno, diretor da Ablac (Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados) e das Lojas Esporte Total, que tem sete unidades em Capivari e Piracicaba, no interior paulista.

“Estamos fazendo pedidos normalmente, mas as entregas já estão todas para dezembro. Precisamos do sapato no comecinho daquele mês, mas muitos não estão garantindo a entrega, então acredito que pode haver falta de produtos no fim de ano.”

Segundo o IBGE, o problema enfrentado pelos varejistas revela um descompasso na capacidade de retomada do comércio e da indústria.

“Quando o isolamento é flexibilizado, as vendas respondem rápido, mas a capacidade de fornecer não se ajusta no mesmo ritmo”, disse o analista do IBGE Alessandro Pinheiro.

“A gente vê aí um problema de abastecimento, que foi provocado pelo choque. O choque atingiu primeiro o lado da demanda e depois foi para o lado da oferta.”

Ainda assim, o instituto não acredita que seja uma questão estrutural, com impactos significativos no processo de retomada da economia após o período mais duro da pandemia.

A mais recente pesquisa de confiança do varejo feita pela CNC (Confederação Nacional do Comércio) ainda aponta es-

Impactos da pandemia nas empresas brasileiras

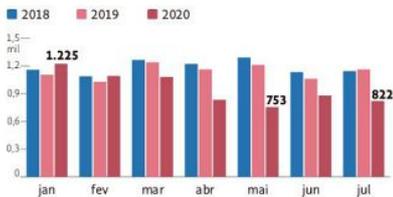
Em %	Teve impacto negativo	Teve impacto pequeno ou inexistente	Teve impacto positivo
1ª quinzena de junho	70	16,2	13,6
2ª quinzena de junho	62,4	22,5	15,1
1ª quinzena de julho	44,8	28,2	27
2ª quinzena de julho	37,5	36,3	26,1

Principais impactos Em %



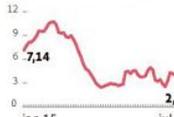
Alta de preços dos insumos está represada no atacado

Produção de aços planos em mil toneladas



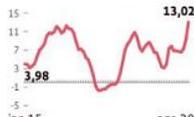
IPCA

Taxa acumulada em 12 meses, em %



IGP-M

Taxa acumulada em 12 meses, em %



Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Taxa oficial de inflação do país, medida pelo IBGE. Mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos

Índice Geral de Preços do Mercado

Calculado pela FGV, é muito usado em contratos, como o de aluguel. É composto pelos índices de Preços ao Produtor Amplo (IPA), de Preços ao Consumidor (IPC) e Nacional do Custo da Construção (NCC)

Fontes: Instituto Agri Brasil, IBGE e FGV

“Estamos com um problema sério, os representantes da indústria estão nos ligando e, além de eles estarem com turno reduzido, estão com problemas de matéria-prima, com preços subindo e alguns componentes em falta

Leonardo Annichinno
diretor da Ablac (Associação Brasileira de Lojistas de Artefatos e Calçados) e das Lojas Esporte Total, que tem sete unidades em Capivari e Piracicaba, no interior paulista

Brasil sobe 4 postos em ranking de inovação, mas ainda é o 62º

SÃO PAULO O Brasil ganhou quatro posições no IGI (Índice Global de Inovação), ao subir do 66º para o 62º lugar de 2019 a 2020, numa lista de 131 países.

“O ranking é publicado anualmente, desde 2007, pela Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), em parceria com a Universidade de Cornell e o Insead (Instituto Europeu de Administração de Empresas).”

Segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), no entanto, apesar da evolução em alguns indicadores que compõem o índice, não há motivos para comemoração.

Isso porque o avanço do Brasil se deve principalmente à queda de outros países, já que a pontuação brasileira diminuiu na passagem de 2019 para 2020, de 33,82 pontos, no ano passado, para 31,94 pontos, neste ano.

“O Brasil ficou em 62º lugar entre 131 países, considerando que o país é a nona economia do mundo, não é razoável”, avalia Gianna Sagazio, diretora de inovação da CNI. A

entidade é parceira da Ompi para a divulgação do índice.

“Essa melhora é muito pouco significativa para o tamanho do desafio que o Brasil tem no sentido de se tornar de verdade um país mais inovador.”

Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido e Holanda lideram o ranking. E, pela primeira vez, dois países asiáticos estão na lista de dez países mais inovadores, com a Coreia do Sul subindo da 11ª para a 10ª posição, enquanto Singapura manteve o 8º lugar.

Em 62º, o Brasil segue sendo o mais mal colocado entre os Brics, bloco de emergentes formado ainda por China (14º lugar), Rússia (47º), Índia (48º) e África do Sul (60º).

Considerando apenas a região da América Latina e Caribe, o país passou da 5ª para a 4ª posição entre 18 países avaliados, atrás do Chile (54º), México (55º) e Costa Rica (56º).

O Uruguai, que ocupava o quarto lugar na região no ano passado, despençou sete posições, para 69º, atrás agora também da Colômbia (68º). Contribuíram para a me-

lhora do Brasil do ranking um avanço em uma posição (para 59º) no subíndice de insumos da inovação, que mede os elementos da economia que viabilizam a atividade inovadora. O país também subiu três posições no subíndice de resultados da inovação, para 64º.

Dos sete pilares que compõem o índice, o país registra melhor desempenho em capital humano e pesquisa, infraestrutura, sofisticação de negócio e produção de conhecimento e tecnologia.

Já os piores resultados são registrados em instituições, sofisticação de mercado e produtos criativos.

Entre as fraquezas apontadas estão a dificuldade de abrir um negócio (106ª posição no ranking), os resultados dos estudantes em avaliação internacional de desempenho em leitura, matemática e ciência (68º), o número de graduandos em ciências e engenharia (81º), a infraestrutura em geral (108º), acesso a crédito (105º) e o crescimento da produtividade do trabalho (93º).

Para a diretora da CNI, fal-

tas ao Brasil políticas públicas de inovação de longo prazo, uma marca dos países que lideram o ranking internacional de inovação.

Além disso, o país tem diminuído recursos para tecnologia e inovação, quadro que tende a se agravar com a piora das

contas públicas em decorrência dos gastos com a pandemia.

Gianna cita como exemplo o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, apresentado na segunda (31), que indica queda nos recursos destinados à ciência e tecnologia. A diretora também critica o

toques elevados no setor, mas a entidade admite que gargalos na produção de insumos e mercadorias pela indústria podem estar dificultando a reposição, principalmente em pequenas empresas.

Segundo Izis Ferreira, economista da CNC, pelo poder de compra, as grandes redes varejistas acabam sendo beneficiadas nos pedidos à indústria, e o pequeno varejo, que já costuma trabalhar com estoques mais reduzidos, acaba enfrentando atrasos nas entregas.

“Existe um gargalo aí que está aos poucos sendo desfeito.” No geral, porém, pelo levantamento da confederação, o sentimento do varejista é o de que o nível de estoques hoje está acima do adequado, reflexo das semanas de portas fechadas no período mais duro da pandemia. A mais recente sondagem da CNC aponta que 35,1% dos entrevistados convivem com estoques altos. Em março, antes da pandemia, eram 22,2%.

Apesar das dificuldades de fornecimento, a pesquisa Pulso Empresa do IBGE mostra de maneira geral um quadro de melhora na percepção das companhias em relação aos seus negócios.

Na segunda quinzena de julho, 37,5% das empresas relatavam sofrer impactos negativos da pandemia sobre suas atividades, abaixo dos 44,8% da quinzena anterior e dos 70% da primeira edição da pesquisa, referente à primeira quinzena de junho.

“A gente vê trajetória de melhora quinzena a quinzena”, disse o gerente da pesquisa do IBGE, Flávio Maghelli.

O número de entrevistados que disseram ter sofrido impacto negativo nas vendas caiu de 46,8% para 34,4% entre as duas quinzenas de julho. Já o contingente daquelas que enfrentaram dificuldade para efetuar pagamentos de rotina passou de 47,4% para 38,9%.

O instituto ressalta, porém, que a evolução é heterogênea e depende do nível de abertura de cidades e estados. No Centro-Oeste, onde o pico da pandemia ocorreu mais tarde, por exemplo, 41% das empresas dizem ter vendido menos no período pesquisado. Já na região Sudeste, esse percentual cai para 32%.

“Cada região está numa fase diferente na retomada gradual das atividades econômicas, passando de um controle mais restrito para um normal controlado. E, obviamente, isso se reflete na maior capacidade de fornecer produtos e também da capacidade de receita e gasto das próprias famílias”, comentou Maghelli, do IBGE.

País sobe quatro posições em ranking de inovação e agora ocupa o 62º lugar

Posição	País	Pontuação (0-100)	Variação da posição em relação a 2019
1º	Suíça	66,08	-
2º	Suécia	62,47	-
3º	Estados Unidos	60,56	-
4º	Reino Unido	59,78	▲ 1
5º	Países Baixos	58,76	▼ 1
6º	Dinamarca	57,53	▲ 1
7º	Finlândia	57,02	▼ 1
8º	Singapura	56,61	-
9º	Alemanha	56,55	-
10º	Coreia	56,11	▲ 1
14º	China	53,28	-
17º	Rússia	35,63	▼ 1
48º	Índia	35,59	▲ 4
60º	África do Sul	32,67	▲ 3
62º	Brasil	31,94	▲ 4

Fonte: Índice Global de Inovação, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Turbina

A pandemia provocou uma queda de 34% nos preços das passagens de avião no Brasil no segundo trimestre deste ano, ante igual período de 2019, segundo os dados mais recentes da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). A tarifa média doméstica ficou em R\$ 294,92 entre abril e junho, quando Latam, Azul e Gol tiveram de deixar suas aeronaves no chão por causa do coronavírus. É a maior redução de preços registrada em um segundo trimestre desde a crise global de 2009.

ASSENTO O baque chegou no setor em março, quando as companhias começaram a reduzir a oferta de voos, mas o pior cenário veio no segundo trimestre, quando a Latam cortou sua oferta de viagens domésticas em 90,2%. Gol e Azul reduziram em 89,9% e 81,4%, respectivamente, ante o mesmo período de 2019.

JANELA Ainda segundo a Anac, 12,6% das passagens para voar no Brasil foram vendidas com tarifas abaixo de R\$ 300. É 57%, por menos de R\$ 300. As passagens com preços acima de R\$ 1.500 foram apenas 0,9% do total.

CORREDOR Na Latam, a tarifa aérea média doméstica caiu 38,9% na comparação com o segundo trimestre do ano passado. A Gol teve uma redução de 36,7% e a Azul, de 25,5%.

ATERRISSAGEM O combustível também ficou mais barato. No período, o querosene de aviação, que representa quase um terço dos custos e despesas operacionais no transporte aéreo, ficou 37% mais baixo, o que teria ajudado as companhias em dificuldade. Porém, a alta no câmbio pesou nas contas do setor.

LOBO-GUARÁ A nova nota de R\$ 200 apresentada pelo Banco Central nesta quarta-feira (2) veio com um defeito de fabricação para quem tem deficiência visual. É que a cédula tem exatamente o mesmo tamanho da nota de R\$ 20, ou seja, vai dar mais trabalho para ser identificada.

TATO Procurado pela coluna, o Banco Central afirmou que o dinheiro terá uma marca tátil, com três barras em alto-relevo no canto inferior direito de sua frente. O recurso também é utilizado em outras notas, mas sempre aliado à diferença no tamanho do papel.

FORTUNA Abandonar um dos sinais sensoriais é um retrocesso, avalia Alberto Pereira, presidente da ONCB (organização nacional de cegos). "As dimensões e marcas táteis são recursos complementares para diferenciar as notas. O lançamento da cédula sem tamanho distinto reduz a autonomia de quem tem deficiência visual", afirma Pereira.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21 set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

VOLUME A Samsung recebeu liberação para diversificar sua produção na Zona Franca de Manaus e montar fones de ouvido sem fio. Para a fabricação e venda dos acessórios feitos na região, a empresa terá benefício fiscal na importação de insumos e no pagamento de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

RAIZ O Ministério Público Federal abriu inquérito sobre a regularidade da fiscalização feita por entidades públicas e privadas para verificar se os produtos vendidos como orgânicos são orgânicos de fato.

XEPA O órgão também vai pedir o resultado das fiscalizações realizadas em feiras livres no estado de São Paulo entre 2017 e 2019 para verificar o volume de irregularidades e autuações envolvendo produtos sem certificação e quais são as medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura nestes casos.

BRINDE A Ambev anuncia nesta quarta-feira (2) o seu novo vice-presidente de marketing. É Daniel Wakswasser, que, em outubro, entra no lugar de Ricardo Dias. Ele está na Ambev há 13 anos. Foi trainee e líder na compra das Cervejarias Colorado e Wäls no Brasil.

ESCANTEIO A empresa de segurança Gocil vai patrocinar o Campeonato Brasileiro da Série C. A companhia vai expor sua marca nos painéis dos estádios em 2026 jogos de futebol, que costumam atrair times de Minas Gerais, Ceará, e outros. A meta, diz a Gocil, é elevar a visibilidade fora de SP.

BOLSO O endividamento das famílias que recebem até dez salários mínimos atingiu o maior nível desde 2010, quando começou a ser medido pela CNC (confederação do comércio). Segundo a entidade, 69,5% desses consumidores possuem algum empréstimo. O percentual está em alta desde fevereiro e subiu 0,5 ponto percentual no último mês.

COFRE Entre as famílias mais ricas, o movimento é contrário. O endividamento foi de 59,1% em julho para 57,8% em agosto. O patamar atual é menor do que os 59,2% registrados no mesmo mês de 2019.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5% a 14%	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	970,4	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Procuradoria vai investigar se Embraer pressionou funcionários a aderir a PDV

Sindicato fala em coação; empresa nega e afirma que processo, encerrado nesta quarta-feira (2), era voluntário e transparente

Isabela Bolzani

SÃO PAULO Em meio a uma das mais severas crises vividas pelo setor aéreo, a Embraer deverá ser investigada pelo Ministério Público do Trabalho sobre suposta pressão que funcionários teriam sofrido para aderir a um PDV (Plano de Demissão Voluntária).

O prazo acabava nesta quarta-feira (2), mas foi prorrogado até esta quarta (2), às 17h. Foi o terceiro PDV da empresa desde julho. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos diz que funcionários acusam a Embraer de coação para adesão ao programa. A empresa nega qualquer pressão e diz que a adesão era voluntária.

O sindicato chegou a fazer uma consulta informal com representantes do MPT sobre o assunto e está orientando os funcionários a fazer o mesmo — a Procuradoria recebeu denúncias formais anônimas sobre o caso.

"Após análise realizada pela coordenadora da PTM [Procuradoria do Trabalho em Município] de São José dos Campos, as denúncias tiveram conexão com um procedimento já existente em face da Embraer, que atualmente está sendo conduzido pela procuradora Ana Farias Hirano", afirmou o órgão.

Esse procedimento é um inquérito já aberto em 2019 contra a fabricante de aviões e cujo tema principal é assédio moral. Além desse, outros sete inquéritos estão abertos no MPT contra a Embraer. O órgão afirmou que a empresa ainda não foi contatada a respeito das denúncias, mas a procuradora Ana Maria Hirano deverá se manifestar nos autos até a próxima semana.

Os próximos passos dependerão de análise dos fatos e do levantamento de informa-

ções preliminares. Procurada, a Embraer não comentou se havia recebido notificação sobre o assunto até a conclusão desta reportagem.

As denúncias de trabalhadores apontam que a empresa pôs em licença remunerada, uma das condições elegíveis para adesão ao PDV, funcionários que estavam em férias coletivas, home office ou suspensão temporária do contrato de trabalho como forma de incentivar a adesão.

"Muitos começaram a receber ligações de seus gestores e supervisores, que diziam estar colocando-os em licença remunerada a partir do dia seguinte e avisavam: 'Dá uma olhada lá no PDV'. Essas denúncias aumentaram muito durante o final de semana, e as pressões para a adesão, ainda que veladas, passaram a acontecer todos os dias por meio de mensagens", afirmou o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Herbert Claros.

Até o fim de 2019, a fabricante de aviões tinha, segundo o seu balanço, 15,901 funcionários apenas no Brasil. O sindicato diz que cerca de 450 empregados já aderiram aos PDVs anteriores.

Funcionários de diferentes áreas da Embraer, que conversaram com a Folha sob a condição de anonimato, contam que se sentiram induzidos pelos chefes a aderir ao programa. Esse processo de convencimento, afirmam, era feito por mensagens e telefonemas.

Segundo eles, os chefes comentavam que havia risco de demissões no fim do ano e que o PDV era uma alternativa melhor para sair da empresa. Outros contam que os chefes avisavam que, caso o funcionário não aderisse ao PDV, não haveria como garantir o emprego no futuro.

Os PDVs e as demissões em



Muitos começaram a receber ligações de seus gestores e supervisores, que diziam estar colocando-os em licença remunerada a partir do dia seguinte e avisavam: 'Dá uma olhada lá no PDV'. Essas denúncias aumentaram muito durante o final de semana, e as pressões para a adesão, ainda que veladas, passaram a acontecer todos os dias por meio de mensagens

Herbert Claros
diretor do
Sindicato dos
Metalúrgicos
de São José
dos Campos

setores de transporte se tornaram uma constante na pandemia. O setor aéreo foi especialmente afetado.

A Embraer, porém, sofreu duplamente. Além do impacto da pandemia, a Boeing reincidiu o contrato de compra da área de aviação civil da Embraer em abril deste ano, sob o argumento de que a empresa brasileira não teria cumprido todas as suas obrigações. A Embraer nega.

Processo era voluntário, afirma empresa

OUTRO LADO

A Embraer afirmou que a indústria aeronáutica foi um dos setores mais impactados pela crise da Covid-19 e, por isso, tem realizado ajustes para se adequar à atual realidade de mercado, sendo o PDV uma das medidas adotadas.

A empresa diz, ainda, que o PDV é um processo voluntário e que foi comunicado com transparência e respeito às pessoas, em linha com seu código de ética e conduta.

"Os colaboradores foram informados por meio dos canais oficiais da empresa, que incluem canais digitais utilizados de forma regular para informar sobre qualquer tema relevante aos colaboradores, principalmente aqueles que estão em licença remunerada", afirmou em nota.

"Vale lembrar que o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de Tucuruva aprovaram a proposta do atual PDV. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e de Araraquara, por sua vez, não levaram a proposta para apreciação dos colaboradores."

Classificar Covid-19 como doença do trabalho depende de avaliação de perito médico federal

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A classificação da Covid-19 como uma doença ocupacional — e, portanto, relacionada à atividade desempenhada pelo trabalhador — depende da avaliação do perito médico federal, que aprova ou não a concessão de benefícios por incapacidade no INSS. Na terça-feira (2), o Ministério da Saúde publicou uma portaria atualizando a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Nesta quarta (2), reavogou a medida.

Na prática, para o trabalhador, isso não quer dizer que a concessão do benefício previdenciário por doença ocupacional fique necessariamente mais difícil.

O INSS utiliza uma relação própria, elaborada pelo antigo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (atual Enciclopédia), para balizar a caracterização de uma doença como acidente de trabalho ou doença profissional — e essa lista não foi atualizada, tampouco revogada.

Quando uma doença não está nessa relação, cabe ao perito médico federal identificar o que o INSS chama de nexo causal entre o trabalho e a doença ou acidente.

Esse nexo causal pode ser

explicado como um conjunto de fatores que permitem estabelecer que o acidente ou o desenvolvimento da doença tem relação com a atividade profissional.

O advogado Rômulo Saraiva, colunista do Agora, diz que esse nexo não se dá apenas com a contaminação (ou ainda, considerando outras doenças, no diagnóstico), mas a partir de um conjunto de variáveis que podem ser consideradas atenuantes ou agravantes.

Nesse sentido, empregador e empregado têm papéis igualmente importantes na composição dessas variáveis.

Para que um caixa de supermercado diagnosticado com Covid-19, por exemplo, tenha a contaminação considerada ocupacional, é necessário que o perito identifique essa relação. Informações constantes no atestado podem ser confrontadas com o dados do Cnae (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas).

Hoje, as perícias presenciais estão suspensas, mas o médico também pode questionar as condições de proteção oferecidas pela empresa. Se, a partir dessa avaliação, houver o estabelecimento do nexo causal, a empresa pode contestar e terá de apresentar seu plano de saúde e segurança do trabalho,



DIFERENÇAS ENTRE O AUXÍLIO-DOENÇA COMUM E O ACIDENTÁRIO

Carência (tempo mínimo de contribuições efetivamente recolhidas)

- 12 meses no comum (doenças como câncer e cardiopatia grave não têm carência)
- Isenta no acidentário

Estabilidade

- Não há no auxílio comum
- 12 meses no auxílio acidentário, contados do retorno ao trabalho

FGTS

- Empresa não é obrigada a pagar no auxílio comum
- Empresa tem de pagar no acidentário

a relação de EPI (equipamentos de proteção individual), os protocolos de limpeza e higiene e a fiscalização do cumprimento dessas medidas.

O trabalhador que considere ficar doente em razão do trabalho ou porque a empresa não forneceu segurança suficiente também pode entrar com recurso no INSS e solicitar a alteração do tipo de benefício.

São duas as principais diferenças, para o trabalhador, entre ter um benefício previdenciário comum e um acidentário (aqueles relacionados ao trabalho).

Quando está recebendo esse último, o trabalhador tem direito à estabilidade no emprego nos 12 meses seguintes ao retorno da licença. Os depósitos do FGTS são mantidos.

Entretanto, quando o Ministério da Saúde incluiu a Covid-19 na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, esses direitos não passaram, mesmo que por apenas algumas horas, a serem automáticos e obrigatórios a todos os trabalhadores que foram ou vierem a ser contaminados. O Ministério da Saúde afirma, em nota, que a portaria foi revogada porque "recebeu contribuições técnicas sugerindo ajustes".

O capital nos tempos de Bolsonaro

Congresso abre mercados de gás, teles e saneamento, mas dinheiro deve demorar a aparecer

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Em teoria, estão abertas as portas para que empresas privadas invistam em saneamento e gás; deve ser enfim destravado o investimento na tecnologia 5G e na expansão das telecomunicações em geral. Quando, quanto esse dinheiro vai aparecer em novos negócios é questão mais nebulosa. É muito improvável que empreitadas nessas áreas tenham algum papel em uma possível retomada econômica, se é que se vai ver investimento notável antes de 2022. Mas, goste-se ou não do que se passa, de priva-

tização em particular, houve mudança legal relevante nesses setores. Desde outubro de 2019, o Congresso aprovou as novas leis de telecomunicações e de saneamento. Está para aprovar a nova lei do gás. Nesta semana, Jair Bolsonaro facilitou o caminho para a expansão do 5G e das teles, regulando a instalação de antenas e o uso de outras infraestruturas. O atrasado leilão das frequências de 5G deve acontecer em meados de 2021. Falta um monte de regulamentações extras e outros

acertos para definir com clareza as regras do jogo, da concorrência e dos preços no caso de saneamento e gás. Faltam agências reguladoras funcionais e comprometidas com o público. Até agora, mudou a base dos negócios: houve abertura do mercado e desregulamentação. Dinheiro firme é outra história. A cada vez que se trata da aprovação das leis gerais para cada setor, a gente ouve e vê que aparecerão dezenas de bilhões de investimentos. Não é assim. No caso do saneamento, a lei

facilita a persistência do antigo regime de predominância estatal. A depender dos arranjos locais, lugares pobres ainda podem ficar sem o serviço. Mas algum governante mais esperto pode desde já tentar atrair investimento privado, ainda mais para lugares em que o povo pode pagar a conta. É mais emprego, é progresso sanitário e não custa para o cofre do governo — ao contrário. Ainda assim, gestores de dinheiro grosso e entendidos do setor dizem que a coisa vai começar devagar, tentativamente, e algum progresso começaria a ficar visível apenas em dois anos e olhe lá. Por falar em dois anos, é a estimativa mais otimista para que se perceba algum resultado na mudança no gás. Isto é, para que se note o começo de investimento relevante e algum efeito nos preços. O caso aqui é ainda mais enrolado, pois são necessários acertos na distribuição estadual do gás, na prática sob controle do governo dos estados, há risco de empresas privadas de transporte (por dutos) de gás atropelarem a concorrência e de outras munições, como as que tentaram enfiar na lei. No Brasil, a maior parte do consumo de gás é industrial — na química, nas fábricas de cloro, fertilizantes, alumínio, vidro, biocombustíveis ou cerâmica, por exemplo. O segundo maior destino do gás é a produção de eletricidade. Até

o ano passado, a Petrobras era quase um monopólio de produção e distribuição (mas suas transportadoras estão sendo vendidas). Em teoria, pode haver mais concorrência. Em tese, com mais competição haverá preços menores, o que pode beneficiar a indústria e permitir a abertura ou reabertura de empresas. Além do investimento extra, o 5G também pode permitir a criação de novos negócios, sabe-se lá quais, a depender da imaginação de empreendedores e do custo de capital. Uma dívida grande é a demanda. Ao fim deste ano, o PIB per capita do Brasil deve ser ainda 13% menor do que em 2014. Confiança e regras claras importam, mas não encham barriga, não destravam investimentos: falta uma perspectiva de crescimento.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Reforma administrativa deverá ser fatiada

Texto que governo prevê apresentar hoje deixará de fora pontos sensíveis, como cargos que perderão estabilidade

BRASÍLIA O governo decidiu fatiar a proposta da reforma administrativa, que tem previsão de ser enviada ao Congresso nesta quinta (3). A primeira etapa não vai detalhar pontos considerados sensíveis: remuneração de entrada dos servidores, faixas salariais para progressão de carreira, lista de funções que serão extintas e definição dos cargos que perderão a estabilidade. Um dos responsáveis pela formulação do texto disse à Folha que, nesta quinta, será enviada ao Legislativo uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que trará os comandos gerais da reforma. A maior parte dos projetos para regulamentar pontos específicos será enviada após a aprovação da medida pelo Congresso. Demais textos que não dependem de mudança na Constituição podem ser apresentados durante a tramitação da PEC.



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia; projeto prevê extinção de mil cargos efetivos na Casa

A proposta, fechada nesta quarta-feira (2) pelo Planalto, define que as contratações no serviço público terão três níveis de estabilidade. Eles permanecerão em moldes semelhantes às regras atuais, com maior segurança no cargo, para carreiras típicas de estado, como diplomatas, militares e auditores fiscais. A delimitação da lista de carreiras, no entanto, deve ser fruto de regulamentação futura. Para o restante dos servidores concursados, haverá um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com estabilidade mais flexível. Será menor a rigidez para o caso de o governo precisar, por exemplo, fazer desligamentos por causa de restrições fiscais. Esses postos terão função mais abrangente, facilitando remanejamento de pessoal para áreas com maior necessidade. No terceiro nível, sem estabilidade, trabalhadores poderão ser contratados com prazo determinado. A ideia é usar esses serviços para demandas pontuais e temporárias. Críticas da medida afirmam que o fim da estabilidade colo-

ca em risco a atuação dos servidores, que ficariam mais vulneráveis a pressões políticas. Segundo técnicos do Ministério da Economia, a norma não vai permitir demissões baseadas em critérios arbitrários ou por preferências político-partidárias. O governo também pretende promover uma drástica redução do número de funções no serviço público. Hoje, são 177 carreiras que abrangem mais de 2.000 cargos diferentes. O governo trabalha para reduzir o número de carreiras para algo entre 20 e 30. No entanto, a lista de postos extintos também só será conhecida em um segundo momento. Um dos formuladores da reforma afirma que a PEC não cita carreiras específicas. Isso será tratado em normas infraconstitucionais enviadas posteriormente. Outro ponto que deve ser apresentado apenas no futuro é o redesenho das tabelas salariais. O governo quer reduzir os salários de entrada e criar mais faixas para pro-

gressão ao longo da carreira. Esses detalhes serão tratados em projeto de lei em outra fase da reforma. A proposta que será apresentada nesta quinta-feira pode trazer as bases para as novas regras de avaliação de desempenho, que ficarão mais rígidas. As progressões automáticas devem ser extintas. Nos planos da equipe econômica, esse seria um dos poucos pontos com validade para os atuais servidores. Diante da determinação do presidente de que as regras tenham efeito apenas para novos contratados, o funcionalismo em atividade hoje pode ser poupado. O processo para efetivação no cargo após um concurso e obtenção de estabilidade também deve ficar mais rigoroso e pode durar um período maior do que o existente hoje, de três anos. A primeira fase também incluirá proposta para acelerar a privatização de estatais no país. O texto, segundo assessores presidenciais, prevê que

a venda passaria a ser autorizada caso o Executivo de cada ente federativo não manifeste a intenção de preservar a empresa. Com isso, a intenção é inverter o processo de privatização. Deixaria de ser demandado um aval legal para a venda, e passaria a haver uma necessidade legal para impedi-la. A proposta também irá prever que cada unidade federativa defina salários, aumentos e bônus a servidores públicos por meio de comitês regionais formados por representantes do poder público e da sociedade civil. O objetivo é aproximar as remunerações do serviço público às das empresas privadas, levando sempre em consideração a situação fiscal do ente. As decisões só serão adotadas quando foram unânimes. Na formulação final, o presidente deixou de fora o voto à filiação partidária de futuros servidores públicos. O ponto, proposto pela equipe econômica, foi retirado após forte reação contrária de de-

putados e senadores. Membros do governo afirmam que a PEC pode ter tramitação longa e que a implementação integral de todas as etapas da reforma pode demandar debates no Congresso até o fim do mandato de Bolsonaro, em 2022. **Bernardo Caram, Thiago Resende, Fábio Pupo e Gustavo Uribe** **Maia apresenta projeto para regra de servidores da Câmara** **Danielle Brant e Isabella Macedo** **BRASÍLIA** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apresentou nesta quarta-feira (2) o modelo de reforma administrativa dos servidores da Casa, que inclui a extinção de mil cargos efetivos e um aumento da progressão de carreira de 10 anos para 25 anos. O anúncio ocorre um dia an-

tes de o governo de Jair Bolsonaro enviar a proposta de reforma administrativa. A entrega deve ocorrer às 18h desta quinta (3), segundo o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR). Ao final da entrevista, Maia informou que o governo federal tinha decidido protocolar a proposta na noite desta quarta, mas, pouco depois, a própria Câmara informou que não havia dado tempo e que a apresentação ocorreria nesta quinta. "Acho que é um gesto que a Câmara faz, a nossa reforma estava pronta havia alguns meses, mas com a pandemia a gente atrasou e por coincidência, uma boa coincidência, o governo encaminha amanhã [quinta] a PEC [proposta de emenda à Constituição]", disse Maia. "A PEC poderá também tratar de temas do Poder Legislativo, já que vai tratar também de servidor; a questão de estabilidade para os nossos servidores, são temas que uma emenda constitucional pode tratar. Nós vamos tratar daquilo que cabe aos projetos de lei e aos projetos de resolução", afirmou. Na Câmara, a reforma será feita por meio de medidas que incluem projetos de resolução, atos da mesa diretora e normas da diretoria geral. Entre as iniciativas que serão adotadas, está a implementação de avaliação de desempenho de servidores, a redução de cargos de 26 para 8, sendo seis de nível superior e dois de nível médio. Haverá uma redução de salário de ingresso de novos servidores em cerca de 40%. "Hoje elas [as carreiras] são muito curtas, e os salários iniciais são muito altos. A gente precisa ter carreiras mais longas, onde o mérito prevaleça, o estímulo para que você possa chegar no final da carreira", afirmou Maia. Dos 1.000 cargos que serão extintos, 633 estão vagos. Os demais são referentes a servidores que vão se aposentar no curto prazo.

Fisco vai renegociar dívidas de até R\$ 62.700

Bernardo Caram

BRASÍLIA A Receita Federal publicou nesta quarta (2) edital que abre um novo programa de parcelamentos de dívidas tributárias de pequeno valor. Poderão ser parcelados débitos de até 60 processos mínimos (hoje, R\$ 62.700), com descontos que podem chegar a 50%. O benefício poderá ser acessado por pessoas físicas, microempresas e companhias de pequeno porte. As inscrições estarão disponíveis entre 16 de setembro e 29 de dezembro no site da Receita. De acordo com a Receita Federal, existem hoje cerca de 3,40 mil processos nesse perfil, considerado de baixo valor pelo órgão, totalizando uma dívida de aproximadamente

R\$ 10,7 bilhões. O desconto poderá variar de 20% a 50% do valor total do débito, a depender da data de pagamento da entrada e do número de parcelas. Quanto mais longo o parcelamento, menor a redução. O programa não permite a renegociação de dívidas do Simples Nacional. Também não serão aceitos débitos que

tenham sido objeto de parcelamentos anteriores ou que estejam suspensos por decisão judicial. Para aderir ao edital, o contribuinte deve preencher requerimento no portal do Centro Virtual de Atendimento na página da Receita, no serviço "transação". O edital também está disponível na página do fisco.

tenham sido objeto de parcelamentos anteriores ou que estejam suspensos por decisão judicial. Para aderir ao edital, o contribuinte deve preencher requerimento no portal do Centro Virtual de Atendimento na página da Receita, no serviço "transação". O edital também está disponível na página do fisco.

BC espera queda de 5% no PIB neste ano e alta de 4% em 2021

BRASÍLIA Depois da queda de 9,7% no PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que espera que o indicador feche o ano em retração de 5%. Para o próximo ano, ele projeta crescimento de pouco mais de 4%, segundo in-

formou em evento virtual da Bloomberg nesta quarta-feira (2). Segundo Campos Neto, mesmo com o tombo no segundo trimestre, as expectativas para o PIB foram revistas positivamente. "Se olharmos as últimas cinco semanas, as projeções passaram de queda de 9% a 10% para 4,5% a 5,5%", pontuou.

mercado coronavírus

Por que não começamos agora?

Está mais que na hora de brancos votarem em candidatas e candidatos negros

Cida Bento

Diretora-executiva do Ceert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), e doutora em psicologia pela USP

Quando, em 2012, o STF (Supremo Tribunal Federal) considerou constitucional a adoção de políticas de reserva de vagas para assegurar o acesso de negros e indígenas a instituições de ensino superior, 42% das universidades federais já tinham algum tipo de ação afirmativa para esses segmentos, como forma de reduzir as desigualdades.

A autonomia das universidades permitiu-lhes, algumas vezes com oito anos de antecedência, definir em que lado da história estariam, parafraseando o ministro Luís Roberto Barroso, relator da ação, quando destaca: "O TSE está do lado

dos que combatem o racismo".

Nesse sentido, a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral de obrigar os partidos a destinar recursos do fundo eleitoral de maneira proporcional à quantidade de pessoas negras e brancas coloca na pauta o imperativo da ética e da justiça de assegurar múltiplas vezes, não só nas instâncias dos Poderes Legislativo mas também do Executivo do país.

Celebrando essa grande conquista do movimento negro, protagonizada pela guerrilha deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), urge iniciar imediatamente os passos que tornem o sistema político

mais equânime.

O desafio é grande, e os partidos podem começar a se movimentar, aqui e agora, pois vamos enfrentar o racismo sistêmico, estrutural, que o movimento negro vem denunciando há muito tempo e que foi citado nas vozes de ministros do STF. A pequena manifestação de apoio de partidos a essa grande conquista da população negra e o silêncio total de alguns dos grandes partidos nos alertam. Como nos lembra Eni Orlandi (1995), um certo silêncio acompanha o exercício do poder. E o silêncio da opressão: naquilo que se silencia, a ideologia está em pleno funciona-

mento. Assim, é fundamental dimensionar o significado do silêncio dos grande partidos.

Os privilégios estão em debate. Pessoas brancas ocupam 75% das vagas, homens brancos na faixa etária de 50 anos, com curso superior, compõem majoritariamente (62,8%) o perfil básico dos deputados eleitos para o Congresso Nacional, perfil que contrasta com o das mulheres negras, majoritárias na população brasileira, mas quase que completamente ausentes dessas instâncias de poder (2,5%), conforme repositório de dados eleitorais.

Segundo o pesquisador Osmar Teixeira (2019), em média,

os brancos que disputam eleições estaduais têm patrimônio quatro vezes maior do que pessoas negras com as mesmas condições de escolaridade, o que revela grande disparidade patrimonial que impacta os resultados eleitorais.

Esforços para a mudança nesse cenário vêm de longe. Podemos nos lembrar de um momento, em 1936, quando a Frente Negra Brasileira transformou-se em partido político com projeto de levar aos Parlatamentos as demandas da população negra, porém destituída dessa condição em 1937, com o golpe de Getúlio Vargas e o Estado Novo, juntamente com os demais partidos políticos também cassados.

Por fim, vale destacar que parlamentares negros e negros, no mais das vezes numa batalha solitária, têm contribuído para o aperfeiçoamento da democracia, defendendo propostas para criminalizar o racismo, para assegurar a cultura e a história africana

e afro-brasileira no ensino regular, para implantar programas de ação afirmativa e para o desenvolvimento de políticas de reparação dos descendentes de escravizados. Nas Câmaras e nas Assembleias, ao falar de relações raciais, eles auxiliam o país a encontrar seu melhor caminho, a conhecer sua verdadeira história e se reposicionar.

O senador Abdias do Nascimento realizava conferências que educavam e traziam valores civilizatórios para um território árido, desumanizado pelos interesses imediatistas que recorrentemente movimentam as instâncias de poder.

Assim, identificar, debater e apoiar o aumento do número de candidaturas negras para as eleições de 2020 é tarefa urgente pra todas e todos nós.

Além, outra mudança já poderia se instituir de imediato na mesma esteira: está mais do que na hora de brancos votarem em candidatas e candidatos negros.

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Conheça os elementos de segurança da nova cédula de R\$ 200

1 Microtexto

Com uma lente de aumento, é possível ver o valor da nota impresso em tamanho muito pequeno em várias áreas. Por exemplo, em torno do lobo-guará e dentro do numeral (no verso)

2 Número escondido

Ao colocar a nota à altura dos olhos, na posição horizontal e em local bastante iluminado, vê-se o número 200 aparecer próximo à parte de trás da efígie

3 Fio de segurança

Ao colocar a nota contra a luz, fica visível, próximo ao meio da nota, um fio escuro sem inscrições



Frente



Verso

4 Quebra-cabeça

Ao colocar a nota contra a luz, é possível ver que as partes do desenho do verso completam as da frente, formando o número 200

5 Número que muda de cor

Ao movimentar a nota, é possível ver que o número 200 muda de azul para verde. Uma faixa brilhante parece rolar pelo número

6 Marca-d'água

Contra a luz, vêem-se, na área mais clara da cédula, a figura de um lobo-guará e o número 200, em tons que variam do claro ao escuro

7 Elementos fluorescentes

Sob luz ultravioleta, é possível ver que o número 200 aparece na frente, um pouco acima do valor de face. Além disso, a numeração vermelha do verso fica amarela, e pequenos fios se tornam visíveis em vermelho, azul-claro e azul-escuro

8 Alto-relevo

Pelo tato, sente-se o relevo em algumas áreas da nota, como nas legendas "República Federativa do Brasil", nos numerais que indicam o valor de face, nas laterais da frente da cédula, na faixa vertical de folhas, flores e frutos, na marca tátil e na efígie da República (frente) e no lobo-guará (verso)

BC gastará R\$ 20 mi para apresentar a nova nota de R\$ 200

Cédula, que tem o tamanho da de R\$ 20 e traz como personagem o lobo-guará, já circula em dez capitais

Larissa Garcia

BRASÍLIA Anova nota de R\$ 200 entrou oficialmente em circulação nesta quarta-feira (2), no mesmo dia em que o Banco Central apresentou a cédula, que traz o lobo-guará.

As cores são cinza e sépia, e ela tem 142 milímetros por 65 milímetros, exatamente o mesmo tamanho da nota de R\$ 20. O custo de aquisição para o BC é de R\$ 325 a cada mil unidades. Serão produzidas 450 milhões de unidades até o fim do ano, o equivalente a R\$ 90 bilhões.

A autoridade monetária informou que inicialmente as notas estão disponíveis nas dez capitais em que o BC tem representação: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio, Salvador e São Paulo.

Em 2001, o BC fez uma enquete com a população com uma lista de animais em extinção para que elas escolhessem qual elas gostariam de ver estampadas nas cédulas. Em primeiro lugar ficou a tartaruga-marinha, que está na nota de R\$ 2, em segundo, o mico-leão dourado, que foi para a de R\$ 20, e em terceiro lugar ficou o lobo-guará, que ago-

ra estampa a nota de R\$ 200. Segundo o BC, o lançamento tem o objetivo de atender maior demanda por papel-moeda e do pagamento do auxílio emergencial. Além disso, com a pandemia do novo coronavírus, aumentou o entesouramento (o dinheiro fica parado na mão das pessoas).

"Diversos cenários de estresse foram modelados pela equipe econômica do BC e ficou claro que, se nenhuma medida incisiva fosse tomada, poderíamos ter falta de numário. É dever do BC atuar para que isso não aconteça", ressaltou a diretora de administração do BC, Carolina Barros.

"O lançamento da nova cédula é uma resposta do BB a mudanças provocadas pela atual pandemia de Covid-19. O momento singular que estamos vivendo trouxe os mais diversos desafios, e um deles foi o aumento expressivo na demanda da sociedade brasileira por dinheiro em espécie", completou o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

O BC identificou a necessidade de R\$ 105,9 bilhões em papel-moeda após o início da pandemia, que teriam de ser impressos até o fim do ano. Segundo a diretora, 21% das cédulas

em circulação são de R\$ 100, e 32% são de R\$ 50. As de menor valor de face são mais escassas: 18% de R\$ 2, 8% de R\$ 5, 9% de R\$ 10, e 12% de R\$ 20.

O BC já estudava criar a cédula e, mesmo após a normalização da demanda, não pretende tirá-la de circulação. A autoridade monetária gastará R\$ 113,8 milhões a mais do que o previsto no orçamento anual para produzir as novas notas e para a impressão de mais 170 milhões das de R\$ 100.

O BC veiculará uma campanha para que a população se familiarize com a nova cédula e conheça seus elementos de segurança. A peça publicitária custará R\$ 20 milhões.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou, em 29 de julho, o lançamento da cédula de R\$ 200. Na ocasião, o BC disse que a medida não tem efeito inflacionário. Segundo a autarquia, não há relação direta da expansão da base monetária com a aceleração na alta dos preços.

Em pesquisa realizada em 2018, 60% da população afirmou utilizar dinheiro físico como principal meio de pagamento (57% entre lojistas). Desde 2002, com o lançamento da nota de R\$ 20, o BC colo-



O técnico judiciário aposentado José Martins exhibe em Brasília notas de R\$ 200 sacadas nesta quarta-feira. Pedro Ladeira/Folhapress

Colecionadores formam fila no DF para sacar cédulas

Pedro Ladeira

BRASÍLIA O lançamento da nota de R\$ 200 levou colecionadores de papel-moeda ao Banco Central, em Brasília, em busca da nova cédula. O novo numerário foi apresentado às 13h30 desta quarta-feira (2) pela autoridade monetária.

Antes do lançamento, a reportagem contou ao menos 12 pessoas na fila para retirar a nova cédula.

Por volta das 14h, o técnico judiciário aposentado José Martins, 63, era um dos colecionadores à espera dos R\$ 200. Ele era o segundo da fila. Ao conseguir suas notas, exibiu ao menos R\$ 2.000 em cédulas de R\$ 200.

Atroca foi realizada na agência do Banco do Brasil que fica na sede do Banco Central. Martins é colecionador e tem cédulas de vários países. Ele trocou várias notas, com a intenção de guardar algumas na coleção e usar outras para consumo normal.

Morador de Guará, cidade na região administrativa de Brasília, ele simpatizou desde o começo com a nova cédula por ter a imagem de um lobo-guará. A grande expectativa foi atendida, e ele aprovou a nova nota.

"Vim aqui para conhecer a nova nota e sacar algumas e sou o segundo da fila. Eu estou tentando ser um colecionador, tenho notas do mundo inteiro. Faltam 40 notas apenas. É essa nota aí para coleção e outras para consumo. Lobo-Guará, eu moro no Guará, tem identificação. Achei bacana", afirmou o colecionador.

Veículo: Estadão	
Data: .03.09.2020	Caderno: Economia



Receita dá desconto de até 50% em parcelamento de dívidas com valor máximo de R\$ 62,7 mil

Renegociação pode ser feita a partir do dia 16, pela internet, por pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

03 de setembro de 2020 | 08h43

BRASÍLIA - A **Receita Federal** vai dar descontos de até 50% a contribuintes que quiserem parcelar débitos em aberto com Fisco, desde que eles não sejam maiores que R\$ 62,7 mil (o equivalente a 60 salários mínimos). A medida tem público-alvo restrito: vale para pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte.

Segundo o subsecretário de Arrecadação da Receita, Frederico Faber, a expectativa é que metade dos contribuintes elegíveis faça adesão à

chamada **transação tributária**, gerando arrecadação de R\$ 300 milhões em 2020 e cerca de R\$ 1 bilhão ao ano a partir de 2021. Atualmente, existem cerca de **340 mil processos administrativos para discussão de débitos de baixo valor** na Receita Federal, totalizando uma dívida de R\$ 10,7 bilhões.

A medida é diferente de um **Refis** amplo, como vinha sendo cogitado pelo **Congresso Nacional** e que abriria uma frente de negociação irrestrita com empresas. “Os estudos demonstram que Refis são ruins (para a arrecadação). Estamos monitorando o cenário econômico, foram feitos os diferimentos (adiamentos de tributos) necessários. No momento a gente não trabalha com essa hipótese (de um Refis)”, afirma Faber.

O edital da transação para pequenos débitos foi publicado na quarta-feira, 2, no *Diário Oficial* da União a partir da lei que permite esse tipo de operação. A adesão poderá ser feita entre 16 de setembro e 29 de dezembro pela internet e vale para dívidas com vencimento até 31 de dezembro de 2019.

De acordo com as regras, os contribuintes pagam uma entrada equivalente a 6% da dívida que restar após os descontos, que variam conforme o número de prestações. Quando menor a quantidade de parcelas, maior é o abatimento concedido.

Veja as possibilidades de desconto:

- O desconto máximo, de **50%** sobre o valor total do débito, será dado a quem parcelar a entrada em até cinco meses e quitar o saldo restante em até sete meses.
- Outra opção é um abatimento de **40%** da dívida, com entrada dividida em até seis meses, e o restante, em até 18 meses.

- Um desconto de **30%** é dado a quem quitar a entrada em até sete prestações, com o restante cobrado em até 29 meses.
- Quem quiser maior prazo para pagamentos (oito meses para a entrada e 52 meses para o restante das prestações) terá o menor desconto, de **20%**.

Segundo o subsecretário de Arrecadação, as parcelas de entrada são menores que as demais justamente para acomodar a operação dentro do orçamento dos contribuintes num momento de maior dificuldade devido à pandemia.

Para Faber, **a transação vai ajudar a “desafogar” o contencioso administrativo da Receita**. Embora representem grande volume dos débitos em discussão no Fisco, esses processos tratam de um valor pouco representativo no universo de cobranças pendentes.

“É uma oportunidade de os dois lados se beneficiarem. Por um lado, o contribuinte resolve o débito com uma redução generosa e com prazo mais alongado, e pelo lado da União tem a redução do contencioso administrativo”, diz.

A transação deve gerar uma renúncia fiscal de R\$ 2,15 bilhões, mas, segundo o subsecretário, o custo de manter o contencioso seria ainda maior que a renúncia.

Ficam de fora da transação débitos do Simples Nacional, débitos declarados pelo contribuinte mas ainda não pagos, dívidas já parceladas ou aquelas com exigibilidade suspensa por decisão judicial.

Veículo: Estadão	
Data: .03.09.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária e mistificação

A ausência de um diagnóstico rigoroso desautoriza qualquer proposta de reforma

Everardo Maciel*, O Estado de S.Paulo

03 de setembro de 2020 | 04h00

A aridez da matéria tributária pretexta, com muita facilidade, a construção de fabulações e falsas ilações, que não raro escondem interesses econômicos ou políticos. A partir daí, são construídas soluções, autodesignadas **reformas tributárias**, que desfrutam do prestígio da novidade.

É recorrente dizer que no **Brasil** são gastas anualmente 2.600 horas para o cumprimento das obrigações tributárias, tendo por base a pesquisa Doing Business, patrocinada pelo **Banco Mundial**. Nunca se soube, até hoje, como é feita a pesquisa, a fonte de suas informações e a especificação das tarefas que demandam tempo. Uma instituição com a reputação do Banco Mundial, se demandado, tem a obrigação de

esclarecer o dado, porque sua divulgação tem implicações reputacionais.

Se procedente a informação, cabe indagar: decorreria ela da sobrecarga de obrigações acessórias ou do tempo despendido com litígios, às vezes constituídos para não pagar impostos? A primeira hipótese remete ao campo da administração tributária e a segunda, a questões associadas ao processo tributário. Portanto, em nenhum caso se vincula à natureza dos tributos. Apesar disso, é utilizada como motivação para a “reforma tributária”.

Há, também, o argumento da complexidade. Não se explora, contudo, o tema com profundidade. Afinal que complexidade é essa? Seria a excessiva litigiosidade vinculada ao processo tributário, o burocratismo pernicioso, as indeterminações conceituais que repercutem sobre a segurança jurídica ou problemas específicos de tributos?

A ausência de um diagnóstico rigoroso desautoriza qualquer proposta de reforma, especialmente quando ela constitui mera reprodução acrítica de modelos adotados em outros países, em contexto distinto, e não necessariamente adaptáveis.

Sistemas tributários são construções político-culturais, que adotam técnicas de extração, mas não são caudatários delas. Em outras palavras, não são softwares de prateleira.

É simplismo imaginar que reunir dois tributos gera um terceiro mais simples que os anteriores. Veja-se, por exemplo, a pretensão de fundir o **PIS** e a **Cofins** gerando outro tributo, com o propósito de simplificar. Essas contribuições têm a mesma legislação e são pagas com o mesmo documento de arrecadação. Diferenciam-se, tão

somente, na destinação das receitas: o PIS financia o seguro-desemprego, o abono salarial e o **BNDES**; a Cofins, o orçamento da seguridade social.

A proposta Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), decorrente da fusão do PIS com a Cofins, tem apuração bem mais complexa do que a atual. Circunstancialmente, exigiria a apropriação de créditos integrada e coordenada com a escrituração por meio de um sistema de contabilidade de custos.

Argumenta-se que as propostas eliminariam litígios. Ao contrário, aumentariam. O tributarista **Roberto Quiroga** já identificou, no projeto de lei, 12 brechas para questionamentos judiciais. E há outras.

A PEC 45 dispõe sobre mais de 150 normas constitucionais, o que propiciaria questionamentos judiciais cuja solução demandaria décadas.

No regime cumulativo do PIS/Cofins jamais existiu controvérsia, ao passo que no regime não cumulativo quase todos os litígios estão centrados no reconhecimento dos direitos creditórios dos insumos, sendo algo que decorre de um erro de interpretação em ato infralegal, cuja solução é trivial.

Em todas as propostas de reforma tributária, diz-se que não haverá aumento de carga tributária. Trata-se de um discurso enganoso.

Contribuintes pagam tributos, e não carga tributária, que afinal é tão somente um parâmetro para aferir o nível geral de tributação. O que conta para o contribuinte é o montante de tributos que ele paga individualmente.

Nenhuma proposta, entretanto, especifica as repercussões sobre setores, entes federativos e preços. E quando discrimina a alíquota geral, como na proposta da CBS, não disponibiliza a memória de cálculo. Como podem os parlamentares deliberarem sobre a matéria, se as informações são sonegadas a eles e à sociedade?

Veículo: Estadão	
Data: .03.09.2020	Caderno: Economia



Reforma cria dois grupos de servidores sem estabilidade e aumenta os poderes do presidente

Mudanças nas regras não valerão para funcionários federais do Legislativo e Judiciário e nem para servidores de Estados e municípios; texto dá mais liberdade para Bolsonaro extinguir órgãos sem aval do Congresso

Jussara Soares e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

02 de setembro de 2020 | 21h33

Atualizado 03 de setembro de 2020 | 08h53

BRASÍLIA - A **reforma administrativa** que o governo envia ao **Congresso** nesta quinta-feira, 3, prevê duas categorias de futuros servidores que poderão ser demitidos. Eles não terão a chamada estabilidade, que vai ficar restrita às carreiras de Estado. Além de blindar servidores atuais do **Executivo**, o texto também não

vai mexer nas regras para contratação, promoção e desligamento de servidores estaduais e municipais, nem dos funcionários federais que trabalham nos poderes Legislativo e **Judiciário**. O encaminhamento da proposta ao Congresso foi publicado no **Diário Oficial da União** desta quinta-feira.

O governo ainda quer usar a reforma administrativa para mudar a Constituição e permitir que o presidente da República altere por decreto a estrutura do Poder Executivo e até declare extintos alguns órgãos e ministérios. **A proposta foi antecipada pelo Estadão/Broadcast em outubro do ano passado** e deve permanecer na versão final.

Hoje, o presidente depende do aval do **Legislativo** para fazer esse tipo de mudança. Se a medida for aprovada, ele poderá unilateralmente mexer em ministérios, fundações e autarquias do Executivo sem necessidade de consultar os parlamentares, desde que não haja aumento de despesa.

A reforma administrativa ficou com alcance e potência menores após ajustes feitos a pedido do presidente **Jair Bolsonaro**. O presidente argumenta que quer que as suas novas regras sejam um "norte" e um "convite" para que governadores e prefeitos façam suas próprias reformas - por isso, mandou retirar do texto o funcionalismo estadual e municipal. A justificativa para o governo não avançar sobre reforma de outros Poderes é que eles têm regras diferentes. Membros do Judiciário, por exemplo, podem se aposentar como punição, além da garantia de férias de 60 dias.

Nos últimos dias, o presidente também determinou que a reforma poupasse os funcionários públicos que já estão no cargo. Segundo apurou o **Estadão**, não interferir nos outros Poderes também foi uma condição para a reforma ser desengavetada.

A reforma elaborada pela **Economia** no ano passado não foi aprovada pelo presidente Jair Bolsonaro. Diante do impasse entre as contas de **Paulo Guedes** e os cálculos políticos do presidente, o governo segurou o envio. Com a crise da pandemia do coronavírus, o discurso de Bolsonaro de que neste momento o servidor público não pode ser demonizado ou penalizado foi reforçado.

Agora, para dar uma resposta ao mercado diante da desconfiança sobre a sustentabilidade fiscal do **País**, Bolsonaro resolveu desengavetar o texto, mas pediu mudanças para poupar o servidor. Coube ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, responsável também pela **Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ)**, harmonizar a determinação do presidente Bolsonaro com a proposta de Guedes para, finalmente, enviar ao **Congresso**.

No **Planalto**, a crítica é que a Economia quer fazer a reforma a todo custo. A última revisão do texto foi feita na noite desta quarta-feira, 2, mas, segundo fontes que participam do processo, até chegar ao Congresso poderá haver alterações.

A apresentação da proposta de reforma administrativa será feita às 10h pela equipe econômica e poderá ser acompanhada pela internet. Veja abaixo:

Sem corte de salário

Em meio à discussão sobre o acionamento de gatilhos para conter despesas públicas, inclusive com o funcionalismo, um artigo inserido na noite desta quarta-feira, 2, blindou servidores de carreiras típicas de Estado de qualquer medida de redução de jornada e salário. A lista dessas carreiras ainda seria regulamentado por meio de uma lei complementar. Hoje, ela inclui diplomatas, auditores da **Receita**

Federal, entre outros servidores considerados da “elite” do funcionalismo.

Os servidores típicos de Estado são uma das três classes de carreiras que serão criadas na reforma do RH do governo e a única com estabilidade, que será concedida após o funcionário cumprir duas etapas, fase probatória de dois anos (que será parte do concurso público) e estágio de um ano. Outras duas classes não terão estabilidade: são servidores com vínculo por tempo indeterminado e os servidores com vínculo por tempo determinado.

A reforma ainda transforma cargos de direção e assessoramento, os chamados DAS, em cargos de liderança e assessoramento. A ideia é que eles sejam específicos para altas funções do governo federal, acabando com DAS para funções mais administrativas.

O governo também deve propor a ampliação dos princípios que regem a administração pública. Além de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devem ser incluídos transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, eficiência, subsidiariedade e boa governança.

No caso da subsidiariedade, a ideia é colocar como princípio a verificação de o que a iniciativa privada pode fazer para atender ao interesse público, para que o Estado se concentre no que é importante e que o setor privado não faz.

Outra mudança é a extensão da aposentadoria compulsória aos 75 anos para funcionários de estatais, hoje blindados da regra que já vale para os servidores da administração pública. Hoje, eles somam 472 mil funcionários, o equivalente a 0,13% do total.

O governo também quer ampliar as características do contrato de gestão firmados pela administração pública com entidades ou organizações sociais, para estabelecer metas de resultado mensuráveis. O intuito, segundo as fontes envolvidas na finalização da proposta, é deixar o Estado "mais leve".

Veículo: Estadão	
Data: .03.09.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária: quem ajudará o Terceiro Setor?

Chico Müssnich e Franciny de Barros*

02 de setembro de 2020 | 14h35

O ano de 2020 começou com a expectativa de definições importantes no sistema tributário nacional, fruto da tão debatida reforma tributária, com possível tração dos projetos em andamento e apresentação do prometido projeto do Governo. Preocupa, porém, que todos eles sigam, no melhor cenário, ignorando a filantropia, com oneração de doadores e donatários.

Logo no primeiro trimestre a pandemia da covid-19 desacelerou não só a economia, como o crescimento do setor privado e também o ritmo das expectativas. De positivo, a pandemia impulsionou o sentimento de união e solidariedade em busca de um mesmo bem comum: a saúde física, econômica e mental de toda a sociedade, preenchendo um espaço que, mais uma vez, o Estado não foi capaz de ocupar.

Auxiliar a sociedade realizando parte do papel que caberia ao Estado é a especialidade das organizações sociais do terceiro setor. Mas o Estado garante o mínimo necessário para que estas entidades realizem tão importante papel? Não reduzir o patrimônio e a renda destas entidades com arrecadação tributária e desonerar as doações é o mínimo que se espera.

A imunidade tributária é garantida pela Constituição Federal às entidades educacionais e de assistência social sem fins lucrativos, ainda que existam diversas discussões sobre a aplicabilidade e as restrições impostas pela legislação infraconstitucional. A legislação federal estabeleceu a isenção tributária para entidades filantrópicas, de cunho recreativo, cultural e científico e às demais associações civis sem fins lucrativos.

Atualmente, as diversas normas que impõem requisitos e restrições às organizações do terceiro setor dificultam muito mais do que incentivam, inclusive para a captação de doações. Ao invés de simplesmente não tributar e facilitar o fluxo de recursos do setor privado para o Terceiro Setor, a legislação impõe limites e requisitos que, em conjunto com o escrutínio das autoridades fiscais, burocratizam e restringem a cooperação entre os setores. Nesse emaranhado jurídico, nem mesmo os tribunais têm conseguido diminuir a dificuldade enfrentada pelas instituições na rotina de comprovações e certificações.

E já que uma das promessas da reforma tributária sempre foi a simplificação, esperava-se que essas questões seriam resolvidas. Parece que não.

As propostas de emendas constitucionais (PEC) 45 e 110, que tramitam no Congresso Nacional, e seu imposto sobre bens e serviços (IBS), não tratam do tema, até porque objetivam esvaziar benefícios fiscais. Já a tímida proposta do Governo e sua contribuição sobre bens e serviços (CBS), que seria um novo PIS/Cofins, passa pelo tema apenas de raspão. Hoje, o que se tem no horizonte é, no máximo, a manutenção das imunidades e nada mais. Nada mais mesmo, porque aparentemente o regime de isenção para as demais entidades filantrópicas não está no texto do projeto do governo e pelo visto nem no radar. Assim como não está no radar a simplificação para o setor (por ora apenas sugerida por tímidas Emendas à PEC 45) ou qualquer medida de incentivo às doações. Como os principais projetos de reforma tributária objetivam reduzir e agrupar vários dos atuais tributos em um imposto e/ou contribuição sobre o consumo – bens e serviços – ao não excepcionar as entidades filantrópicas e suas atividades meio, ou oferecer incentivos aos doadores e consumidores de seus serviços, a nova tributação aumentará ainda mais o custo da solidariedade no Brasil.

Bilhões foram doados pela iniciativa privada em prol do combate à pandemia. Então por que não impulsionar esse sentimento e a manutenção desta cultura excepcionando da incidência tributária as atividades meio das entidades sem fins lucrativos? Por que não possibilitar que os recursos destinados gerem crédito (de IBS ou CBS) ou sejam dedutíveis para fins fiscais? Ou ainda, por que muitos Estados ainda não garantem ou (pior) dificultam a não incidência do ITCMD sobre as doações às entidades sem fins lucrativos?

Não é fácil propor, muito menos implementar, uma reforma tributária abrangente e ao mesmo tempo precisa. Daí a importância da participação e do debate de toda a sociedade, já que o nosso sistema legislativo permite a correção e o aperfeiçoamento das propostas enquanto elas não são convertidas em lei. O que não nos parece razoável é se esquecer de um setor tão importante da economia e que tem tido um papel essencial no desenvolvimento social do Brasil, exatamente no momento em que o país mais precisa.

***Chico Müssnich é sócio-fundador do BMA – Barbosa, Müssnich, Aragão; Franciny de Barros é sócia da área de Direito Tributário no BMA – Barbosa, Müssnich, Aragão**

O GLOBO

Opinião do GLOBO

Um excelente passo para mudar o Estado

Executivo decide enfim enfrentar o desafio da reforma administrativa. O Congresso deve ao país uma resposta à altura

A proposta de reforma administrativa que o governo apresenta hoje ao Congresso é um passo essencial e bem-vindo na agenda de modernização do Estado. O objetivo não é apenas reduzir o custo da máquina e ganhar fôlego fiscal, mas sobretudo abrir o caminho para que melhore a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

O projeto do governo envolve reclassificar as centenas de carreiras nos Três Poderes, em todos os níveis da administração pública: federal, estadual e municipal. Estabelece regras distintas para estabilidade, concessão de licenças e gratificações, além de trazer maior facilidade para demitir servidores no período de experiência, estendido dos atuais três para dez anos. Exclui das mudanças, em princípio, posições sensíveis como juízes ou procuradores.

A proposta cria um novo regime de trabalho, em que funcionários das carreiras não exclusivas do Estado são contratados por tempo indeterminado, sem garantia de estabilidade. Mesmo

os 20% do funcionalismo que ocupam carreiras de Estado, como auditores ou diplomatas, só passariam a usufruí-la depois de dez anos. O texto também acaba com a promoção automática, baseada em diplomas ou no tempo de serviço — os célebres triênios, quadriênios ou quinquênios (aumentos passariam a depender de mérito). Proíbe absurdos como mais de 30 dias de férias, a aposentadoria compulsória como forma de punição, prêmios por desempenho a servidores afastados e cotas para servidores em cargos comissionados.

Tais mudanças representariam uma bem-vinda limpeza nos privilégios do funcionalismo. Só que, como condição para encaminhá-las, o presidente Jair Bolsonaro impôs que as novas regras valham apenas para as novas contratações, não para funcionários da ativa. Ao deixá-los intocados, o governo crê facilitar a tramitação no Congresso Nacional, onde o lobby dos servidores tem forte poder de pressão.

É verdade que a aposentadoria de mais de um terço do funcionalismo prevista para os próximos 15 anos abre

uma janela de oportunidade para as mudanças. Mesmo assim, o país não tem tanto tempo. Com ou sem regras distintas, é difícil não haver contestações na Justiça. O Congresso não pode se furtar ao dever de estender as mudanças a todos.

O fim da estabilidade, em particular, é um tema sensível, que tende a galvanizar atenções. Independentemente disso, um novo modelo de gestão do funcionalismo, mais meritocrático, é crucial para valorizar os servidores públicos mais competentes e os menos privilegiados. E também para liberar recursos necessários a áreas críticas, como saúde, educação, segurança ou infraestrutura.

Ainda será preciso avaliar o impacto da proposta tanto nos orçamentos engessados, que paralisam a gestão pública, quanto nas distorções e desigualdades decorrentes da barafunda de regras que regulam o funcionalismo. O mais importante, contudo, é que o governo decidiu enfim enfrentar o problema. Já não era sem tempo. O Congresso deve agora ao país uma resposta à altura.

O GLOBO

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
ca.tasini@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



oglobo.globo.com/blogs/mervalpereira
edificia.artigos@oglobo.com.br



Enfim, a reforma

A Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa aguarda a remessa da reforma pelo governo, prometida para hoje, para dar concretude às diversas propostas que já estão em discussão. O senador Antonio Anastasia, vice-presidente da Frente, que é presidida pelo deputado Tiago Mitraud, considera que, entre os temas mais importantes, o principal é a questão do vínculo jurídico dos servidores, com o fim da universalidade do regime único, a permissão de contratação por outros regimes jurídicos, que precisa de mudança constitucional.

Significaria mudança da estabilidade, eventual mudança de tipos de concursos públicos, permitiria também tornar ainda mais explícita a questão do

teto remuneratório, das vantagens, e dar diretrizes gerais sobre as carreiras.

A proposta do governo deve ir ao encontro do que pensam os membros da Frente, permitindo que novos concursados sejam contratados sem previsão de estabilidade, com exceção das chamadas “carreiras de Estado”, como diplomatas. Hoje, a Constituição prevê que todos os servidores se tornam estáveis após um “estágio probatório” de três anos.

O senador mineiro acha que esse estágio hoje é “uma ficção”, e a proposta do governo deve conter um período de mais sete anos para os servidores públicos ganharem estabilidade. A Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa acha que, em se tratando de organização, é preciso dar mais flexibilidade, especialmente ao Executivo, desde que não se criem despesas.

O senador Anastasia lembra que, no ano passado, “ficamos aqui no Congresso discutindo se o Coaf é do Ministério da Justiça ou da Fazenda. Não é matéria de lei, o órgão não está sendo criado, no mundo todo, o Executivo decide onde deve alocar”.

Além de temas que necessitarão de emendas constitucionais, Anastasia lembra que vai ser preciso também “uma infinidade de leis que vão tratar de avaliação de desempenho, remuneração variável, a questão das carreiras, valor de ingresso, forma de progressão”.

Os membros da Frente temiam que não viesse nada sobre a reforma administrativa este ano e consideram que o provável envio de uma proposta de emenda constitucional (PEC)

O principal tema da reforma “já é um bom início, o assunto começa a ser debatido”. Ao contrário das

administrativa é o vínculo jurídico dos servidores, com o fim da universalidade do regime único reformas tributária e previdenciária, que se exaurem praticamente numa lei só, o senador Antonio Anastasia diz que, no caso da administrativa, “é um processo dinâmico”.

O Brasil ficou muito tempo parado, com as corporações impedindo alterações. Exemplo disso é a lei do teto remuneratório, que foi votada no Senado em 2016 e está na Câmara parada até hoje.

O senador Anastasia acha que o ministro da Economia, Paulo Guedes, “foi sábio, política e tecnicamente” ao destacar que a reforma administrativa não atinge os atuais servidores, mas abre uma perspectiva de futuro. Assim, “não vai ter contra si os funcionários públicos. Muitas vezes a pessoa é contra sem nem saber o que é. A reforma administrativa é a favor dos bons funcionários, que são a maioria. Ela é contra os abusos, as desigualdades, privilégios”.

Sobre as críticas de que a reforma deveria atingir o sistema atual, Anastasia lembra que “colocando daqui para a frente, evita a questão do direito adquirido, evita questões judiciais, não fere nada de ninguém”. Se tivéssemos feito isso 20 anos atrás, hoje estaríamos muito melhor, ressalta.

Outra área que precisa entrar na reforma são as agências reguladoras, nascidas de uma boa ideia no governo Fernando Henrique Cardoso que foi “violenta”, segundo Anastasia. “As agências foram cooptadas por uma estrutura política, infelizmente.”

A Frente Mista defende uma agência nova, concebida para formar servidores de uma boa gestão pública. O senador Antonio Anastasia lembra o papel do Dasp (Departamento Administrativo do Ser-

viço Público), “que, de 1938 a 1985, foi uma referência nacional de alta qualificação técnica. Nada foi colocado no lugar quando foi extinto, e esse tema da gestão pública ficou órfão, não tivemos uma cultura consolidada”.

Pelo conceito da Frente Mista, temos que criar uma agência técnica, com gente preparada, blindada da política, como vários países têm, exatamente para dar as diretrizes do serviço público brasileiro. “Temos que formar quadros, fazer avaliação, critérios de participação social, atuação cidadã.”

O GLOBO

CARLOS ALBERTO SARDENBERG



oglobo.globo.com/opiniaao/sardenbergsardenberg.com.br



Recuperação em I

O ministro Paulo Guedes já garantiu que conseguiria fácil uns R\$ 2 trilhões com a venda de estatais e de imóveis da União, incluindo o velho e belo prédio do antigo Ministério da Fazenda no Rio. Para ter uma ideia do tamanho da coisa: a previsão de gastos do governo federal para o ano que vem é de R\$ 1,5 trilhão; e o déficit esperado para este ano, com os gastos da pandemia, é de R\$ 800 bilhões.

Ou seja, a venda das estatais e dos imóveis — no plano delírio de Guedes — daria para cobrir todo o déficit e ainda sobraria quase um Orçamento inteiro para 2021.

Passados 20 meses de governo, o ministro já deve estar sabendo que não vai conseguir vender as estatais mais valiosas, muito menos os imóveis. (Só para registrar: desde o

final da ditadura, todos os governos acreditaram que dava para fazer uma grana vendendo imóveis. A burocracia e a resistência das corporações barram tudo.)

Mas não tem problema para o ministro Guedes. Já que não dá para vender todas as estatais, principalmente Petrobras e Banco do Brasil, que dão os maiores lucros, nasce uma nova ideia: o maior programa de distribuição de renda.

Como? Distribuindo para o povo pobre os lucros das estatais. Seria um dos pilares do novo Renda Brasil, cujo fundo também teria dinheiro dos ricos, a ser tomado com algum tipo de imposto.

Beleza!

Ocorre que o Renda Brasil tem que ser uma despesa fixa. Ou não? O lucro das estatais é variável. Será que estão pensando numa renda variável, proporcional ao tamanho dos lucros? Ou, no limite, se a estatal der prejuízo, o beneficiário do Renda Brasil teria que pagar uma parte das perdas?

Eis por que o economista José Roberto Mendonça de Barros, em entrevista ao GLOBO, chamou de café com leite a proposta de Orçamento para 2021, encaminhada ao Congresso no último dia 31.

Simplemente não consta ali nada a respeito do Renda Brasil, nem quanto será pago, nem a quantas pessoas, nem a fonte de recursos. É nada. E também não está previs-

ta a receita para o Fundeb, cujo valor foi recentemente elevado pelo Congresso.

Ou seja, o Orçamento para 2021 não existe. Terá que ser feito ao longo dos próximos meses em debates com o Congresso. Significa que, até aqui, não tem Renda Brasil nem Fundeb.

Mas terá a reforma administrativa, proposta de emenda constitucional, prometida para ser enviada ao Congresso hoje. É importante: trata-se de reduzir o gasto com

Orçamento para 2021 terá que ser feito nos próximos meses em debates com o Congresso. Até aqui, não tem Renda Brasil nem Fundeb

funcionalismo (o segundo maior, depois da Previdência) e de melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados ao público.

Para isso, serão limitadas as carreiras de Estado — aquelas que têm estabilidade —, serão reduzidos os salários de entrada, e a evolução funcional se dará pelo mérito, e não pelo simples passar do tempo, como é hoje.

Mas isso para daqui a uns 20 anos pelo menos. O presidente Bolsonaro disse que a reforma não poderá mexer em nenhum direito dos atuais funcionários. Só valerá para os concursados que entrem no serviço depois de aprovada a reforma.

Já seria alguma coisa para as futuras gerações. Mas, caramba, não dá para mexer em

nada agora? Nem nos supersalários, aqueles que vão muito além do teto de R\$ 39 mil por meio de umas gambiarras jurídicas? Essas gambiarras podem ser desfeitas com leis simples. Aliás, há um projeto na Câmara que acaba com os extratetos — que está parado.

Tem outro jeito de adiantar a reforma e de eliminar algumas carreiras de servidores que ganham muito e fazem pouco. Por exemplo: o pessoal da polícia legislativa da Câmara e Senado, cuja função é supostamente dar garantia aos parlamentares. Mas, ao mesmo tempo, as duas Casas contratam serviços de segurança e motoristas. Nesse caso, basta simplesmente não substituir os que se aposentam. Vários países fizeram isso. E poderia ser feito com várias outras carreiras a ser extintas.

Ou seja, dá para fazer, e é preciso tomar medidas para reduzir gastos atuais e melhorar eficiência hoje, não daqui a 20 anos.

Na última terça, quando saíram os resultados do PIB do segundo trimestre, o ministro Guedes disse que era o estrondo de um raio que já caiu e não cairá mais. Garantiu que a economia já está em recuperação em V. O "Jornal da Globo", considerando esses planos e programas que são meras ideias sem realidade, observou que mais parece uma recuperação em I, de incerteza.

O GLOBO

Renovação de acordo com a União é prioridade

Cláudio Castro vai hoje a Brasília negociar com ministro da Economia prorrogação do ajuste fiscal que garante ajuda federal ao estado e vence no sábado. Por enquanto, regime de recuperação financeira é mantido por liminar do TCU

ANDRÉ COELHO
andre.coelho@oglobo.com.br

Confirmado no cargo pelo menos por mais seis meses, depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidir, ontem, manter o afastamento cautelar de Wilson Witzel, o governador interino Cláudio Castro tem hoje sua primeira agenda em Brasília como chefe do Executivo fluminense. Castro vai se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar da renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), prioridade absoluta do governo do estado. O acordo de ajuda da União vence neste sábado e, se não for prorrogado, pode fazer com que o Rio tenha de quitar R\$ 2,8 bilhões em dívidas já em outubro, o que colocaria em risco pagamentos de servidores e fornecedores nos próximos meses.

Logo após a decisão do STJ, Castro afirmou, por meio de nota, que “reafirma o seu compromisso de conduzir o Estado do Rio de Janeiro com serenidade, diálogo e austeridade”, numa demonstração de que vai adotar um tom diferente do ex-juiz na condução do governo. A abertura ao diálogo também foi destacada na última segunda-feira, quando festejou em seu Twitter o apoio do senador Flávio Bolsonaro. Segundo ele, Flávio “se pôs à disposição para



Início dos trabalhos. Cláudio Castro em reunião com secretários no Palácio Guanabara; por enquanto, não haverá mudanças no primeiro escalão do governo

renovar o Regime de Recuperação Fiscal”. Castro também recebeu apoio dos senadores Romário (Podemos) e Arolde de Oliveira (PSD).

As portas abertas em um dos ministérios mais importantes do governo federal mostram que a relação mais próxima com o clã presidencial já dá resultados. Antes do afastamento de Witzel, a prorrogação do regime era objeto de impasse envolvendo entendimentos jurídicos diferentes sobre as regras do acordo e divergências

nos cálculos do ajuste entre União e estado. Em reunião com deputados estaduais na semana passada, integrantes da Secretaria do Tesouro Nacional afirmaram que a renovação era improvável. A mudança nos rumos do governo estadual, no entanto, fez crescer o otimismo tanto no Palácio Guanabara quanto na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

A manutenção do estado no acordo, por enquanto, é garantida por uma liminar do

Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a prorrogação até que o Ministério da Economia analise a proposta de renovação dos termos do ajuste fiscal.

SEM MUDANÇAS À VISTA

Com foco total na área econômica, Cláudio Castro ainda não iniciou negociações sobre mudanças na composição do secretariado escolhido por Witzel. Além do estilo discreto, o fato de ter sido alvo de buscas na operação que afastou Wilson Witzel e prendeu

14 pessoas também faz com que Castro mantenha suspensas as negociações políticas. Estaria “esperando a poeira baixar”, nas palavras de um parlamentar.

Dois nomes, no entanto, já são dados como certos em peças-chave. Na Alerj, Márcio Pacheco (PSC) volta à liderança do governo. Cláudio Castro foi chefe de gabinete de Pacheco, com quem mantém relação de amizade. O deputado foi denunciado pelo Ministério Público estadual no caso das “rachadinhas” —

esquema investigado na Assembleia Legislativa do Rio em que os servidores de gabinetes parlamentares devolvem parte de seus salários. Segundo o MP, teria sido desviado mais de R\$ 1 milhão. Pacheco disse, por meio de nota, já ter prestado esclarecimentos e que haveria motivação política na ação. “A denúncia distorce fatos e cria uma verdadeira ficção” ao desconsiderar esclarecimentos objetivos sobre a evolução patrimonial do parlamentar, diz o comunicado. Pacheco alega que tem bens compatíveis com seus rendimentos.

Outro que deve ter papel central no governo é o deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), que seria cotado para assumir a Casa Civil. Cláudio Castro foi assessor dele em 2013 e até hoje o tem como conselheiro. Presidente do Detran entre 2003 e 2005, o político do PSD também foi alvo de denúncias por suposto favorecimento de empresários em licitações do órgão. O MP ajuizou, em 2018, duas ações contra o deputado e outros ex-presidentes do Detran. Leal foi retirado de uma das denúncias por decisão da Justiça, e ainda responde a outra. Por meio de nota, o parlamentar afirmou não ter havido qualquer irregularidade durante sua gestão no Detran. “Ao contrário, as licitações foram realizadas justamente para sanar problemas com contratações”.

O GLOBO



Praça dos Três Poderes. A proposta que será encaminhada pelo governo ao Congresso deve prever cinco regimes de contratação para novos servidores, além de mudanças em férias e progressão automática

REFORMA ADMINISTRATIVA

NOVO REGIME

Proposta permite contratar servidor sem estabilidade

GERALDA DOCA
E MARCELLO CORRÊA
@globoespecial
@brasil24

A reforma administrativa que será encaminhada hoje pelo governo ao Congresso vai permitir que novos servidores públicos sejam contratados sem estabilidade. A possibilidade constará em um novo regime jurídico, que valerá para funcionários que não fazem parte das chamadas carreiras típicas de Estado, como auditores fiscais, delegados da Polícia Federal, defensores públicos e diplomatas.

Servidores como assistentes administrativos e técnicos poderão ingressar nos cargos em um contrato

por tempo indeterminado, sem estabilidade, em um modelo semelhante ao da iniciativa privada.

No caso das carreiras de Estado, ainda será possível adquirir estabilidade, mas só depois de dez anos. Hoje, a Constituição prevê que todos os servidores se tornem estáveis após três anos de estágio probatório, período de avaliação no qual pode ser demitido. A medida valerá só para quem ingressar após a mudança das regras.

Já outras regras, como o fim da progressão automática de carreiras e mudanças nas regras de avaliação de desempenho, devem afetar também funcionários que estão

na ativa. Ainda não está claro se haverá alguma previsão na Constituição sobre essas medidas ou se esses pontos deverão ser tratados por meio de uma regulamentação.

JUIZES FICARIAM DE FORA

A alteração nas regras do funcionalismo constará de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que valerá para todos os Poderes da União, estados e municípios, explicou uma fonte. Membros de Poderes, como juízes, promotores e parlamentares, no entanto, ficarão de fora, dizem fontes.

Diferentemente da reforma da Previdência, a revisão das regras no funcionalismo

não pode ser resolvida apenas com uma PEC. A expectativa de técnicos da equipe econômica é que seja necessário enviar ao menos dez textos para regulamentar a medida, incluindo projetos de lei e decretos que tratarão de pontos como salários e número de carreiras. Esse processo pode se estender até 2022. Ou seja, as mudanças serão fatiadas.

A revisão das regras de estabilidade é o ponto mais sensível da proposta. A medida é uma forma de diminuir a rigidez na contratação de novos servidores. Técnicos questionam frequentemente o fato de que qualquer ingresso de servidor significa um contrato de

décadas, até a aposentadoria. Isso, na prática, impede que ajustes sejam realizados ao longo desse período.

A despesa com pessoal é a segunda maior da União e, em 2021, custará aos cofres federais R\$ 337,3 bilhões, segundo a proposta de Orçamento encaminhada nesta semana ao Legislativo.

Ao todo, serão criados cinco regimes jurídicos para o funcionalismo. Além das novas regras para servidores de carreiras de Estado e o contrato por tempo indeterminado, a PEC criará outros três modelos de contratação: vínculo de experiência, antes de virar servidor efetivo; contrato por prazo de-

terminado e cargo de comissão para líderes e assessores.

Ao anunciar que enviaria a proposta hoje, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a medida não afetaria servidores da ativa. No entanto, as últimas versões do texto previam que alguns pontos devem atingir atuais funcionários, como a progressão automática.

PROMOÇÃO SÓ POR MÉRITO

Hoje, promoções podem ser baseadas apenas no tempo de serviço ou em razão da apresentação de cursos e diplomas. Com a mudança, os aumentos salariais passam a ser apenas por mérito. Também está em análise uma revisão da licença-prêmio.

Outra medida em estudo que também afetará os funcionários públicos em atividade é a proibição de férias superiores a 30 dias e de aposentadoria compulsória como punição.

Também está prevista uma revisão na avaliação de desempenho para os servidores da ativa. Hoje, como mostrou reportagem do GLOBO, mais de 99% dos aprovados em concursos passam pelo estágio probatório, por exemplo. Em outra frente, será facilitado a mobilidade de servidores entre órgãos e Poderes.

O texto deve ainda vetar a filiação partidária de servidores com direito a estabilidade. A intenção havia sido antecipada em novembro passado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que afirmou que servidor filiado a sigla não era servidor e, sim, "militante".

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que apresentou a reforma administrativa do Legislativo, disse que o projeto do Executivo seria apresentado a líderes. O Ministério da Economia anunciou que vai detalhar a medida em coletiva hoje de manhã.

Maia afirmou que a proposta deve ter que cumprir todo o rito na Câmara, em vez de tramitar mais rapidamente, possibilidade que chegou a ser levantada:

— O ideal é que a gente cumpra o trâmite normal, porque é uma reforma que gera polêmica, pode gerar judicialização. Então, é importante que a gente cumpra todo o rito.

CONFIRMA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

1 Estabilidade só para algumas carreiras e depois de dez anos

Novos servidores poderão ser contratados em um novo regime, sem direito a estabilidade. O benefício continuará a ser concedido apenas nas chamadas carreiras de Estado, como auditores fiscais, mas só depois de dez anos — sendo três apenas de avaliação. Hoje, funcionários são estáveis após três anos de estágio probatório.

2 Fim da progressão automática e de férias com mais de 30 dias

Em uma medida que valerá também para servidores atuais, o governo quer acabar com as progressões de carreira por tempo e de serviço ou apresentação de diplomas. As promoções passarão a ser apenas por mérito. As férias com mais de 30 dias serão proibidas, mas a reforma não atingirá juízes, que hoje têm 60 dias de férias.

3 Ajustes nos mecanismos de avaliação de desempenho dos servidores

A equipe econômica quer mudar as regras de avaliação de desempenho, mas essa medida não deve constar da proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada hoje e, sim, em projetos de lei que ainda serão encaminhados. Hoje, mais de 99% dos aprovados em concursos passam no estágio probatório, segundo dados do Ministério da Economia.

4 Proibição de filiação partidária para servidores de carreiras de Estado

O texto deve proibir que servidores de carreiras típicas de Estado, com direito à estabilidade, sejam filiados a partidos políticos. No ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a medida ao dizer que funcionários ligados a siglas não eram servidores e, sim, "militantes". Hoje, juízes e procuradores, por exemplo, já têm essa restrição.

Projeto da Câmara prevê extinção de mil cargos

Texto também sugere piso salarial menor para servidores em início de carreira e um plano de carreira de 25 anos

BRUNO GÓES
bruno.goes@folha.com.br
BRASÍLIA

Ainda sem uma estimativa de economia aos cofres públicos, a proposta de reforma administrativa da Câmara dos Deputados começou a ser

debatida ontem por parlamentares. No início da noite, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apresentou os principais pontos da iniciativa, que podem ser discutidos posteriormente em conjunto com as novas regras elaboradas pelo Executivo.

O projeto da Câmara prevê a extinção de mil cargos, piso salarial menor para servidores em início de carreira e mais degraus para progressão dos funcionários —esses só poderão alcançar o teto da carreira em 25 anos; hoje bastam dez.

—As carreiras hoje são mui-

to curtas, os salários são muito altos, a gente precisa ter uma carreira mais longa, em que o mérito prevaleça, o estímulo a que você possa avançar na carreira —disse Maia.

Dos mil cargos que serão extintos, 633 serão fechados imediatamente, por estarem

vagos. Outros 367 serão extintos quando servidores forem aposentados ou morrerem.

A reforma prevê ainda a implementação de um novo modelo de avaliação de desempenho para os servidores efetivos. Já a estrutura de cargos políticos só deve ser

enxugada a partir de 2023, com a nova legislatura.

O diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio, deu um panorama sobre os custos da Casa:

— Hoje, nós gastamos 85% do orçamento da Câmara, que é de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões, com pessoal. O maior gasto, hoje, já é de aposentados.

Durante a explicação da proposta, Maia afirmou que espera receber, além da reforma do Executivo, uma proposta do Judiciário.

O GLOBO

'A questão fiscal é muito ruim, é dramática'

O economista José Roberto Mendonça de Barros projeta uma recuperação 'bastante lenta, com muita incerteza'. E considera o Orçamento de 2021 'café com leite', porque não inclui o novo Bolsa Família nem o Fundeb

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Em entrevista ao GLOBO, o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados e ex-secretário de Política Econômica, diz que a retomada será lenta e considera difícil "juntar as condições para a retomada de fato sustentada". Com o agravante de que a questão fiscal "é dramática, perto do descontrole", o que torna insustentável manter o auxílio emergencial que impediu queda maior do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre. Cético em relação a avanços na reforma administrativa, diz que, se sair do papel, será "ótimo". Confira os principais trechos:

Recuperação da economia

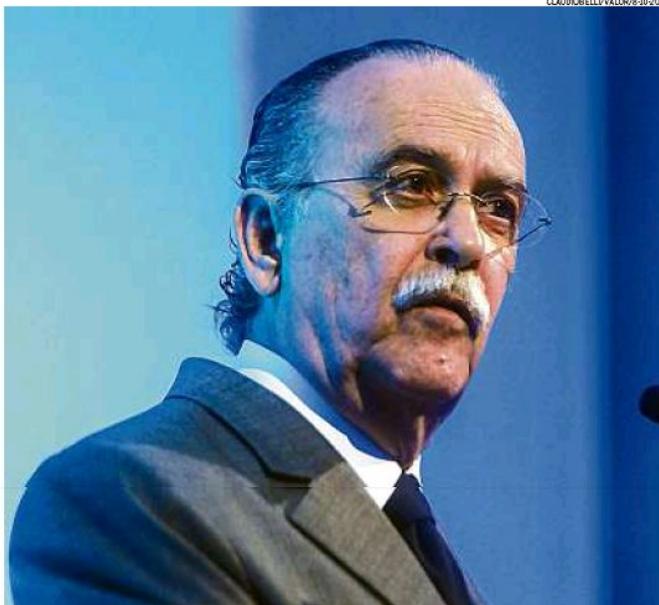
Achamos que vai ser lenta. Tem uma renda vindo da transferência do governo, financiada pelo déficit público que cresceu, que vai deixar de existir. Logicamente, o consumo que depende dessa renda vai ser menor. Outra coisa: o preço dos alimentos está subindo muito, e o dólar está alto. Embora a inflação esteja na faixa de 2% (ao ano) na média, o custo da alimentação está subindo acima de

10%. Alimentos básicos subiriam mais de 35%.

Estamos prevendo 2% (de alta do PIB em 2021). Nosso cenário é o de uma recuperação bastante lenta, com muita incerteza, porque o equilíbrio macroeconômico está em jogo. Não podemos esquecer que a questão fiscal é muito ruim, é dramática, e arrecadação não vai crescer muito. Tem uma equação muito desagradável para resolver.

Risco fiscal

Estamos perto do descontrole fiscal. Teremos déficit público de R\$ 800 bilhões. Antes da pandemia, a previsão era de R\$ 100 bilhões. A dívida pública vai ficar em 94% do PIB. O governo precisa emitir um sinal de que não está perdendo o controle. Mas tem uma parte do governo tentando gigantesco gastar mais, seja nas transferências, seja no investimento público, seja com militares. Se isso for minimamente adiante, vai ter que emitir mais (dívida). Se aumentar o imposto, derruba mais a atividade doméstica. O que está todo mundo acompanhando é a redução do prazo médio de vencimento da dívida pública.



Mendonça de Barros. Programa de obras é "forma populista de tentar uma fórmula que deu errado com Geisel e Dilma"

Quando começa a ter essa incerteza, as taxas de juros mais longas ficam muito altas. Estão perto de 8% (ao ano), e as curtas, em 2%. O Banco Central deixa de vender papel de dez anos e vende de seis meses. Mas se vai fazendo isso sempre, de repente, está emitindo moeda.

Orçamento de 2021

O governo mandou o Orçamento, que é "café com leite", por enquanto. Não estão lá os R\$ 20 bilhões com transferência para o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica), não tem o novo

Bolsa Família, não tem todos os projetos que os militares e os ministros querem. Essa vai ser a grande discussão do segundo semestre, que será atrapalhada pela eleição municipal. Juntando tudo isso, não dá para ver como retomar esse crescimento. É muito incerto. Nada é sustentável

quando tem essa incerteza.

Programa de obras

Sou descrente. Não vai estimular (a economia) como estão pensando. Já temos experiência para saber que o investimento público direto é sempre feito com má qualidade. Por mais que digam que não, vai haver interferência política. O que vi foi uma lista de projetos, um *pot-pourri*, tem um pouco de tudo. Não garante que vai sair algo. Tem muito a ver com um projeto populista. Uma forma populista de tentar uma fórmula que deu errado com Geisel (Ernesto Geisel, presidente na ditadura militar entre 1974 e 1979), deu errado com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento implantado no governo Dilma Rousseff). Por que vai dar certo agora? Não é a melhor forma de voltar a crescer. Além do que, o setor público não tem dinheiro. Isso, junto com a péssima situação fiscal, tornará difícil sair desse buraco.

Reforma administrativa

Não acredito que seja para valer nessa altura das coisas. Se for para valer, eu acho ótimo.

Para presidente do BC, economia pode crescer mais de 4% em 2021

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que a economia brasileira deve registrar queda "por volta" de 5% este ano, seguida por

recuperação de um "pouco mais" de 4% em 2021. Ele participou de uma transmissão ao vivo da Bloomberg.

O número de Campos Neto para 2020 está um pouco acima do previsto pelo Ministério da Economia, de queda de 4,7%, mas é menor que a últi-

ma projeção do BC, feita em junho, de redução de 6,4%. A próxima projeção da autoridade monetária será divulgada em 24 de setembro.

Campos Neto disse que a queda de 9,7% no segundo trimestre, divulgada terça-feira pelo IBGE, é como "olhar no

espelho retrovisor" e que a economia já está melhorando: — Nós pensamos que o terceiro trimestre vai ser positivo, e a dívida é se o quarto trimestre vai crescer mais ou se o crescimento vai ficar um pouco mais lento, por causa dos efeitos das despesas fiscais.

Para 2021, o presidente do BC estima crescimento maior do que o previsto pelo mercado. O Boletim Focus, que reúne as expectativas dos analistas, prevê alta de 3,5%.

— É claro que depende de muitos fatores externos e internos relacionados à ma-

neira que os agentes da economia veem nosso programa, à credibilidade de que podemos gerar e à maneira que essas variáveis interagem — disse Campos Neto.

Na mesma transmissão, ele voltou a ressaltar a importância do controle de gastos no governo:

— É impossível ter juros baixos e inflação baixa com indisciplina fiscal.

Briga comercial com Argentina chega à mesa de Paulo Guedes

Governo Fernández faz acordo com montadoras para elevar produção local

JANAÍNA FIGUEIREDO
janaína.figueiredo@globo.com.br

O conflito com a Argentina sobre as restrições às importações, em alguns casos violando regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e acordos bilaterais, chegou à mesa do ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele e sua equipe avaliam uma estratégia de reação.

Ontem, a tensão aumentou

depois de a mídia argentina publicar informações sobre um acordo entre o governo Alberto Fernández e montadoras, que, na prática, estabelece cotas para importações.

O entendimento prevê uma autorização para importar 96 mil veículos até o fim do ano, mas apenas para as montadoras com operações no país. Em troca, as empresas se comprometeram a elevar sua produção na Argentina. O

plano original da Casa Rosada era terminar 2020 com a produção nacional de 230 mil unidades. Com esse novo acordo, seriam 250 mil.

No início do ano, o governo argentino intensificou a aplicação de licenças não automáticas de importação. Essa ferramenta torna mais lento o processo de entrada de produtos estrangeiros no país. De acordo com a OMC, uma licença não automática pode



Paralisia. Exportação de veículos brasileiros para a Argentina sofre atrasos

demorar, no máximo, 60 dias — contra dez dias pelo acordo automotivo entre Brasil e Argentinas. O governo argentino, porém, tem demorado mais de 90 dias. Isso paralisou as exportações brasileiras.

Neste momento, disse uma fonte, não existe comunicação

entre os dois governos. A equipe de Guedes enviou recentemente mensagens ao Ministério da Produção do país vizinho, mas a resposta dos argentinos, segundo o governo brasileiro, é difícil e demorada.

A Associação de Fabricantes de Automotores da Argen-

tina (Adefa), que celebrou o acordo, afirmou em nota que “as montadoras se comprometeram a elevar seu volume de produção em 20 mil unidades, das quais 15 mil serão destinadas às exportações”.

Para o governo brasileiro, o acordo com as montadoras é uma estratégia de Fernández para reativar o mercado interno. A Argentina pretende ampliar o investimento do setor automotivo no país, oferecendo às empresas a possibilidade de exportar para o Brasil com os benefícios tributários do acerto bilateral.

Por isso, o governo brasileiro avalia até fazer uma denúncia — mas isso significaria abandonar o acordo bilateral. Outra opção é retaliar restringindo importações.

Abertura do gás estimula concorrência por mercado

Produtores e comercializadoras terão condições de competir com Petrobras

Por André Ramalho — Do Rio

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Abertura maior

Principais mudanças do novo marco legal do gás natural

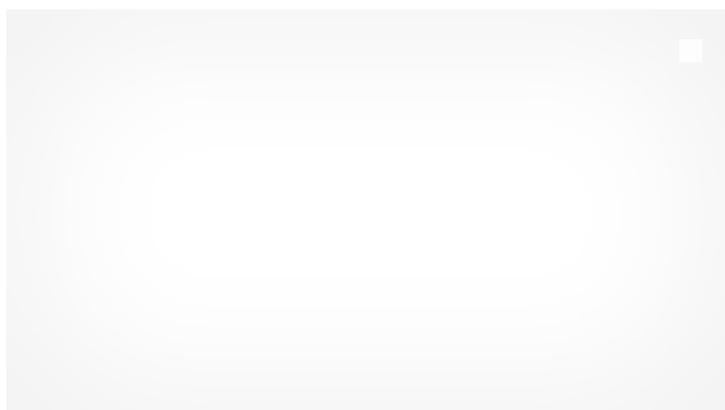
	Lei em vigor (11.909/2009)	Nova Lei do Gás
■ Regime de outorga para novos gasodutos e estocagem subterrânea	Concessão	Autorização
■ Acesso de terceiros às infraestruturas essenciais (escoamento, processamento, terminal de GNL)	Não obrigatório	Obrigatoriedade de acesso negociado ANP decide eventuais conflitos, mas partes podem escolher outro meio de resolução de disputas
■ Autorização para importação de gás natural	Competência do MME	Competência da ANP
■ Combate à concentração de mercado	-	ANP encaminha indícios ao CADE e pode adotar mecanismos para redução forçada da concentração (gas release)

A abertura do mercado brasileiro de gás natural deu mais um passo, nesta semana, com a aprovação da Nova Lei do Gás, na Câmara. Na expectativa de que o novo marco legal abrirá caminho para uma maior competição, numa indústria hoje amplamente dominada pela Petrobras, empresas têm buscado se posicionar no tabuleiro, para concorrer com a estatal nesse novo negócio em construção.

Produtores de gás no Brasil e fornecedores globais de gás natural liquefeito (GNL), como a Shell, Equinor, Repsol, Galp, Eneva e BP, e comercializadoras de gás - como a Compass (Cosan) e Gas Bridge (que conta com investimentos da Lorinvest) - despontam como candidatos a concorrentes da Petrobras nos próximos anos. Outros agentes como a Prumo Logística e a Golar, principais investidores privados de terminais de GNL no país, além da Engie e Brookfield - donas das transportadoras TAG e NTS, respectivamente - têm preenchido um espaço cada vez mais aberto à iniciativa privada na infraestrutura do gás.

Clima entre petroleiras, transportadoras e grandes consumidores era de vitória após aprovação na Câmara

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Um dos grandes méritos da Nova Lei do Gás é obrigar a Petrobras a abrir para terceiros a sua infraestrutura - como gasodutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de GNL. O objetivo do projeto de lei, que segue agora para o Senado, é eliminar um dos principais entraves à abertura: a dificuldade de produtores e fornecedores de GNL de acessar o mercado consumidor, devido à posição dominante da estatal brasileira na infraestrutura.

Hoje, a Petrobras responde por 76% da produção total de gás no Brasil. Na prática, contudo, ela é praticamente a única fornecedora relevante do mercado. Isso porque outros importantes produtores, como a Shell, Repsol, Petrogal e Equinor, sócias da estatal em campos produtores, vendem suas parcelas de gás para a própria Petrobras, porque enxergam dificuldades no acesso ao mercado. Pela lei vigente, o dono da instalação não é obrigado a abrir capacidade.

O cenário, contudo, está mudando. A estatal brasileira se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não comprar mais gás de seus parceiros e a negociar o acesso - remunerado - a sua infraestrutura. A expectativa da Petrobras é que, com a consolidação da abertura do mercado nos próximos anos, ela passe a responder por 50% da oferta de gás no país.

Alguns desses contratos de compra de gás de terceiros começam a vencer já entre 2021 e 2022, o que tem gerado uma corrida dessas empresas ao mercado, na tentativa de assegurarem um destino para seus volumes. Um desses produtores é a Equinor, que tenta viabilizar contratos já para o ano que vem, para a parcela de gás a que tem direito no campo de Roncador, no pós-sal da Bacia de Campos. A norueguesa também busca tirar do papel o projeto de produção da descoberta de Pão de Açúcar e procura clientes, em conjunto com a sua sócia Repsol Sinopec.

A vice-presidente de comercialização da empresa no Brasil, Cláudia Brun, conta ao **Valor** que a companhia tenta negociar o gás de Roncador tanto com indústrias, no mercado livre, quanto com distribuidoras. Ela destaca que a Nova Lei do Gás, se aprovada no Senado, é um passo muito importante para diminuir incertezas, mas que o projeto é apenas o começo de uma agenda regulatória mais ampla, que ainda precisa avançar.

“Existem ainda desafios grandes [para a abertura do mercado] por não haver clareza sobre algumas questões regulatórias”, disse a executiva, ao citar, como exemplo, a falta de um calendário de chamadas públicas para contratação de capacidade dos gasodutos - etapa fundamental para que os vendedores consigam entregar o gás aos clientes por meio malha existente.

Outra multinacional que corre contra o tempo para monetizar o seu gás é a Shell. O presidente da empresa no Brasil, André Araujo, disse que a Nova Lei do Gás é um

“excelente passo” para a abertura do mercado, mas que o Brasil ainda precisa continuar a aperfeiçoar a regulação do setor. Ele citou a necessidade de ajustes nas regras dos leilões de energia para possibilitar a contratação de termelétricas que consumam o gás do pré-sal. A Shell tenta tirar do papel o projeto de Gato do Mato, na Bacia de Santos, e vê na geração a gás uma estratégia de integração da companhia.

“Se quisermos participar do leilão de energia [com uma térmica que consuma o gás de Gato do Mato, por exemplo], temos que mostrar que possuímos reserva e infraestrutura para atender à usina. Mas para nós, do ponto de vista do investidor, precisamos saber como vai ser o acesso desse gás ao mercado, para justificar o investimento em infraestrutura”, disse. “É aquela discussão sobre o que vem primeiro: o ovo ou a galinha”, completou.

A Shell já é sócia de uma termelétrica em construção em Macaé (RJ), junto com o Pátria Investimentos e a Mitsubishi, e tenta replicar o modelo. No caso específico da usina Marlim Azul (565 megawatts), ela consumirá gás da parcela da Shell nos campos operados pela Petrobras no pré-sal e que já têm infraestrutura de escoamento pronta.

O clima entre as petroleiras, transportadoras e grandes consumidores era de vitória ontem, após a aprovação na Câmara. O Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) comemorou o avanço da tramitação do tema no Congresso, por criar as bases para investimentos e para um mercado competitivo.

Para o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, a expectativa é que, conforme a abertura do mercado se consolide, novos agentes comecem a aparecer. “A lei não assina contrato, mas dá um passo certo para que a competição apareça. Veremos cada vez mais novos ofertantes, comercializadores privados, investimento em estocagem. Os desinvestimentos da Petrobras em águas rasas e em terra trazem também agentes novos. Um mercado mais aberto cria um ambiente mais propício para que produtores menores criem seus modelos de negócios”, comenta.

Dentre os pequenos produtores com vocação para o gás estão, por exemplo, a 3R Petroleum, que se consolidou, via aquisições, como o maior produtor de gás do Rio

Grande do Norte; e a Alvo Petro, dona da primeira unidade de processamento privada do país, construída por ela própria na Bahia.

Já o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, acredita que o projeto de lei aprovado pode não ser suficiente para viabilizar os novos projetos de gás do pré-sal. O consultor apoia o pleito das distribuidoras na defesa da inclusão, em lei, de incentivos à expansão da malha de gasodutos por meio da instalação de térmicas no interior. Segundo Pires, o mercado de gás atual não é suficiente para absorver o crescimento esperado da oferta. Os demais agentes alegam, por sua vez, que a competição reduzirá os preços, trazendo competitividade para a reindustrialização do país, e, assim, aquecer a demanda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue
90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo
FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer
FREE HUB

por taboola

Leia em Valor Investe

Auxílio de R\$ 300 deve sustentar consumo no 4º tri

Economistas são unânimes em apontar que prorrogação do benefício vai amortecer queda do PIB no ano

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em grande medida já aguardada por economistas, a prorrogação do auxílio emergencial até dezembro com o valor de R\$ 300 afastou hipóteses mais pessimistas para o desempenho da atividade no quarto trimestre. Se aprovada pelo Congresso, a injeção extra de cerca de R\$ 100 bilhões na economia deve ser suficiente para manter o consumo das famílias e a variação do Produto Interno Bruto (PIB) em terreno positivo, evitando desaceleração mais brusca após a reação observada no terceiro trimestre.

Embora as revisões para o tamanho da recessão deste ano estejam dispersas, é consenso que a extensão do “coronavoucher” vai amortecer a queda do PIB. Alguns especialistas esperam impacto mais expressivo sobre o nível de atividade no começo de 2021, uma vez que os pagamentos do benefício vêm ocorrendo com atraso, mas também há aqueles que veem o próximo ano com mais preocupação devido ao risco fiscal.

O banco ABC Brasil passou a esperar retração maior para a economia brasileira em 2020, de 5,8%, devido ao desempenho mais fraco do primeiro semestre. Mas o economista-chefe da instituição, Luis Otavio de Souza Leal, afirma que o cenário seria ainda pior se o auxílio fosse descontinuado após agosto.

“Certamente se o auxílio não fosse prorrogado, teríamos uma queda muito forte do nível de atividade no fim do ano, porque a economia ainda não estaria rodando em ritmo compatível com a manutenção da renda perto do que temos hoje, com o benefício em R\$ 600”, aponta Leal.

Nas estimativas do ABC, o PIB vai crescer 0,6% nos últimos três meses do ano, com expansão de 3% do consumo, em linha com a normalização das atividades e sem impulso tão significativo do “coronavoucher”. Para Leal, no entanto, a demanda das famílias poderia encolher no período com o fim do programa, ao passo que o PIB teria queda de cerca de 0,5%. “O benefício tinha que ser prorrogado. A relação custo-benefício é positiva, porque um resultado ruim nas contas públicas neste ano já está dado”, disse.

Embora vejam impacto negativo maior da política fiscal na demanda no início de 2021 devido à decisão do governo, Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira, do J.P. Morgan, observam que, no curto prazo, o efeito sobre a atividade é favorável. Em termos anualizados e dessazonalizados, calculam os economistas, o PIB deve crescer 4% de outubro a dezembro, bem acima da previsão anterior de 0,5%, que não considerava a prorrogação do benefício. Para 2020, a projeção do banco passou de -6,2% para -5,2%.

Segundo a LCA Consultores, a extensão do “coronavoucher”, ainda que em valor reduzido, coloca viés de alta na estimativa de recuo de 5,6% para o PIB este ano. “As quatro parcelas adicionais de R\$ 300 do auxílio, ao injetarem aproximadamente R\$ 100 bilhões adicionais na economia, parecem suficientes para evitar uma contração abrupta da massa de renda da população no quarto trimestre”, aponta a consultoria.

Economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski avalia que a duração do benefício até dezembro, ao lado de dados positivos conhecidos para o terceiro trimestre, dá suporte ao seu cenário atual. Por causa desses dois fatores, Secemski manteve a projeção de retração econômica em 2020 em 5%, apesar do resultado ligeiramente mais fraco que o esperado no segundo trimestre. No período, o PIB encolheu 9,7% ante os três meses anteriores, com ajuste sazonal.

A extensão do “coronavoucher” deve ajudar a atividade econômica no segundo semestre em meio a um mercado de trabalho ainda fragilizado, com taxa de desemprego elevada, aponta o economista do Barclays. “Como já temos visto, o comércio em geral deve ser o setor mais beneficiado”, diz, citando os ramos de móveis, eletrodomésticos, material de construção e alimentação.

Por outro lado, ele pondera que dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal podem virar um problema em 2021, quando a economia deve crescer 3,5% em sua estimativa. O maior impulso virá da herança estatística positiva deixado pela retomada econômica na segunda metade de 2020, afirma Secemski.

Juan Jensen, sócio e economista da 4E Consultoria, também avalia que boa parte do crescimento de 3,9% previsto para 2021 virá do carregamento estatístico do ano anterior. Para Jensen, no entanto, o comportamento mais dinâmico da atividade em função do “coronavoucher” não se restringe ao quarto trimestre, porque o pagamento do benefício tem ocorrido com bastante atraso.

Por isso, em sua visão, a prorrogação do auxílio deve ter impacto positivo na economia principalmente nos primeiros meses do próximo ano, e um desempenho um pouco melhor que o esperado atualmente para o PIB no período não está descartado. “Há o atraso do pagamento do Tesouro para as contas da Caixa, e depois o atraso do pagamento da Caixa para o beneficiário fazer seu saque”, diz Jensen. Isso estende o impacto do benefício no consumo, especialmente de bens, ao longo do tempo.

Mesmo que a execução do programa terminasse em agosto, a medida ainda teria efeito sobre os últimos três meses de 2020, já que os desembolsos vêm ocorrendo com defasagem, observa ele.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Bolsonaro adota o discurso de Guedes

Com dívida elevada, investimento não leva a mais crescimento

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Quem tiver a curiosidade de ler a introdução da mensagem que o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional, junto com a proposta orçamentária para 2021, pode ter uma surpresa. Nela, Bolsonaro toma partido, sem nominar ninguém, do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, na batalha que foi travada, nas últimas semanas, em torno da melhor estratégia de retomada da economia no pós-pandemia.

Em sua mensagem, o presidente mostra preocupação com o endividamento público e afirma que, nesse contexto, “é importante também destacar que mesmo gastos públicos produtivos, tais como o investimento em infraestrutura, têm efeito negativo sobre o crescimento, à medida que o nível de dívida aumenta, pois o custo em termos de retorno ao investimento da elevação da dívida passa a ser maior que o retorno de tais gastos”.

Com dívida elevada, investimento não leva a mais crescimento

Em seguida, Bolsonaro sentencia: “No caso de dívida tão elevada como a brasileira, o impacto do aumento de gastos, mesmo sendo investimento público, teria um

resultado final negativo sobre o crescimento econômico”. Ele dá razão a Guedes, ao dizer que “a única possibilidade de aumento de investimento público elevar o crescimento nesse cenário seria com a redução de gastos em consumo e custeio do setor público”. Em sua mensagem aos senadores e deputados, o presidente assumiu integralmente o discurso de seu ministro da Economia.

Como todos se recordam, nos bastidores do governo houve uma disputa entre Guedes e as alas militar e política do governo, que idealizaram um programa de investimentos públicos capaz de impulsionar a retomada da economia. De acordo com algumas informações que vazaram para a imprensa, a ideia era destinar cerca de R\$ 35 bilhões para obras de infraestrutura e de combate à seca na região Nordeste. À frente do programa, que chegou a ser chamado de novo Plano Marshall, estavam o ministro chefe da Casa Civil, Braga Netto, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Chegou-se, inclusive, a tentar descobrir brechas legais para viabilizar os investimentos, fugindo do teto de gastos da União. A ideia que seria submetida à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU) previa editar uma medida provisória abrindo crédito extraordinário no Orçamento, naquele valor, para investimentos durante a pandemia, o que ficaria fora do teto. Como a União registra elevados déficits primários em suas contas desde 2014, os investimentos projetados resultariam em aumento do endividamento do Tesouro. Guedes foi contra.

Pode-se argumentar que a mensagem presidencial, assim como a proposta orçamentária de 2021, foi elaborada pela equipe econômica de Guedes e, por isso, teria que expressar o pensamento do ministro da Economia. Antes de ir ao Congresso, no entanto, a mensagem e a proposta orçamentária passaram pela Casa Civil e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pois eles são documentos oficiais do governo e de responsabilidade do presidente perante o Congresso. O que está lá escrito passou a ser, portanto, o pensamento de Bolsonaro.

Em sua mensagem, o presidente diz que, dentre os principais entraves à retomada da economia, há o aumento do endividamento agregado da economia pós-isolamento. O diagnóstico é que tanto as empresas tiveram que elevar o seu endividamento, diante da necessidade de cumprirem seus compromissos durante aquele período, quanto o governo está aumentando sua dívida, para implementar

políticas de proteção à economia e aos mais vulneráveis. “Essa elevação do endividamento tenderá a reduzir o crescimento estrutural da economia”, diz o texto.

Passada a pandemia, o presidente diz que o Brasil terá que enfrentar quatro grandes desafios: o desemprego, o aumento da pobreza, o grande número de falências e a necessidade de um mercado de crédito mais eficiente. “Dessa forma, faz-se premente a continuidade das reformas estruturais, findo esse período”.

A retomada da agenda de equilíbrio macroeconômico por meio da consolidação fiscal, de acordo com a mensagem, é uma condição necessária para promover de forma sustentada a recuperação econômica do País. “Em especial, a manutenção do teto de gastos, que constitui o pilar macrofiscal fundamental neste processo e que permitirá endereçar pontos essenciais”. Entre eles, a mensagem cita: fortalecer o arcabouço de proteção social, “transferindo recursos de programas ineficientes para programas sociais de comprovada eficiência no combate à pobreza”; melhorar a eficiência das políticas de emprego; aprimorar a legislação de falências; fortalecer e desburocratizar o mercado de crédito, de capitais e de garantias; implementar o novo marco regulatório do setor de saneamento básico; aprovar o novo marco regulatório do setor de gás; promover a abertura comercial; ampliar o programa de privatizações e concessões; e avançar na reforma tributária. A reforma administrativa não é mencionada.

Gasto com servidor

Outro ponto da proposta orçamentária é que, mesmo com a proibição de aumento de salários ou concessão de qualquer vantagem ou benefício aos servidores até dezembro de 2021, a despesa da União no próximo ano com pessoal ativo e inativo, civis e militares, vai aumentar em termos reais, na comparação com a despesa prevista para 2020. De acordo com a mensagem presidencial, o aumento nominal da despesa será de 4,2% para uma inflação prevista em 3,2%. O gasto passará de R\$ 324,79 bilhões neste ano para R\$ 338,44 bilhões em 2021.

O aumento real do gasto decorre de acordos coletivos de trabalho de empresas estatais dependentes, da inclusão de servidores civis e militares dos extintos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá em quadro da administração federal, da

atualização de provimentos de cargos efetivos ocorridos em 2020, do impacto orçamentário decorrente da lei 13.954, de 2019, que reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas, entre outras medidas.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue

90MIN

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo

FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

FREE HUB

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro "segura" o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

VALOR INVESTE

Contratação para serviço público terá novo modelo

Ideia é abrir caminho para reduzir casos de estabilidade, baixar salário inicial e criar plano de carreira

Por **Claudia Safatle** — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da nova administração pública, que chegará hoje ao Congresso, o governo vai criar novas possibilidades de vínculos empregatícios no setor público, além do Regime Jurídico Único (RJU).

Atualmente o funcionário que passa em um concurso é contratado pelo RJU e ganha o direito à estabilidade após três anos de estágio probatório.

A PEC será o primeiro passo de um pacote de medidas infraconstitucionais que vai reduzir o salário de ingresso no serviço público e o número de planos e carreiras, assim como vai definir como será a avaliação de desempenho, dentre outras.

A PEC tratará somente de questões constitucionais.

Das três formas de contratação que serão criadas, duas terão que passar por concurso: as carreiras típicas de Estado (a exemplo da diplomacia e da auditoria fiscal), que continuarão tendo estabilidade, a ser adquirida após estágio probatório que durará de cinco a oito anos, conforme a carreira; e os contratos por tempo indeterminado, que não terão estabilidade.

Os contratos temporários não obedecerão a concursos.

O que o Executivo pretende é ter formas de contratação de servidores que não obriguem o setor público a firmar um vínculo funcional, por várias décadas, para lidar com problemas de mais curta duração.

A visão é de que a máquina administrativa, no Brasil, custa muito caro e tem baixa produtividade. E isso precisa ser atacado.

A profusão de planos e carreiras tornou a administração caótica. São, atualmente, 319 planos e carreiras, 440 rubricas da folha de salários sendo que 369 não têm equivalência no setor privado. A proposta é reduzir para a casa dos 20 o número de planos e carreiras.

Um estudo feito pelo Ministério da Economia destacou três grandes desafios a enfrentar com a reforma administrativa: aumentar a capacidade de investimento do Estado; reduzir a complexidade e implementar uma gestão que coloque o serviço público na vanguarda; e aproximar o serviço público do cidadão.

Os técnicos encarregados de preparar a reforma fizeram uma radiografia dos custos da política de recursos humanos até 2018 e como ficaria no futuro.

Se tudo continuar exatamente como é hoje, o gasto com a folha de salários do funcionalismo sairá dos 13,8% do PIB em 2018 para quase 15% do PIB em 2030. Trata-se de um percentual muito superior à média dos emergentes, em torno de 7% do PIB, e mesmo dos países mais ricos.

Os Estados Unidos gastam 9,5% do PIB e a União Europeia, 9,9% do PIB.

O crescimento anual da despesa independe da concessão de reajustes salariais. Há diversas formas de progressão na carreira que elevam automaticamente os vencimentos do servidor. Isso também será mudado.

Entre 2003 e 2018, período de governos do PT e de dois anos da administração de Michel Temer, a força de trabalho da administração federal passou de 532 mil para 712 mil, com crescimento de 34%. O gasto com pessoal ativo, entre 2008 e 2018, aumentou 242%, passando de R\$ 44,8 bilhões para R\$ 108,7 bilhões. Apesar disso, não se observou melhoria nos serviços prestados à população.

Todas essas mudanças só serão aplicadas aos novos funcionários, que ingressarem no setor público após a aprovação da PEC e das medidas que a regulamentarão. Os atuais servidores não serão atingidos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho

90MIN

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo

FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

FREE HUB

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro "segura" o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

VALOR INVESTE

Pagar e não usar custa caro

VALOR INVESTE

Dólar volta a cair com otimismo por reforma

Investidor segue animado com perspectiva de ajuste fiscal

Por **Marcelo Osakabe e Victor Rezende** — De São Paulo

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A perspectiva de retomada da agenda reformista no Brasil blindou o mercado de câmbio do sinal negativo vindo do exterior no pregão de ontem. Animados com a reforma administrativa, que o presidente Jair Bolsonaro prometeu enviar hoje ao Congresso, investidores voltaram a tirar prêmio de risco da moeda local. Dessa forma, o dólar encerrou em baixa de 0,51%, cotado a R\$ 5,3578. Na mínima do dia, chegou a tocar R\$ 5,3407.

No mercado de juros, esse tom positivo também foi sentido ao longo do dia, ainda que em menor grau. Na reta final do pregão, no entanto, as taxas se ajustaram em alta, refletindo a antecipação dos participantes de mercado ao leilão de títulos prefixados pelo Tesouro. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022, no fim da sessão regular, subia de 2,79% no ajuste anterior para 2,83%; enquanto a do DI para janeiro de 2025 avançava de 5,77% para 5,82%.

Lá fora, o dia de ontem foi marcado por uma recuperação técnica da moeda americana, uma vez que ela tem se enfraquecido paulatinamente nas últimas semanas. Para José Faria Junior, diretor da WIA Investimentos, no entanto, esse movimento de alta do dólar deve ter vida curta e é até esperado, uma vez que o euro se valorizou quase 12% nos últimos dois meses, o que chamou a atenção, inclusive, de dirigentes do Banco Central Europeu (BCE).

“Não vai ser um comentário do BCE que vai mudar a tendência de curto prazo do dólar. De qualquer forma, o preço do real está tão errado no momento que quase

não nos afetou”, nota, lembrando que a moeda brasileira ainda é a que mais se desvaloriza em 2020, com perda de 25,16%.

Internamente, por outro lado, a percepção de que a agenda econômica voltou a andar foi reforçada pela aprovação, na noite da terça-feira, da Lei do Gás. O placar folgado na Câmara - 351 votos a favor e 101 contra - ajudou a espriar o sentimento de que o mesmo possa ocorrer com a reforma administrativa.

No mercado de juros, o otimismo foi mais contido, o que ficou evidente na sessão, marcada pela baixa liquidez. “Os investidores aproveitaram para se antecipar ao leilão do Tesouro. Além disso, houve uma ligeira correção em relação à véspera”, disse um gestor que preferiu não ser identificado. “O governo disse que enviará a proposta de reforma administrativa, mas ainda há muita incerteza sobre como vai se dar essa tramitação no Congresso. Até por isso, continuamos com posições tomadas [apostando na alta] na ponta longa da curva.”

Como nota a equipe da Macro Capital em carta referente a agosto, a aprovação de reformas estruturais se tornou “crucial” para a estabilidade fiscal. Para a gestora, os riscos fiscais “não são desprezíveis” no momento em que o Brasil caminha rumo a uma dívida bruta de 100% do Produto Interno Bruto (PIB). “Difícilmente será possível garantir essa sustentabilidade sem a aprovação de um amplo programa de ajustes fiscais. A experiência comprova, porém, que a aprovação dessas reformas exige certo tempo e, principalmente, uma ampla negociação com a sociedade.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue
90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

Empresários temem atraso da tributária

Para alguns segmentos da economia, mudanças no sistema tributário pode ficar em segundo plano

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A mobilização do Congresso em torno da reforma administrativa acendeu a luz amarela em segmentos da economia que aguardavam o avanço de outra reforma, a tributária. Líderes partidários e a cúpula do Parlamento se voltaram para a nova proposta, a ser entregue hoje pela equipe econômica, o que aumentou o temor de que as mudanças no sistema tributário fiquem em segundo plano. Parlamentares à frente do tema tentam manter clima de normalidade, mas, nos bastidores, alguns congressistas admitem que a discussão sobre alterações no sistema de impostos ainda está “descalibrada”.

A preocupação com o assunto foi exposta, ontem, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga Andrade, durante audiência pública da Comissão Mista da Reforma Tributária. Convidado para opinar sobre os rumos do projeto, ele aproveitou a oportunidade para enfatizar sua apreensão com afirmações feitas pelos congressistas neste sentido.

“Não concordamos com algumas colocações que têm sido feitas de que a reforma administrativa tem que ser feita primeiro. Ela pode caminhar junto ou pode vir depois porque, na realidade, uma reforma administrativa não vai ter um impacto imediato sobre as despesas. Nós não podemos perder a oportunidade dessa discussão da reforma tributária neste momento e achamos que ela pode ser até orientadora de uma reforma administrativa mais ampla”, argumentou.



Ads by Teads

Relator da tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) tratou de minimizar essa possibilidade. Disse que não vê “concorrência” entre os dois temas e ponderou que uma tramitação simultânea não vai atrapalhar os trabalhos na comissão.

“É importante que nós possamos andar com a reforma tributária, como também é importante a reforma administrativa. De fato, caberá, após a reforma tributária, uma discussão do gasto público no nosso país, mas eu concordo que ela [reforma administrativa] pode andar paralelamente, pode andar simultaneamente à tributária. Não vejo nenhuma concorrência entre uma reforma ou outra”, afirmou.

O cenário adverso não se concentra apenas no Congresso. Representantes da indústria, transporte, serviços e saúde também têm tido dificuldade de se entenderem sobre os rumos da proposta em si. Na audiência pública de ontem, a CNI defendeu, por exemplo, que a reforma preveja uma alíquota única, mas cuja cobrança aconteça no local do consumo. Já o presidente da Confederação Nacional do Transporte, Vander Costa, foi no caminho oposto e defendeu que haja “duas ou três” alíquotas para incentivar os setores que mais geram empregos.

“A gente entende que uma solução seria haver poucas alíquotas, mas que não ficássemos em alíquota única, para poder atender ao objetivo de simplificar e de incentivar a contratação de mão de obra formal”, disse.

O mesmo impasse se repete quando o assunto é a desoneração da folha de pagamento. Na contramão de outros segmentos, o presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Breno Monteiro, disse que, da forma como o mecanismo foi inserido no projeto, a desoneração não irá ter efeito de compensação pelo aumento na carga tributária brasileira.

“Essa desoneração de folha não funcionará para o setor de saúde. Nem que haja desoneração total da folha associada à completa isenção de impostos sobre a renda haveria uma compensação do impacto da alíquota única de 26,9% para o nosso setor”, argumentou Monteiro.

As confederações não encontraram consenso até mesmo em relação a um possível novo imposto sobre transações financeiras. Enquanto algumas das entidades rechaçam a ideia, a Confederação Nacional de Serviços defende uma “nova CPMF” desde que esta esteja atrelada à retirada de todos os impostos sobre a mão de obra, incluindo a contribuição dos trabalhadores.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta
NATURA

LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90
WWW.MIXBARATO.NET

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue
90MIN

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

Fim do teto aprofundaria recessão e elevaria preços, diz secretaria

Para SPE, impacto da medida não ficaria restrito a 2020 apenas

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

O abandono do teto de gastos aprofundaria a recessão econômica de 2020, de uma queda de 4,7% para 6,9%, e elevaria a inflação em dois pontos percentuais. A taxa de juros, por sua vez, subiria 1,7 ponto percentual. Essa deterioração geral do quadro econômico é para onde apontam cálculos elaborados pela Secretaria de Política Econômica (SPE), na nota informativa “Em Defesa do Teto de Gastos”, a ser divulgada hoje.

“O teto de gastos é um importante instrumento para proteger a renda e o bem-estar dos brasileiros, principalmente os mais pobres”, afirmou ao **Valor** o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. “Ao contrário do que alguns dizem, o teto de gastos protege a população mais necessitada, ao manter a inflação baixa e aumentar as expectativas de crescimento.”

A nota parte da preocupação com a alta do endividamento, na esteira do aumento de gastos por causa da pandemia. E compara o que aconteceria com as principais variáveis econômicas conforme o risco observado. Num cenário em que o teto é preservado, os agentes de mercado entendem que deterioração das contas públicas é temporária e que o governo retomará o controle do gasto primário sem recorrer a medidas hostis, como aumento de impostos, de inflação ou calote da dívida. No segundo, o processo de ajuste nas contas não é abandonado, mas há turbulências no processo.

“Se os agentes têm incerteza maior, a inflação futura é maior, a taxa de juros é mais elevada e o crescimento é menor”, disse o subsecretário de Política Macroeconômica, Fausto José Araujo Vieira.

Os cálculos da SPE mostram que o impacto do abandono do teto sobre o crescimento econômico não ocorreria só em 2020. Para 2021, a taxa de crescimento recuaria de 3,2% para 1,7%. A taxa de juros ficaria 1,1 ponto percentual maior na comparação com a expectativa atual. A inflação, 1,4 ponto percentual maior. “Esse aumento ocorre a despeito da piora no cenário de crescimento, porque os agentes que determinam preço nesta economia passam a considerar um risco maior de que o ajuste fiscal será feito via inflação, o que eleva as expectativas de inflação e a inflação corrente”, diz a nota.

Esses números resultam da aplicação de um modelo que faz simulações conforme a percepção de risco do agente econômico. “Se ele tem certeza do ajuste, que [o aumento da dívida em 2020] é um desvio temporário, decide não imputar um risco grande”, explicou Vieira. Na direção contrária, quanto maiores as incertezas no ajuste, pior a perspectiva.

A nota estima que o abandono do teto elevaria o “credit default swap” (CDS) do Brasil em pelo menos 200 pontos. “Consideramos que esta é uma estimativa conservadora, tendo em vista o aumento do endividamento já contratado para este ano”, informa o documento.

“O TG [teto de gastos] permitiu haver uma ancoragem das expectativas em relação ao ajuste fiscal mesmo sem impor cortes nas despesas agregadas do governo federal no curto prazo”, diz a nota. “Ao reduzir significativamente a possibilidade de um ajuste fiscal via meios alternativos, as expectativas de inflação se reduzem, o juro neutro cai e a política monetária ganha graus de liberdade para atuar.”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na terça-feira, em reunião no Congresso, que o teto de gastos é “a única âncora que restou”. Rejeitou propostas de alterar a regra, excluindo dela os investimentos. Para o ministro, abrir essa discussão nesse momento de dívida em alta e Orçamento engessado colocaria fogo no cenário fiscal brasileiro.

Maia propõe cortar salário inicial e cargos em reforma da Câmara

Presidente da Câmara quer acoplar proposta de reforma que encomendou a consultoria no texto do governo

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Maia: presidente da Câmara quer que proposta de reforma que encomendou a consultoria tramite junto com texto do governo — Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), propôs aos deputados uma reforma administrativa que atinja mais diretamente os cargos e estrutura do Legislativo do que o projeto que será enviado hoje pelo governo deve fazer com os

servidores do Executivo. A ideia é reduzir os salários iniciais dos concursados em até 40%, cortar estruturas de assessoramento e diminuir o número de comissionados dos partidos.

O texto foi elaborado pela consultoria Falconi no começo do ano junto com a Diretoria Geral da Câmara, mas aguardava a proposta do Executivo para tramitar - há um receio de que, se só o Legislativo mudar os salários, os profissionais mais competentes vão preferir carreiras no Executivo e Judiciário. O governo, porém, decidiu tratar de temas mais gerais, como a estabilidade do servidores, e não vai propor agora mudanças nos salários.

A reforma da Câmara reduz de 28 para 8 tipos de cargos (o que dá mais mobilidade para mudar suas funções), amplia de 10 para 25 as etapas para chegar ao topo remuneratório da carreira, com novos critérios de avaliação, e modifica os salários iniciais. Os consultores legislativos, que hoje recebem R\$ 32,8 mil logo ao serem contratados, receberiam R\$ 21,9 mil. Os analistas passarão de R\$ 24,7 mil para R\$ 13,8 mil e os técnicos, de R\$ 16,4 mil para R\$ 9,2 mil. As regras valerão só para os novos contratados.

Serão extintos mil cargos (633 que estão vagos e 367 de servidores que já podem se aposentar, mas ainda não fizeram isso). A Câmara já teve 3,8 mil servidores efetivos e o plano é fazer o mesmo serviço com 2,3 mil.

Os atuais servidores não serão afetados pela reforma, com exceção da avaliação de desempenho. Quem for mal terá limitado o acesso a licença para cursos, mudança para outra área do Legislativo ou permissão para assumir cargos de chefia. As metas serão definidas individualmente e publicadas num sistema público para elevar o nível de exigência.

Com a proposta, Maia pretende dar uma sinalização mais forte de mudanças na estrutura, mas não há ainda estimativa de qual será o impacto financeiro porque essa regra valerá apenas para os novos servidores. O ganho, afirmou o diretor-geral da Câmara, Sergio Sampaio, será a longo prazo. Hoje a Casa consome 82% do Orçamento de R\$ 5,2 bilhões com salários, aposentadorias e pensões. Há, porém, resistência de deputados, que disseram que ele jogará a população contra os deputados com parte das medidas propostas.

Uma delas é a venda dos apartamentos funcionais dos deputados e pagamento de auxílio moradia, mais barato que a manutenção dos apartamentos - cada um com 238 metros. A resistência é que os imóveis pertencem a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que consultada no governo Temer, indicaram que não seriam necessariamente vendidos, mas destinados a assessores e ministros do Executivo. O corte de 25 para 15 os assessores dos gabinetes também gerou reclamações entre os deputados e a ideia já foi abortada.

As mudanças precisam passar pelo plenário da Câmara. Na próxima semana, a Mesa Diretora, composta por Maia e outros seis deputados, votará a proposta para torná-la oficial. A partir daí, ocorrerão negociações com os partidos e a promessa é votá-la em plenário em outubro. Serão seis projetos de resolução, um projeto de lei, sete atos da mesa e três portarias para implementar todas as mudanças. Parte das alterações, como a redução dos cargos de assessoramento das lideranças partidárias, valerá apenas para a próxima legislatura, em 2023, para diminuir as resistências entre os parlamentares.

Estruturas criadas ao longo dos últimos anos para acomodações políticas, como a Secretaria de Transparência, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Secretaria da Juventude e a Secretaria de Relações Internacionais seriam incorporadas a estrutura da Mesa Diretora a partir de 2023. Só restaria Secretaria da Mulher. Esses cargos são ocupados por deputados indicados pelo presidente da Câmara, em troca de apoio para sua eleição, e cada um deles tem uma gama de assessores. Com os cortes, a redução de gastos seria de R\$ 23 milhões por ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90

WWW.MIXBARATO.NET

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue

Ministros do STJ garantem direito à defesa prévia em execução fiscal

Decisão é da 1ª Turma, que manteve instrumento processual previsto no CPC

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministra Regina Helena Costa: há necessidade de instauração do incidente nos casos em que não há a identificação da parte na certidão de dívida ativa — Foto: Divulgação STJ

Para que a execução fiscal seja redirecionada a uma empresa do mesmo grupo econômico da devedora, mas que não foi identificada na Certidão de Dívida Ativa (CDA), precisa ser instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica - instrumento processual que garante defesa prévia à parte. O entendimento é da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

É a segunda vez que a turma se posiciona desta forma. A decisão, no entanto, diverge do que vem sendo entendido pela 2ª Turma, que também julga as questões de direito público no STJ. Caberá à 1ª Seção, portanto, que reúne os dois colegiados, unificar o entendimento sobre esse tema.

A interpretação dos ministros da 2ª Turma é a de que haveria uma incompatibilidade entre o incidente, previsto no Código de Processo Civil (CPC), e a Lei de Execuções Fiscais (nº 6.830, de 1980). E, neste caso, entendem, prevalece a lei especial e não a geral.

Para a 1ª Turma, porém, o entendimento adotado pela 2ª Turma só pode ser aplicado nos casos em que a empresa do mesmo grupo da devedora constar na Certidão de Dívida Ativa ou se ficar demonstrada a sua responsabilidade, na qualidade de terceiro, como preveem os artigos 134 e 135 do Código Tributário Nacional (CTN) - que tratam de responsabilidade solidária.

Os ministros da 1ª Turma trataram os casos em que a parte não consta na CDA como excepcionais. Levaram em conta o artigo 50 do Código Civil. Consta nesse dispositivo que o redirecionamento da execução fiscal só pode ocorrer quando há comprovação de abuso de personalidade, que se caracteriza pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Por isso, para a 1ª Turma, nessas hipóteses precisa haver a instauração do incidente da desconsideração da personalidade jurídica. Esse instrumento está previsto no CPC de 2015 e garante à parte o direito ao contraditório e à ampla defesa. Em caso de penhora ou bloqueio de bens por dívidas de terceiros, a parte tem de ser, antes, ouvida pelo juiz.

Os ministros julgaram esse tema na sessão de terça-feira por meio de um recurso apresentado pela Docas Investimentos, que pertence ao empresário Nelson Tanure (REsp 1804913). A companhia contestava decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, no Rio de Janeiro, que autorizou o redirecionamento de uma cobrança de cerca de R\$ 420 milhões do Jornal do Brasil - adquirido pelo grupo de Tanure no ano de 2001.

Os desembargadores aplicaram o mesmo entendimento da 2ª Turma do STJ. Consideraram que a execução de dívida tributária tem proteção especial. Por esse motivo, o incidente previsto nos artigos 133 e 137 do CPC não seria compatível com o rito das execuções fiscais.

Para a ministra Regina Helena Costa, relatora do caso no STJ, o tribunal regional “fez um juízo prematuro ao afastar absolutamente o cabimento desse incidente”.

Ela levou em conta o fato de a turma já ter decidido sobre esse tema e firmado o entendimento pela necessidade de instauração do incidente nos casos em que não há a identificação da parte na CDA. O precedente por ela utilizado é o REsp 1775269, de relatoria do ministro Gurgel de Faria, julgado em fevereiro de 2019.

Os ministros não entraram no mérito, por entender que, para isso, teriam que fazer reexame de provas - o que não cabe ao STJ. Decidiram, então, devolver o processo para que o TRF da 2ª Região faça uma nova análise do caso, desta vez, levando em conta a possibilidade de o incidente ser instaurado.

A decisão se deu por maioria de votos. O ministro Napoleão Nunes Maia Filho discordou sobre o retorno do processo para a segunda instância. Ele entendeu tratar-se de questão de direito, sem repercussão em matéria probatória ou factual.

“As pessoas físicas integrantes do controle acionário da empresa executada transferiram para terceiros o patrimônio, de modo que a empresa ficou absolutamente zerada em termos patrimoniais, ou seja, a execução fiscal está predestinada à frustração. O executado não tem patrimônio. Isso caracteriza, ao meu ver, a tal fraude”, afirmou ele ao discordar dos colegas.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a premissa de que nos grupos econômicos cada empresa conserva a sua individualidade patrimonial, operacional e orçamentária serve como baliza para distinguir “grupos econômicos lícitos, que não devem ser responsabilizados, dos grupos ilícitos, que devem ser responsabilizados”.

O procurador Gabriel Matos Bahia sustentou aos ministros que a operação realizada pelas empresas “foi fraudulenta”. “Para que houvesse a total transferência dos ativos de real conteúdo econômico do Jornal do Brasil para empresas que compõem o grupo capitaneado pelo empresário Nelson Tanure”, disse ele, justificando o redirecionamento da cobrança fiscal.

A Docas Investimentos afirmou, por meio de nota, que não se pronunciaria porque aguarda a publicação do acórdão. Informou, no entanto, que o valor do suposto débito é de aproximadamente R\$ 4 milhões e não de R\$ 420 milhões, como disse a PGFN no julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90

WWW.MIXBARATO.NET

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia

90MIN

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Casal faz uma aposta: sem comer fora, sem comer porcarias, sem álcool. Veja como estão um ano depois

REST WOW

LINK PATROCINADO

Truques de bicarbonato de sódio que todos deveriam conhecer

FREE HUB

LINK PATROCINADO

Anvisa libera método natural que faz crescer cabelos

NUTROMAIS

por taboola

Leia em Valor Investe

País precisa retomar agenda social e econômica, afirma Dan Ioschpe

Encaminhamento das reformas administrativa e tributária pode ser o primeiro passo, diz presidente do Iedi

Por Anaís Fernandes e Marli Olmos — De São Paulo

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Dan Ioschpe: questão ambiental é risco para acordo com UE e país pode pagar caro se não participar dessa agenda — Foto: Leo Pinheiro/Valor

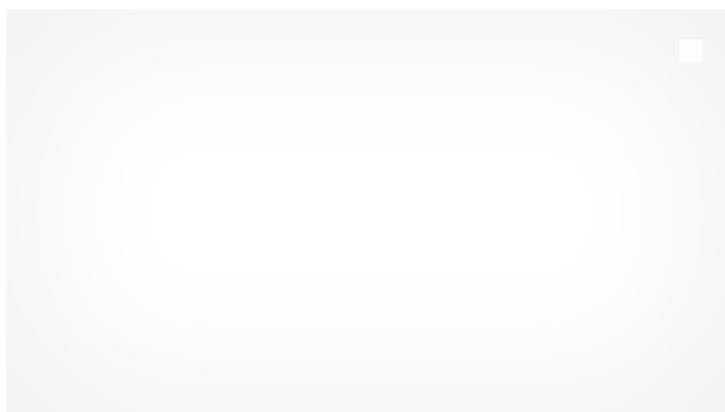
Há uma grande expectativa no meio empresarial de que, passada a fase mais crítica da pandemia, o Brasil volte a se concentrar nas ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Para o, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Dan Ioschpe, trata-se de uma agenda “muito

desafiadora e recheada; muito horizontal e pouco setorial”. O encaminhamento das reformas administrativa e tributária pode ser o primeiro passo de um percurso que precisa abranger também parcerias público-privadas para investimento em infraestrutura e a requalificação profissional para substituir ocupações que deixam de existir com o avanço da tecnologia.

“A pandemia vai ficar cada vez mais um assunto do armário, que a gente já pode começar a ir guardando lentamente para voltar à agenda original”, afirma o empresário que tem se destacado como uma das lideranças industriais mais engajadas no plano de inserir o Brasil na concorrência global. Sua trajetória segue esse sentido desde que a família abriu, no início do século XX, no Rio Grande do Sul, a serraria que ao longo dos anos transformou-se numa multinacional brasileira - a lochpe-Maxion, hoje a maior produtora de rodas do mundo.

loschpe é presidente do conselho da lochpe-Maxion e, além do ledi, está no comando do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). Ontem ele foi o entrevistado da Live do **Valor**.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Na entrevista, o dirigente destacou a necessidade de o Brasil manter o equilíbrio da trajetória macroeconômica, já que “custa caro” perder isso. “Se perdemos a condição de sustentar taxas de juros declinantes, com inflação controlada e câmbio menos volátil, obviamente vamos pagar a conta do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.”

Além disso, ele disse que o país precisa de tranquilidade institucional. “Precisamos aprimorar nossos instrumentos democráticos e institucionais cada vez mais”. A

terceira condição para o país retomar a agenda do desenvolvimento, destacou, diz respeito às questões de sustentabilidade social e ambiental. Para ele, no âmbito social, há um “legado pesado” a ser resolvido. Já do ponto de vista ambiental, “estamos andando um pouco para trás”.

O dirigente citou como exemplo o acordo entre Mercosul e União Europeia. Para ele, a questão ambiental “é, sim, um risco” e o Brasil “enfrentará custo caro” se não participar dessa agenda, principalmente por ser um grande fornecedor de produtos primários.

Com essas pré-condições, é preciso avançar de forma horizontal em uma agenda já conhecida, prosseguiu, citando a reforma administrativa - e sua relação com a eficiência do Estado - e a reforma tributária, que permitiria maior eficiência para lidar com impostos, redução da insegurança jurídica e retirada de desincentivos econômicos.

Ioschpe defende que a reorganização da tributação comece pelos impostos sobre o consumo. “Num primeiro momento, temos que colocar uma lupa nos impostos sobre bens e serviços para chegarmos mais próximos de países que usam, por exemplo, o IVA [Imposto sobre Valor Agregado]”, destacou. “Seria uma mudança no jogo avançar agora com a reforma tributária; é disso que o país precisa.”

Ioschpe mencionou, ainda, a necessidade de avanços na legislação trabalhista, em infraestrutura, e no incentivo à pesquisa e inovação, que podem ajudar o Brasil a “ingressar no mundo”, seja através de tratados, seja por políticas “bem desenhadas, horizontais, transparentes e graduais”. No caso do trabalho, ele citou a necessidade de treinamento e requalificação profissional para substituir ocupações que deixam de existir por causa do avanço tecnológico.

Em relação à influência da oscilação do câmbio nas decisões da indústria, Ioschpe considerou errada qualquer estratégia baseada no câmbio e que não leve em conta questões ligadas à competitividade. “Se o país for dar certo, é bem provável que ao longo do tempo a moeda se desvalorize menos do que o que vimos recentemente.”

Para Ioschpe, o Brasil “tem perdido muito tempo com idas e vindas e múltiplas agendas que às vezes destroem umas às outras”. Potencial para traçar um caminho

Reforma amplia margem para presidente reorganizar administração pública

Governo envia hoje PEC que altera regras do serviço público e propõe, entre outras medidas, fim das promoções por tempo de serviço e da aposentadoria compulsória como punição

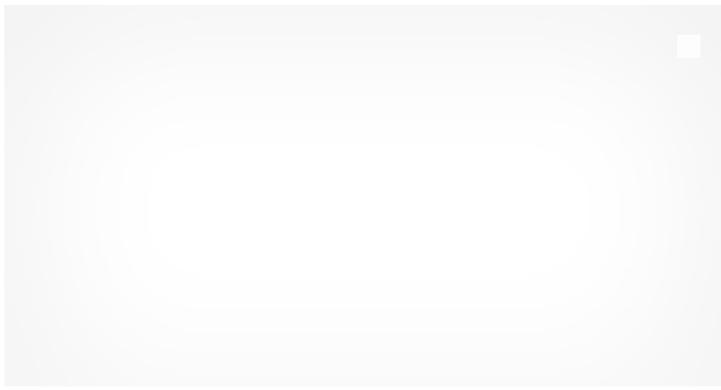
Por Edna Simão e Fabio Murakawa, Valor

03/09/2020 09h23 · Atualizado há 59 minutos

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma administrativa, que será encaminhado hoje ao Congresso Nacional, acaba com o que é conhecido hoje como “regime jurídico único” e institui os vínculos de experiência, vínculo por prazo determinado, cargo com vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento (este último corresponde aos cargos de confiança) No que diz respeito aos critérios para definir os cargos típicos de Estado, eles serão estabelecidos em lei complementar federal.

As informações sobre a proposta de Reforma Administrativa foi divulgada pela Secretária-Geral da Presidência da República com base em informações do Ministério da Economia. A PEC será encaminhada hoje ao Congresso Nacional e os detalhes serão explicados pelo Ministério da Economia às 10 horas.

Segundo informações da secretaria, a PEC inclui entre os princípios da administração pública, a imparcialidade, a transparência, a inovação, a responsabilidade, a unidade, a coordenação, a boa governança e a subsidiariedade. As mudanças não alteram o regime dos atuais servidores.



A PEC propõe a exigência de dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório antes de estar investido em cargo público e começar o estágio probatório de um ano para os cargos típicos de Estado. Além disso, também passará a ser exigido de classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência.

Também serão estabelecidas mais limitações ao exercício de outras atividades para ocupantes de cargos típicos de Estado e menos limitações para os servidores em geral.

A PEC ainda propõe vedar mais de trinta dias de férias por ano; a redução de jornada sem redução da remuneração, de promoções ou progressões exclusivamente por tempo de serviço; a incorporação de cargos em comissão ou funções de confiança à remuneração permanente; a aposentadoria compulsória como modalidade de punição; a redução de remuneração por motivo de redução de jornada para os cargos típicos de Estado. Também sugere o banimento de parcelas indenizatórias sem a caracterização de despesas diretamente decorrente do desempenho da atividade;

Pelas informações da secretaria, a PEC também substitui os atuais cargos de direção, chefia e assessoramento pelos cargos de liderança, bem como aprimora o instituto dos contratos de gestão ao propor múltiplas medidas para maior flexibilidade na administração dos órgãos, das autarquias e das fundações, com possibilidade de maior margem de pactuação de resultados.

A PEC também fixa em lei a jornada máxima tolerada nos casos de acumulação de atividade remunerada e prevê, em lei complementar federal, aplicável a todos os

entes federados, a elaboração de normas gerais sobre servidores.

Outro ponto previsto tem como objetivo dar maior margem para o Presidente da República reorganizar a administração pública e transformar cargos públicos, desde que sem nenhum aumento de despesa. A PEC também veda ao Poder Público instituir medidas anticoncorrenciais em favor de estatais ao mesmo tempo em que fica estabelecida a aposentadoria compulsória aos 75 anos para os empregados públicos (hoje é apenas para servidores).

A proposta ainda estabelece a possibilidade de cooperação dos entes públicos com entes privados, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e utilização de recursos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue
90MIN

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.
MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo
FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

Reforma corta vantagens e salário inicial de servidor

Na PEC da nova administração pública, que chegará hoje ao Congresso, o governo vai criar novas possibilidades de vínculos empregatícios no setor público, além do Regime Jurídico Único (RJU)

Por Claudia Safatle, Edna Simão e Murillo Camarotto — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

A proposta de reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro extingue a concessão de licença-prêmio e gratificação por tempo de serviço aos funcionários do Poder Executivo. Além disso, facilita demissões durante o período de experiência e a alocação de pessoal, que hoje depende exclusivamente da vontade do servidor.

Contratação para serviço público terá novo modelo

Reforma fatia carreiras e elimina 'penduricalhos'



Servidores somam 1 bilhão de milhas em voos pagos por governo

O governo quer também reduzir o salário inicial, possivelmente à metade, dos funcionários contratados a partir da aprovação da reforma. O vencimento médio inicial ficaria na faixa entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. Haverá, ainda, a diminuição do número de carreiras - atualmente, são 319 no governo federal.

Hoje, o governo encaminha ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata de aspectos mais gerais da reforma. A PEC cria novas possibilidades de vínculo empregatício no setor público. Atualmente, o funcionário aprovado em concurso é contratado pelo Regime Jurídico Único (RJU) e ganha direito à estabilidade no emprego após três anos de estágio probatório.

Entre as três formas de contratação que serão criadas, duas terão de passar por concurso: as carreiras típicas de Estado (diplomatas, auditores da Receita etc.), que continuarão a ter estabilidade após estágio probatório que durará de cinco a oito anos, conforme a carreira; e os contratos por tempo indeterminado, sem estabilidade. Os contratos temporários não exigirão concurso e poderiam ser objeto de demissão em um cenário de restrição fiscal, por exemplo.

O Executivo quer ter formas de contratação de servidores que não obriguem o setor público a firmar um vínculo funcional, por várias décadas, para lidar com problemas de mais curta duração.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Mini vestido de Ronda Rousey, ótimo no tapete vermelho
90MIN

LINK PATROCINADO

Reforma fatia carreiras e elimina 'penduricalhos'

Proposta sugere extinção de licenças e gratificações

Por **Murillo Camarotto e Edna Simão** — De Brasília

03/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Decisão do presidente de enviar reforma ao Congresso é considerada uma vitória do ministro Paulo Guedes — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

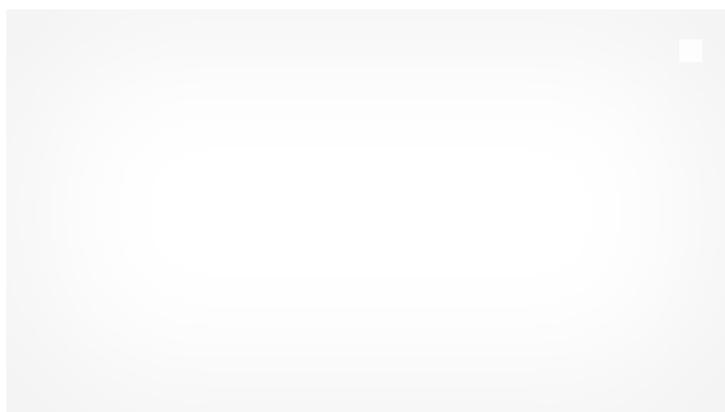
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa, que será encaminhada hoje ao Congresso, divide as carreiras de governo em três grupos com regras diferentes em termos de estabilidade. Também sugere a extinção de licenças

e gratificações, além de facilitar a alocação dos servidores públicos. Ontem à noite houve um bate-cabeças entre líderes do governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Os primeiros avisaram Maia que estavam chegando à Câmara com a PEC. Surpreendido, Maia não os esperou e o ato simbólico de entrega ficou para hoje.

Segundo o **Valor** apurou, o primeiro grupo seria o das carreiras “típicas de Estado”, com características bastante similares ao modelo atual, com estabilidade e aposentadoria. O desejo do governo é que, no futuro, esse tipo de cargo represente apenas 20% do universo de servidores concursados.

A ideia é que se tenha um estágio que antecederá a estabilidade, prazo para o funcionário provar que se enquadra na função designada e tem vocação para o serviço público. Hoje, a maior parte dos servidores que passam no concurso ganha o direito à estabilidade após estágio probatório de três anos. Também está prevista uma carreira com contratos de duração indeterminada que poderiam ser objeto de demissão em um cenário de restrição fiscal, por exemplo.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Na PEC também constará a figura do contrato com prazo determinado, que visa suprir eventuais necessidades temporárias dos órgãos públicos. Atualmente, a Lei 8.745/93, que estabelece a contratação de temporários, pode ser feita apenas com a “finalidade temporária de excepcional interesse público” - quando ocorrem desastres naturais, por exemplo. Neste ano, o governo tentou fazer uma alteração nesta matéria via medida provisória, mas acabou não tendo sucesso. Sem consenso no Congresso, o texto perdeu validade.

Além da divisão das carreiras, o texto propõe a extinção de alguns “penduricalhos” previstos na Constituição, como a licença-prêmio e gratificações por tempo de serviço, entre outros. Mas, isso será regulamentado em um segundo momento. “A PEC vai tratar apenas das questões estruturais da reforma, ficando as discussões específicas de cada carreira para um segundo momento”, informou uma fonte de primeiro escalão do governo.

Entre essas discussões futuras está a redução do salário de entrada no serviço público. O governo considera muito elevada a remuneração inicial, que seria diminuída com a contrapartida de um salário final maior do que o atual. Um técnico que trata diretamente do tema confirmou que “o alongamento das carreiras é uma das premissas da reforma”, mas que isso não está na PEC.

No fim de 2018, o então ministro do Planejamento do presidente Michel Temer, Esteves Colnago, que atualmente é assessor especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, apresentou para a equipe de transição uma proposta de reforma administrativa. Na época, a ideia era diminuir de 309 para menos de 20 o total de carreiras do governo federal. Além disso, a intenção era reduzir para uma faixa entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil o salário de entrada nas carreiras que ficarão remanescentes. Hoje, esses salários de entrada podem chegar ao dobro dessa faixa.

A ideia de cortar o salário de entrada é alvo de muitas críticas dentro do governo. Há ministros reclamando que a iniciativa vai deixar as repartições repletas “de garotos de 20 anos”, sem a maturidade necessária para enfrentar os desafios e responsabilidades do governo.

Considerada uma vitória para o ministro da Economia, Paulo Guedes, que vem enfrentando revezes, a decisão do presidente Jair Bolsonaro de autorizar o envio do texto para o Congresso foi baseada na necessidade de o governo fazer um contraponto aos movimentos de aumento dos gastos públicos, especialmente com a prorrogação do auxílio emergencial e a criação do Renda Brasil. “O presidente entendeu que é importante sinalizar também ao mercado que o caminho das reformas segue firme”, explicou um auxiliar de Bolsonaro.

A estratégia continua sendo de encaminhar uma reforma mais genérica para que, depois de aprovada, sejam encaminhados os projetos de lei para regulamentar as mudanças, que serão aplicadas somente para os futuros servidores públicos. Ou seja, os pontos mais polêmicos, como mudanças nos salários para equipará-los ao praticado na iniciativa privada, ou ainda estabelecer uma nova progressão das carreiras ficariam para um segundo momento.

É nessa fase que se pretende discutir também uma flexibilização na mobilidade das carreiras. A ideia é que haja concursos separados por faixas de salário e qualificação. Os aprovados nessa prova poderiam trocar mais facilmente de órgão, passando da Controladoria-Geral da União (CGU) para a Receita Federal, por exemplo, em caso de necessidade, evitando contratações extras. **(Colaboraram Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito

SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue

90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo

FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil

SHIKAKAI

Regularidade fiscal e recuperação judicial

Novo contexto vem a confirmar o papel crucial do equacionamento da dívida tributária para a efetiva recuperação da atividade econômica

Por **Gabriel A. Gonçalves e Daniele Zanforlin**

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Por muitos anos os institutos da recuperação judicial de empresas e da regularidade fiscal andaram afastados um do outro, não obstante a previsão expressa no art. 57 da Lei nº 11.101/2005 (LRJF) sobre a necessidade de apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) para homologação do plano de recuperação judicial.

No entanto, a partir do fim de 2019 este cenário tem se alterado significativamente, o que contou com a participação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que ao mesmo tempo em que combateu judicialmente os efeitos deletérios que essas decisões têm no âmbito concorrencial e da arrecadação, também desenvolveu diversos mecanismos para que as empresas em recuperação judicial regularizem seu passivo tributário, abrindo suas portas para negociar e participar ativamente do seu reerguimento.

Novo contexto vem a confirmar papel crucial do equacionamento da dívida tributária para a efetiva recuperação da atividade econômica

Com efeito, a sistemática criada pela LRJF previu que o crédito tributário não seria objeto do plano de recuperação judicial, haja vista a vedação legal de sua modificação por liberalidade do devedor. Ainda que não houvesse previsão legal expressa, é evidente que o aspecto da regularidade fiscal não poderia estar

dissociado da análise de viabilidade econômica da empresa, configurando relevante elemento para deferimento da recuperação judicial, razão pela qual foi exigida a apresentação de CND para a sua concessão.

Não obstante, dada a dificuldade que as empresas em recuperação judicial enfrentavam para obtê-la, os tribunais brasileiros acabaram por afastar essa exigência. O argumento adotado foi o de que haveria um direito delas a um parcelamento específico, na época não regulamentado, que levasse em consideração sua especial situação de dificuldades financeiras, apesar da clara dicção do art. 68 da LRJF estabelecer uma mera possibilidade. Esse posicionamento acabou se sedimentando com a decisão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no REsp 1.187.404/MT, julgado em 2013.

Malgrado a edição da Lei nº 13.043/2014, que criou um parcelamento específico para as empresas em recuperação judicial, ele foi completamente ignorado pelos tribunais, que continuaram a aplicar o julgado do STJ, como se o fundamento da decisão - inexistência de parcelamento específico - não tivesse sido superado.

Em complemento, os tribunais também abraçaram a tese de que qualquer ato de constrição de bens deveria ser analisado pelo juízo que processa a recuperação judicial, o que culminou com a afetação do Tema 987 à sistemática dos recursos repetitivos do STJ e a suspensão de todos os processos que discutem o assunto, inviabilizando a cobrança da dívida tributária em face das recuperandas.

Na prática essa jurisprudência criou um incentivo perverso, em que se pode utilizar do processo de recuperação judicial para escapar ao pagamento de tributos, blindando o patrimônio dessas cobranças, acarretando concorrência desleal e causando prejuízo na casa de dezenas de bilhões de reais aos cofres públicos (conforme estudo realizado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em 2018). Não só isso, as recuperandas subverteram a preferência legal do crédito tributário, além de serem comuns os casos em que recebem precatórios milionários da União e os utilizam para pagar credores privados, a despeito do aumento da dívida tributária, em verdadeira moratória ilegal.

No final de 2019, o STJ, ao julgar o REsp nº 1.719.894/RS, finalmente reconheceu que a edição da Lei nº 13.043/2014 alterou o panorama legislativo que fundamentava seu posicionamento anterior. O tribunal sinalizou então a provável superação de sua jurisprudência, indicando que desde 2014 deveria ter sido aplicado o art. 57 da LRJF, exigindo-se a apresentação de CND para homologação dos planos de recuperação judicial. Esse entendimento já começou a ser adotado em algumas varas estaduais, e se espera que seja o prenúncio de que a regularidade fiscal e a recuperação judicial voltarão a caminhar juntas.

Essa mudança veio em boa hora, logo após a edição da Medida Provisória nº 899/2019, que dispôs sobre a transação tributária (hoje Lei nº 13.988/2020, regulamentada pela Portaria PGFN nº 9.917/2020) e que abriu novos caminhos para que as empresas em recuperação judicial equalizem seu passivo fiscal (com descontos que chegam a 50% do valor da dívida e diferimento para início do pagamento) e obtenham a CND.

Esse novo contexto vem a confirmar o papel crucial do equacionamento da dívida tributária para a efetiva recuperação da atividade econômica, a qual não se verifica se deixar como resultado do benefício judicial um passivo milionário com o Estado e a sociedade.

Neste sentido, não busca o Fisco e a PGFN o mero incremento da arrecadação tributária, mas uma participação efetiva e positiva no soerguimento da atividade empresarial, entendendo as dificuldades inerentes ao ciclo econômico, como é exemplo a regulamentação da transação extraordinária (Portaria PGFN nº 9.924/2020) e a transação excepcional (Portaria PGFN nº 14.402/2020), com procedimento de adesão simplificado e rápido, e disposições que visam auxiliar a recuperação das empresas afetadas por essa crise decorrente da pandemia da Covid-19.

Assim, acreditamos que esse movimento de reencontro entre a regularidade fiscal e a recuperação judicial veio para ficar, inaugurando novos tempos na relação jurídica entre o Fisco e as recuperandas, que serão extremamente benéficos para o ambiente de negócios no país.

Gabriel Augusto Luís Teixeira Gonçalves e Daniele de Lucena Zanforlin são, respectivamente, procurador da Fazenda Nacional e coordenador do Núcleo de Falências e Recuperações Judiciais em São Paulo; procuradora da Fazenda Nacional e coordenadora do Núcleo de Falências e Recuperações Judiciais em Santo André.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue
90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo
FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

por taboola

Leia em Valor Investe

Setor de saúde ganha peso na queda do PIB do 1º semestre

Segmento representa 4,3% da atividade e respondeu por 13,5% da retração de janeiro a junho

Por **Alessandra Saraiva** — Do Rio

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

As atividades de saúde responderam por 13,5% do tombo histórico de 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, no primeiro semestre ante igual semestre em 2019. No caso da queda recorde observada na economia de serviços, que também caiu 5,9% no mesmo período, o peso foi ainda maior: o setor contribuiu com 20% da retração. É o que mostra levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre o assunto, feito com informações do DataSUS (base de dados do Ministério da Saúde) e divulgado de forma exclusiva ao **Valor**.

No estudo, é possível perceber que o brasileiro ficou temeroso de ir a hospitais e consultórios durante a pandemia e praticamente adiou todas as visitas ao médico não urgentes, resumiu a economista da FGV Juliana Trece, uma das responsáveis pelo levantamento. Para ela, as retrações nas atividades de saúde foram tão intensas, ao término do primeiro semestre, que o setor deve terminar o ano com quedas anuais mínimas de dois dígitos.

No estudo, elaborado pela pesquisadora em parceria com os economistas da fundação Claudio Considera e Elisa Andrade, a FGV detalhou que o valor adicionado da saúde pública caiu 15,1% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2019. No caso do valor adicionado da saúde privada, a queda foi de 20,5%, no mesmo período. Ambas foram as quedas mais intensas de série da FGV sobre o assunto, iniciada em 2000, informou a especialista da fundação.

Juliana comentou que a saúde, como um todo, representa 4,3% da atividade econômica do país, conforme informações das Contas Nacionais do IBGE veiculadas em 2017, sendo que a saúde pública representa 2 pontos percentuais saúde pública, e a privada, 2,3 pontos percentuais.

Mesmo com peso pouco expressivo no PIB, as taxas negativas da área foram tão fortes, que as atividades de saúde pública e privada, somadas, responderam 0,8 ponto percentual do recuo de 5,9% do PIB no primeiro semestre; e por 1,2 ponto percentual da retração de também 5,9% em serviços como todo, na economia.

A economista da fundação comentou que, de maneira geral, a atividade de serviços foi prejudicada como um todo, com avanço da covid-19 no país a partir de março. Isso porque houve ações de restrição de circulação social, delineadas para inibir contaminação, notou ela.

No entanto, comentou que a saúde, diferente de outros serviços, tem peculiaridade: os locais de atendimento são foco de concentração de doentes, ambientes mais perigosos em crise sanitária, notou ela. “Outros serviços também ‘afundaram’ durante a pandemia. Mas saúde tem essa especificidade”, afirmou ela. “Quem pôde não ir a hospital não foi”, completou.

Isso é perceptível na intensidades maior de queda nas atividades relacionadas a consultas no levantamento da FGV, no primeiro semestre ante igual período de 2019. Na saúde pública, houve contração de 13,4% na produção hospitalar, que representa basicamente internação, no período. Mas no caso de produção ambulatorial, que são consultas e atendimentos, a queda foi mais forte, de 16,9%, nos primeiros seis meses do ano.

O mesmo perfil ocorreu com saúde privada: a retração da produção hospitalar foi de 13,2%, mas a de produção ambulatorial foi mais que o dobro: 26,9%.

Apesar dos números negativos do levantamento, a especialista comentou que o setor de saúde tem chance de retomada rápida, em cenário pós-pandemia. Isso porque, quando houver vacina para covid-19, pessoas que adiaram exames e cirurgias não urgentes vão voltar aos consultórios e hospitais, atendendo a espécie de “demanda reprimida” durante a pandemia.

Porém, ela reconheceu que as notícias sobre o tema projetam vacina apenas para entre fim deste ano e começo do ano que vem. Ou seja, na prática, 2020 seria um ano perdido para as atividades de saúde. “Temos, hoje, recuos muito fortes [na atividade de saúde]. Encerrar o ano com quedas acima de 10%, eu acho bem provável”, finalizou a especialista da FGV.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300

SANTANDER

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue

90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo

FICAR BONITA

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula japonesa que "engrossa" cartilagem

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro “segura” o Renda Brasil e põe Guedes na berlinda

VALOR INVESTE

Pagar e não usar custa caro

Sucesso do novo Fundeb depende de União e MEC mais presentes, dizem especialistas

Risco é de os novos recursos para a educação básica não chegarem às redes de ensino que mais precisam

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

03/09/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Mais dinheiro para educação

Veja quanto Estado vai receber da União com o novo Fundeb

	Diferença de Complementação 2026-2020 (R\$)	Complementação total (R\$)*
■ Bahia	2,525 bilhões	5,534 bilhões
■ Maranhão	2,202 bilhões	5,259 bilhões
■ Ceará	1,784 bilhão	3,527 bilhões
■ Pará	1,651 bilhão	4,270 bilhões
■ Pernambuco	1,327 bilhão	2,176 bilhões
■ Minas Gerais	839 milhões	839 milhões
■ Amazonas	832 milhões	1,694 bilhão
■ Piauí	690 milhões	1,240 bilhão
■ Alagoas	681 milhões	1,283 bilhão
■ Paraíba	640 milhões	921 milhões
■ Rio Grande do Norte	327 milhões	338 milhões
■ Sergipe	172 milhões	172 milhões
■ Rondônia	105 milhões	105 milhões
■ Mato Grosso	96 milhões	96 milhões
■ Acre	94 milhões	94 milhões
■ Espírito Santo	90 milhões	90 milhões

■ Paraná	57 milhões	57 milhões
■ Goiás	55 milhões	55 milhões
■ Tocantins	35 milhões	35 milhões
■ Rio de Janeiro	33 milhões	33 milhões
■ Mato Grosso do Sul	19 milhões	19 milhões
■ Amapá	7 milhões	7 milhões
■ Santa Catarina	2 milhões	2 milhões
■ São Paulo	32 mil	32 mil

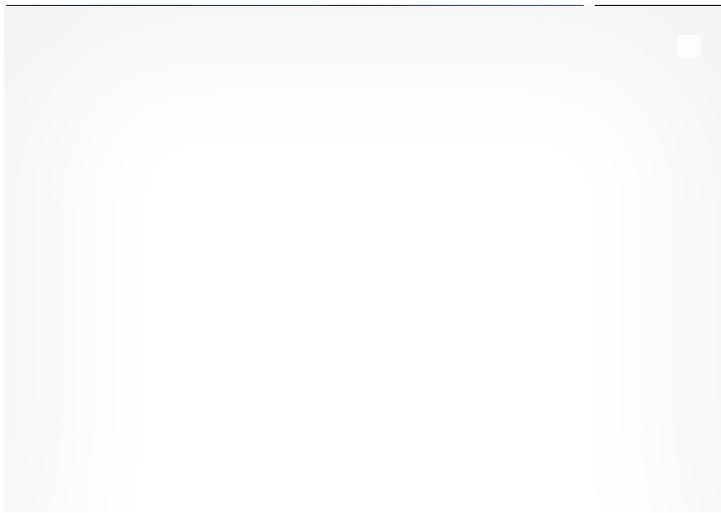
Fonte: Consultoria de Orçamento da Câmara/Estudo Técnico 22/2020

*Estimativa considera projeção de arrecadação e alunos matriculados, juntando os dois critérios (VAAF e VAAT)

Parlamentares e especialistas em educação cobraram ontem uma maior participação da União e do Ministério da Educação (MEC) na lei de regulamentação do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação). Isso porque a tramitação do Fundeb foi marcada por ausência do MEC e do governo federal nos debates. Somente na reta final houve tentativa, malsucedida e liderada pela área econômica, de alterar pontos do projeto.

Sem articulação entre os entes federados, o risco é de os novos recursos para a educação básica não chegarem às redes de ensino que mais precisam. Para evitar esse cenário, é preciso garantir, por exemplo, que os municípios mais pobres tenham condições técnicas de apresentar dados arrecadatários que comprovem a necessidade de receber a verba adicional do governo federal.

Promulgado pelo Congresso Nacional há uma semana, o novo Fundeb prevê alta progressiva, até 2026, da complementação de recursos pela União à educação básica, dos atuais 10% para 23%.



Segundo projeção da ONG Todos pela Educação, isso vai permitir o aumento do investimento mínimo por aluno de R\$ 3.643 ao ano para R\$ 5.680 ao fim desse intervalo. Em valores, o desembolso da União vai passar de R\$ 15,8 bilhões para R\$ 36,3 bilhões no sexto ano de vigência.

Entre os Estados, os maiores beneficiados são do Nordeste e Norte, como a Bahia, que já recebe a complementação, mas terá um incremento de R\$ 2,5 bilhões em 2026 ante 2020, segundo estudo da Câmara dos Deputados. Mas há também regiões hoje não atendidas que terão fatia considerável no novo Fundeb, como Minas Gerais (R\$ 839 milhões em 2026, ante zero neste ano).

Para se chegar à situação projetada, será preciso operacionalizar três modelos de redistribuição de recursos. O primeiro mantém o mecanismo atual, que destina 10 pontos percentuais da complementação da União aos Estados mais pobres.

O segundo vai direcionar 10,5 pontos da complementação (2 pontos em 2021, seguidos de aumentos gradativos) às redes de ensino a partir do Valor Aluno Ano Total (VAAT). Essa métrica considera outras fontes de receitas vinculadas à educação fora do Fundeb para concluir quem tem direito aos recursos da União - por isso, tende a aumentar a equidade de financiamento.

No modelo atual, que vai conviver com o novo, o Fundeb olha apenas para as unidades federativas, penalizando regiões pobres dentro de Estados ricos.

“Vamos precisar ponderar os recursos que estão fora da cesta da educação, como IPTU e ISS. Para isso, é preciso ter acesso a essas informações, que não estão

organizadas, como o ICMS”, afirmou Úrsula Peres, professora e pesquisadora da USP, durante debate promovido pelo Todos Pela Educação.

Segundo ela, há hoje cerca de 700 municípios brasileiros que não aparecem em bases de dados organizadas pelo governo federal, como as do Tesouro Nacional. “Vamos deixar esses municípios de fora da redistribuição de recursos?”, questionou.

A lei de regulamentação do Fundeb foi protocolada na semana passada na Câmara pela deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), também relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que foi aprovada. “A proposta de regulação é conservadora, muitos aspectos vamos ter de trabalhar ao longo de 2021. A implementação será por camadas”, disse Dorinha.

De partida, o texto de Dorinha prevê o uso de uma cesta de impostos além dos utilizados hoje, com data de corte de 2019 e atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para calcular quanto deverá chegar diretamente às redes de ensino. A ideia é que, ao longo dos próximos anos, essas informações já estejam melhor organizadas.

“Além de ter muitos municípios que não estão nas bases de dados, há alguns erros de declaração e isso vai precisar ser operacionalizado. Pela nova lei, quem não declarar os dados não recebe a complementação. E quem tem mais dificuldade nesse trabalho são os municípios pequenos”, disse Lucas Hoogerbrugge, diretor de estratégia política do Todos Pela Educação.

O VAAT ainda prevê que metade da complementação terá de ir para o ensino infantil a partir de 2021, em modo a ser definido. “Hoje é muito difícil comparar o gasto com educação infantil. Nem todo mundo registra o salário do professor ou a construção da escola na mesma subfunção. E, no fim, isso pode dar uma diferença de 30% a 40% no volume de despesa”, disse Úrsula, da USP.

Nesse sentido, a participação do MEC torna-se mais importante, segundo a deputada Dorinha. “A dificuldade de interlocução com o ministério fez falta durante a tramitação do Fundeb. Mesmo com o novo ministro, ainda sentimos falta desse

processo de construção política, que é importante no momento da regulamentação”, afirmou.

O terceiro mecanismo do Fundeb prevê repasse de 2,5 pontos das novas verbas, a partir de 2023, para as redes que melhorarem a gestão e evoluírem em indicadores de atendimento, aprendizagem e redução de desigualdades. “Precisamos da condução política, técnica e administrativa do MEC para construir um processo de avaliação para medir o esforço de melhora da qualidade”, disse Dorinha.

Ao todo, levantamento do Todos Pela Educação mapeou 27 elementos que exigem alteração de arcabouço legal por causa do novo Fundeb, sendo que 25 demandam regulamentação infraconstitucional e 20 deles necessariamente dialogam com o funcionamento do fundo - logo, precisarão estar explicitados.

Como o novo Fundeb vigora a partir do ano que vem, a lei de regulamentação precisa ser aprovada até 31 de dezembro.

A necessidade de cooperação entre os entes também reacende o debate sobre o Sistema Nacional de Educação (SNE), modelo que funcionaria, com as devidas diferenças, à semelhança do Sistema Único de Saúde (SUS). O SNE está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), mas nunca foi regulamentado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Ronda Rousey revela a verdadeira razão pela qual ela quer sair do ringue

90MIN

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Top 20 celebridades com dentes ruins, respire fundo